



Departamento de Escola de Sociologia e Políticas Públicas

O Público e o Privado na Gestão do Património Cultural: sobre o Programa Revive

Henrique José Lopes Pereira

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de

Mestre em Empreendedorismo e Gestão da Cultura

Orientador:

Doutor José Soares da Silva Neves, Professor Auxiliar Convidado
ISCTE-Instituto Universitário de Lisboa

Outubro, 2017



Departamento de Escola de Sociologia e Políticas Públicas

O Público e o Privado na Gestão do Património Cultural: sobre o Programa Revive

Henrique José Lopes Pereira

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de

Mestre em Empreendedorismo e Gestão da Cultura: Património e Projetos Culturais

Orientador:

Doutor José Soares da Silva Neves, Professor Auxiliar Convidado
ISCTE-Instituto Universitário de Lisboa

Outubro, 2017

O Público e o Privado na Gestão do Património Cultural:
sobre o Programa Revive

Henrique José Lopes Pereira

Outubro,
2017

O Público e o Privado na Gestão do Património Cultural: sobre o
Programa Revive

Outubro, 2017

AGRADECIMENTOS

Sendo esta dissertação o culminar de todo o meu percurso ao longo do Mestrado, este não foi percorrido num caminho solitário, e nesse sentido, gostaria de ressaltar um conjunto de breves menções em reconhecimento de todos os que de diversas maneiras contribuíram para a realização desta tarefa.

Em primeiro lugar, agradecer ao meu orientador, o Professor José Soares Neves, pelo voto de confiança e eterna paciência de me ter acolhido e pelo apoio dado, a sua disponibilidade quase instantânea em qualquer momento, por ter partilhado comigo este caminho com o seu conhecimento e sabiamente ter dado as indicações que guiaram este trabalho até ao último momento. Sem ele esta dissertação não teria acontecido.

Aos meus Pais pelo apoio dedicado, pela presença e reconhecimento do esforço, obrigado.

A todos os meus amigos, colegas, conhecidos de diversas áreas do saber, pelas “pequenas” contribuições, desde os cafés aos cigarros, às discussões mais inflamadas, à sua diversidade de opiniões, mas, sobretudo, pelo tempo precioso que disponibilizaram para me ouvir divagar sobre o assunto. Apesar de não poder incluir todos vós, pois seria uma extensa lista, tenho de fazer uma exceção em especial para o meu colega e amigo André, pela presença constante e por aturar os meus desabaços e pelo apoio prestado, fico eternamente grato. Obrigado.

RESUMO

O tema desta dissertação é a requalificação do património cultural imóvel em Portugal. Mais especificamente discute-se a relação público/privado e as possíveis soluções com vista a viabilizar a valorização deste património. Para abordar este tema tomamos como objeto de análise o Programa Revive, aprovado em setembro de 2016.

Este programa incide sobre a questão da “privatização” da gestão do património imóvel do Estado na ótica económica e turística, sendo assim uma política pública que visa dar resposta ao problema do abandono e degradação do património cultural imóvel através da sua recuperação e valorização.

Ao contrário de outros países, a gestão privada de património cultural público é ainda muito residual em Portugal. Isto pode dever-se às resistências de algumas forças político-partidárias, que tendem a ver nesta solução a entrega de património público a privados numa perspetiva meramente economicista. Por outro lado, os defensores desta solução tendem a valorizar a importância de mobilização de fundos privados como forma de ultrapassar as limitações do Estado.

Sendo assim, este estudo baseia-se na análise do impacto do Programa Revive no espaço público tomando como observável central as notícias veiculadas pelos média a fim de conseguir identificar os termos do debate que surge entre o binómio Público vs Privado na sua gestão, que é um dos pontos mais delicados das políticas públicas em torno da cultura e de promoção do bem público, ao qual o património cultural é um dos mais importantes para essa promoção de bem-estar e qualidade

Palavras-chave: Património cultural imóvel; Políticas públicas; Gestão pública e privada; Refuncionalização do património; Valorização do património; Programa Revive.

ABSTRACT

The following objective on this dissertation, is the analysis on the relation between the private management and public management on the program valorize cultural heritage, created and approved by the current government in September 2016 most commonly known as «Programa Revive».

This program befalls the question of “privatization” of public heritage in economic and touristic based perspective, thus functioning as a “public policy” which answers the problem of abandonment and destruction of built heritage, by re-functioning and giving it a new purpose, which in return, allows it to become an attractive to permit socio-economic betterment on local and national levels.

In comparison with other European countries, the private management of Public Cultural Heritage is still in quite marginal, on which there is effective resistance from some political forces, which tend to regard this measures of assign Public Heritage to private management a solution merely based on economic perspectives. On the other side, those defending this solution, seem to recognize the importance of mobilization of private funding as a mean to overcome the limitations of the State.

Thus, this study uses content analysis on the media reception and its impacts to better identify the arguments between the «public» vs «private» management, which is a one of the most delicate points of intervention in public policies of culture, and its promotion of the sense of public good, on which Cultural heritage is one of the most important players in the sense of promoting well-being and quality.

Keywords: Privatization of Heritage; Public Policies; Economy of Culture; Public and Private Management; Re-utilization of Heritage; Heritage as Value; Heritage as Resource; Programa Revive.

ÍNDICE

AGRADECIMENTOS	I
RESUMO	II
ABSTRACT	III
ÍNDICE.....	IV
ÍNDICE DE QUADROS	V
ÍNDICE DE FIGURAS	VI
INTRODUÇÃO	1
ESTADO DA ARTE	3
METODOLOGIA ADOTADA	7
CAPÍTULO I - PROGRAMA REVIVE	10
I.I - OS ANTECEDENTES: PROGRAMA DAS POUSADAS DE PORTUGAL	10
I.II - ENQUADRAMENTO CONCEPTUAL DO PROGRAMA REVIVE	14
I.III - PROGRAMA REVIVE: ANÁLISE DO GUIÃO TÉCNICO	16
I.IV - LISTA DOS IMÓVEIS	24
I.V. SÍNTESE	28
CAPÍTULO II - MEDIATIZAÇÃO DO PROGRAMA REVIVE	37
II.I - A RECOLHA DE DADOS	37
II.II - ANÁLISE	39
II.III - INTENSIDADE DA DIVULGAÇÃO DO PROGRAMA REVIVE	55
II.IV - CRONOLOGIA.....	56
II.V - SÍNTESE.....	57
CAPÍTULO III - A FORTALEZA DE PENICHE.....	59
III.I - BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO DA FORTALEZA DE PENICHE	59
III.II - ANTECEDENTES: A PROPOSTA DE TRANSFORMAÇÃO EM POUSADA.....	60
III.III - A INCLUSÃO NO PROGRAMA REVIVE.....	62
III.IV - IMPACTO MEDIÁTICO DA INCLUSÃO DA FORTALEZA DE PENICHE NO PROGRAMA REVIVE.....	64
III.V. - QUADRO GERAL: ARCO TEMPORAL SOBRE O PROCESSO DE PENICHE	65
III.VI. - DIFERENTES FASES DO DEBATE SOBRE A FORTALEZA DE PENICHE.....	65
III.VII. - DESCRIÇÃO DO IMPACTO.....	69
III.VIII - SÍNTESE.....	88
CONCLUSÃO	91
FUTUROS EIXOS DE TRABALHO.....	94
BIBLIOGRAFIA.....	96
FONTES	98
ANEXOS.....	I

ÍNDICE DE QUADROS

Quadro 1.1 - Síntese da Listagem dos Monumentos..... 25

Quadro 2.1 - Quantidade de artigos na imprensa escrita sobre o Programa Revive (abril de 2016 a julho de 2017) 39

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 2.1. - Fases de intensidade da divulgação do Programa Revive (abril 2016 – julho 2017) 56

Figura 3.1. – Fases de visibilidade pública sobre a Fortaleza de Peniche no Programa Revive 66

INTRODUÇÃO

Na aprovação do Programa Revive em setembro de 2016, este foi alvo de divulgação imediata por parte dos média, trazendo para a esfera pública a questão da privatização da gestão do Património imóvel em prole da utilização com perspetivas turísticas/hoteleiras. Se é consensual que é necessária uma intervenção nos imóveis classificados, a maneira como se procura realizar este objetivo é alvo de disputa.

Isto expressa-se pelas posições entre os profissionais dos setores da Cultura e da Economia sobre a reutilização do Património Público. Os protagonistas da esfera cultural procuram encontrar soluções que privilegiem a manutenção de uma interpretação tradicional do Património. Por outro lado, os intérpretes da esfera económica preferem a aplicação de medidas que favoreçam o desenvolvimento através da utilização destes espaços como um elemento diferenciador. O elo de ligação entre estas diferentes áreas é o turismo.

Na ótica do Estado o crescimento do turismo transmite um fator de atratividade, sendo que os seus benefícios económicos são um elemento positivo, dado pelo valor que estes bens simbólicos possuem (raridade). Assim, para o Estado, a integração de imóveis no Programa Revive é claramente uma oportunidade para consolidar as metas para o turismo.

Porém, onde isto se torna mais ambíguo é nos impactos que as práticas associadas à concessão temporária destes espaços podem ter para as comunidades locais e para o próprio património, situação agravada se o simbolismo do Património afeto colocar em causa este tipo de abordagens.

Um exemplo onde o simbolismo e memória histórica do Património impediu a aplicação do Revive foi a Fortaleza de Peniche. Aqui reuniram-se fatores políticos, partidários, económicos, financeiros, sociais e culturais que travaram a integração deste imóvel e trouxeram a discussão para a praça pública.

Nisto os média tiveram um papel importante, visto que acompanharam com regularidade tanto as transformações do Programa Revive como as especificidades dos acontecimentos circunscritos a Peniche. Neste esforço de análise procuramos sintetizar os principais assuntos abordados pelos média, talqualmente a forma como são tratados e apresentados ao público. Para tal, recorreremos à recolha sistemática das notícias publicadas e divulgadas nos órgãos de comunicação social, de modo a obter um *corpus* suficientemente sólido sobre as dinâmicas em torno do seu acompanhamento e aprofunda-las de acordo com a literatura já existente.

Apesar disto, reconhecemos que apenas os acontecimentos em torno da Fortaleza de Peniche podem ser classificados como “encerrados”, pelo que advertimos para o estado ainda embrionário do Programa Revive. Ou seja, as conclusões apresentadas avante em torno deste Programa podem ser temporárias e dependentes de outras variáveis que não pudemos incluir neste estudo. Aliás, a recolha destas notícias ainda pode ser considerada como uma abordagem inicial, limitada entre abril 2016 e julho 2017, podendo o Revive ainda ser divulgado e alvo de críticas até à sua conclusão em 2019.

Em suma, aquilo que nos propomos concretizar nesta dissertação é uma abordagem da fase inicial do Programa Revive, com um foco na situação particular da Fortaleza de Peniche, através do seu acompanhamento noticioso e apresentando algumas considerações em torno da sua implementação.

Face ao objeto de estudo desta dissertação, o Programa Revive, fora necessário abordar um conjunto de temas que remetem para diversa literatura, desde a Gestão do Património pelas esferas pública e privada, a leis referentes ao Património, o Turismo Cultural, o Programa das Pousadas de Portugal, os média face ao Património e às Políticas Culturais. Deste modo, foi necessário a recolha e estudo de uma bibliografia que considerasse a diversidade multidisciplinar que está assente à compreensão deste programa e sua aplicabilidade. Assim, em cada um destes pontos, tornou-se imprescindível salientar algumas obras cujos aspetos são relevantes e mais debatidos, tal como aqueles que são menos desenvolvidos. Esta recolha inclui não só bibliografia nacional, mas também internacional a fim de aprofundar esta análise.

O ponto de partida recai sobre as questões da valorização do Património. Esta questão remete para Alois Riegl em “O Culto Moderno dos Monumentos”. (RIEGL, 2013) Nesta obra sugere que a relação entre o tempo histórico e a memória determina as diversas categorias de valor. Uma das diversas noções que destaca é a de *Valor Utilitário*, em que os objetos do passado podem sofrer da perda da função original, levando à necessidade de encontrar uma nova função que a substituísse. Assim, a compatibilização do valor do objeto enquanto elemento do passado com as intenções do tempo presente. A partir desta noção de valor utilitário, Françoise Choay (CHOAY, 2015) apresenta a noção de modernização em torno do uso, agregada cada vez mais ao domínio da economia. Na conjuntura após os anos 1960 surgiu um *boom* de locais e espaços Patrimoniais ao serviço do turismo de massas. Logo, a autora equaciona a reutilização destes bens frágeis ao serviço da rentabilização para utilização privada e o uso excessivo para turismo como parte de uma mudança em torno espectacularização da sociedade de lazer e apresenta os contornos menos favoráveis à continuidade destes bens (CHOAY, 2011). Semelhantemente, Laurajane Smith (SMITH, 2006) aborda como a ligação entre o discurso economicista e o turismo de massas nos anos 1980 e 1990 favoreceu a associação entre o consumo turístico e o Património. Deste modo, para satisfazer as necessidades do “mercado”, a expansão da quantidade de bens faz com que os elementos que pertencem ao discurso patrimonial aumentam exponencialmente. Contudo, a autora não nega uma visão que o Património detém na economia, estabelecendo criticamente que o reforço da preponderância económica intensifica a questão do consumo passivo dos bens culturais como um ato normativo. O vínculo entre a economia e o Património é reflexo da industrialização e democratização da cultura pela via turística sendo que, na posição de Francisca Hernández (HÉRNANDEZ, 2002), o aumento dos bens Patrimoniais,

principalmente nos meios mais ruralizados, demonstrou a insuficiência dos recursos alocados localmente pelo Estado para cumprir a devida recuperação dos mesmos. Como tal, na perspetiva dos intervenientes turísticos é necessária uma adaptação das estruturas locais para incorporá-las nos circuitos mais convencionais.

De acordo com David Throsby (THROSBY, 2003), o investimento estatal manifesta-se de maneira insuficiente para cumprir o aumento tanto da conservação dos bens Patrimoniais e à quantidade que lhe é afeta, primordialmente por questões de ordem financeira e económica. Embora ainda tenha um domínio legal para agir em termos legislativos para a criação de políticas culturais, perdeu preponderância do seu domínio de intervenção em prole da criação de soluções que incluam a economia privada como garantia que os bens Patrimoniais sejam conservados e, sobretudo, utilizados. Conclui ainda que as tendências iniciadas nos anos 1980 e 1990 se centram em privatizações, liberalização do mercado e descentralização e desestatização, semelhante às conclusões por parte de uma leitura comparada sobre as políticas para o Património dos autores Arjo Klammer, Anna Mignosa and Lyudmila Petrova (AAVV, 2013, p. 50)

Os termos mencionados acima complementam-se na abordagem de Xavier Greffe (GREFFE, 1990). Aqui descreve uma tendência que deve suscitar à reestruturação da atuação do Estado, favorecendo a descentralização do Património como uma nova proposta política para a proteção dos bens Patrimoniais. Deste modo, Greffe indica que a clivagem entre as intenções dos discursos em volta de soluções estatizantes e a sua aplicabilidade mostram-se menos eficazes em garantir a manutenção e gestão dos bens Patrimoniais. Logo, este autor favorece uma atuação em redes, com o carácter de intervenção. Apoiado em atores privados (empresas, associações, grupos, ONGs) e a distribuição de competências às administrações locais. Destaca ainda que a descentralização é um passo positivo para garantir uma maior autonomia decisória e na procura de outros meios de financiamento, a fim de garantir a existência permanente de meios para conservar os bens Patrimoniais, tendo o Estado um papel legislador e regulador dessas intenções. Isto coaduna-se com o estudo de Rosa Campillo Garrigós (GARRIGÓS, 1998), onde esclarece uma necessidade de olhar para análises económicas em torno da conservação do Património, com vista a introduzi-lo na vida social e económica e estimulando, na sua perspetiva, uma obrigação de relacionar ambos os lados da questão, pois a partir do momento em que se estabelece a noção da raridade ou excecionalidade dos bens estes são, nas condições atuais passíveis de ser olhados de uma perspetiva económica. Acrescenta ainda que a mudança de mentalidade de uma intervenção apenas por parte do Estado (utilizando o termo do Estado enquanto mecenas) é detrativa. Garrigós reflete também, em termos práticos, que os cidadãos ao pressionarem (tendo em conta o aumento do número de bens) para a intervenção do Estado, este não terá

capacidades económicas para responder, perpetuando o ciclo de abandono do Património. Apenas reforçando uma maior interação e coordenação entre atores públicos e privados se conseguiria obter melhores soluções para o Património, posição semelhante a Greffe (GREFFE, 1999). Francisca Hernández (HÉRNANDEZ, 2002) também partilha esta linha de pensamento, complementando estas noções com a intenção de integrar as necessidades das comunidades locais nas lógicas patrimoniais e da sua conservação. Logo, para esta autora, as possibilidades económicas devem existir em equilíbrio com o proveito retirado pelos locais. Sublinha que nesta nova realidade favorecer a conjugação entre atores públicos e privados é benéfico, visto que permite uma adoção de novas propostas de valorização e políticas culturais. Ainda que a argumentação de Hernández possa dar a entender que a comercialização e rentabilidade do Património é a única via desejável, também reconhece que mesmo com interdependência, a natureza do Património não é compatível com uma via puramente enviesada para a questão lucrativa, é sim um compromisso que envolve processos que devem ser muito ponderados e debatidos e cujos frutos podem trazer benefícios a ambas as partes. Nesse aspeto, Roberto Gomez de la Iglesia (PORTUGAL & et.al, 2007, apud IGLESIA p. 18) remete para Jeremy Rifkin, em que isto demonstra a transição do “capitalismo industrial” para o “capitalismo cultural”, visível na abordagem de Greffe (GREFFE, 1999) (GREFFE, 1990) que demonstra uma aceitação sobre a aplicabilidade destes conceitos.

As posições acima remetem para o debate destes temas na literatura estrangeira. A literatura portuguesa assume contornos semelhantes. Na questão do domínio dos poderes públicos Augusto Santos Silva (SILVA A. S., 2014) indica que, a partir dos anos 1980, as tendências estatizantes do Estado sofreram uma mudança paradigmática, que podemos remeter para o conceito de redes de Greffe (GREFFE, 1990). Luiz Oosterbeek (PORTUGAL & et.al, 2007, apud OOSTERBEEK p. 34) destaca as fragilidades da gestão do Património Cultural em Portugal em dois pontos: a intervenção dos poderes públicos não consegue acompanhar a escala territorial, impedindo a sua devida proteção; esclarece ainda que os instrumentos do domínio legal (inventariação, classificação) não alcançam todos os sítios. Face a esta situação, Oosterbeek indica que as soluções devem, considerando as novas dinâmicas que são estabelecidas, incluir as necessidades sociais, reconhecendo que o Património e a economia estão interligados e que a cultura é nesse sentido o produto das tensões da conjugação destes dois pontos.

Uma interpretação complementada por José Luís Saldanha Sanches (MIRANDA, CLARO, & ALMEIDA, 1996, apud SANCHES p. 355), assinalando que esta junção permite o prosseguimento de políticas públicas (em torno do bem público), sendo que essa aplicação também inclui fins económicos. Deste modo, o Estado procurando formas de resguardar o Património (o simbólico) e utiliza instrumentos da ordem económica para justificar as políticas

públicas (gerando o bem público e a economia). Portanto, ao estimular determinadas áreas (turismo), na sua perspetiva, promove a salvaguarda dos bens e, ao mesmo tempo, sustenta o desenvolvimento económico do Estado. Nesta premissa de desenvolvimento das políticas públicas com vista ao Património, Eduardo Vera-Cruz Pinto (MIRANDA, CLARO, & ALMEIDA, 1996, apud PINTO p. 208) exalta a necessidade de novas técnicas jurídicas que permitam a regulação e inclusão de mais intervenientes em articulação com o Estado, garantindo assim a promoção do desenvolvimento cultural e da recuperação do Património.

É deste modo que Eduardo Brito Henriques (HENRIQUES E. B., 2002) aponta conclusões que estão em relativa concordância com Greffe: o reforço das parcerias público-privadas e um aumento significativo das atividades comerciais em torno do sector cultural público.

Estas tendências apontadas acima em articulação com gestão de bens sobre a alçada da tutela do Património permitem, de acordo Augusto Santos Silva (SILVA A. S., 2014), uma crescente preponderância dos atores privados em conjugação com os objetivos de natureza pública do Estado.

Em suma, grande parte da literatura reforça a necessidade de estudar e introduzir novos modelos teórico-práticos que sejam capazes de aproximar as esferas da económica e da cultura, garantindo também a prossecução de novas políticas com vista a uma recuperação do património imóvel.

METODOLOGIA ADOTADA

A abordagem proposta nesta dissertação remete para um olhar sobre as relações entre a gestão pública e privada no Património Cultural Português. Isto será abordado através da análise do Programa Revive e do seu impacto na esfera mediática, onde para tal foi necessário a criação de um corpus documental de natureza qualitativa cuja base parte da recolha das referências sobre o Programa Revive nos média. A questão da mediatização permite dar a conhecer as diversas tomadas de posições em torno do assunto dos diversos intervenientes, quais as mudanças que este programa pode suscitar e o os potenciais desacordos em torno da gestão deste tipo de bens culturais.

Tendo em conta a matéria a estudar partimos com os seguintes objetivos: estudar a mediatização do Programa Revive a fim de perceber a relação entre gestão pública e privada quando aplicada ao Património imóvel detido pela esfera pública; verificar que problemas podem surgir dessa relação; compreender a crescente relação entre Património e Turismo, interpretado, por vezes, como um elemento menos positivo e não correspondente dos possíveis benefícios que podem surgir desta relação.

Com isto delimitado, desenvolvemos as nossas dimensões de análise com base naquelas que são gerais (aplicáveis tanto ao Programa Revive como à Fortaleza de Peniche) e outras mais específicas.

Nas que consideramos gerais procuramos interpretar a relação existente entre gestão pública e privada dos imóveis do Programa Revive e encontrar alternativas para os problemas decorrentes do abandono do Património cultural. Isto deu-se através da revisão de literatura como forma de delimitar as principais hipóteses lançadas e outras possíveis interpretações. Empiricamente, a hipótese apresentada através do Programa Revive envolve a participação pública. Logo, a leitura da mediatização destes processos é indispensável para a clarificação das posições tomadas e as possíveis reações que podem surgir. Nesse sentido a leitura da mediatização permite verificar as tendências que são indicadas em torno da literatura académica.

Naqueles mais específicos à intervenção em Peniche, tendo em consideração os aspetos da análise geral, procuramos descrever como é que os média abordaram este processo. Tentamos igualmente compreender o que é dado a conhecer pelos média em torno deste caso específico, em especial os contornos que assumem. A relação da Fortaleza com o Programa permite ainda verificar influências e percursos para com o Património e as políticas

públicas e como se procura resolver os problemas provocados pela deterioração dos bens Patrimoniais e que tipo de soluções são privilegiadas.

Tendo tudo isto como alicerce, constatamos que já existem algumas bases metodológicas desenvolvidas por outros autores. Assim, procurámos integra-las tanto no nosso trabalho empírico como teórico.

Para tal, o estudo de referência base parte da obra Dinâmicas do Preço Fixo do Livro (SANTOS, NEVES, & GOMES, 2000), estudo que permite um paralelo sobre a mediatização deste tipo de dinâmicas em torno das políticas públicas e projetos culturais aplicando-o às dinâmicas do Programa Revive. Como tal, esta iniciou-se com a pesquisa e recolha de bibliografia a fim de delinear um Estado da Arte sobre os conceitos a trabalhar. Sendo que se está a tratar da esfera mediática, a componente empírica remete para a construção de um *corpus* documental de diversas fontes nos média, permitindo a leitura transversal ao processo.

Deste modo, no primeiro capítulo definimos a conceptualização do Programa: quais os vetores de atuação do Programa, o seu enquadramento legal, o que é proposto e as metas que pretende atingir. Para tal, recorremos ao guião técnico do Revive e aos decretos-lei a que fica afeto. Paralelamente, foi feita uma recolha da lista dos imóveis do Programa Revive, da sua localização, condições e situação local e legal, integrando-os num inventário.

No segundo capítulo tivemos atenção ao modo como as notícias surgem, ou seja, qual o processo de mediatização: o que é dito, como é dito, que posições são tomadas, se é estimulado o debate público das questões culturais e Patrimoniais, existe uma polarização e qual o interesse do tema. Aqui a criação de um corpus documental fora essencial. Este é constituído por 209 notícias, retiradas entre abril de 2016 e julho de 2017, dos diversos órgãos de comunicação social que fizeram menção ao Programa. A análise deste corpus passou para a sua transformação numa grelha de análise com o levantamento dos temas abordados nestas notícias. Esta recolha engloba ainda os órgãos noticiosos de dimensão local e nacional, visto que o modo como estes temas são abordados depende da circunscrição geográfica e diferente património tem diferentes valores para diferentes comunidades. Este corpus permite ainda mapear as posições dos diversos intervenientes, permitindo perceber quem são e de que modo estão afetos ao assunto.

Esta estratégia remata no terceiro capítulo em que colocamos o nosso foco de estudo nas especificidades do acompanhamento da integração e posterior remoção da Fortaleza de Peniche da lista de imóveis patrimoniais integrados no Programa Revive. Com um caso mais específico é possível limitar o discurso e obter uma imagem de como são transmitidas estas dinâmicas e que elementos são destacados. Dados os princípios metodológicos aplicados ao capítulo anterior, também procuramos verificar como e quais as notícias que mencionaram este

espaço na ótica do Revive e em simultâneo com a recolha dos materiais a nível do programa no seu geral, foram recolhidas 54 notícias sobre a Fortaleza de Peniche, que permitiu o estabelecimento de uma cronologia e as diversas fases em torno da sua divulgação cuja finalidade demonstra as posições entre a diversidade de soluções existem em torno da recuperação do Património. Aliás, só com esta limitação de plano é que é possível verificar os impactos de um Programa que ainda está no seu início, ou seja, de modo a verificar a conjugação dos diversos temas abordados no capítulo anterior.

Talqualmente, ao longo dos capítulos vamos apresentando breves sínteses das questões abordadas e dos resultados obtidos, de modo a permitir uma fácil leitura das temáticas exploradas e das nossas conclusões.

CAPÍTULO I - PROGRAMA REVIVE

I.1 - OS ANTECEDENTES: PROGRAMA DAS POUSADAS DE PORTUGAL

O Programa Revive enquadra-se como uma medida que, de algum modo, dá continuidade ou que se situa na linha do programa Pousadas de Portugal. Este último programa é iniciado nos anos iniciais da década de 1940 e teve expressão até aos anos 1980 do século XX. Projetado por António Ferro, desde cedo foi reconhecida a relação entre a recuperação do património imóvel histórico e a funcionalização em termos turísticos, sendo uma ferramenta e política pública que teve bastante expressão e que, de certo modo, serve de referente mais próximo do Programa Revive. Contudo, apesar de existirem algumas semelhanças nas metas e objetivos práticos, concretamente não percorrem o mesmo caminho, tendo contornos relativamente diferentes na relação de recuperação do Património a nível de valorização¹. De maneira breve, fica em síntese as etapas pelas quais se construiu o projeto das pousadas de Portugal e que podem deixar pistas sobre o que acontece no Programa Revive.

Embora de pouca expressão até aos anos 30 do século XX, o turismo em Portugal não tinha infraestruturas suficientes para acomodar as necessidades dos turistas nem existia uma linha clara em termos de planificação para o turismo (VENDA, 2008, p. 10)

A partir de 1936 com o «I Congresso Nacional do Turismo», uma das propostas mais interessantes na tentativa de criar uma reforma significativa e modernizada aparece com a tese de Francisco de Lima denominada «Pousadas» (VENDA, 2008, p. 12), onde ficou em discussão um novo sentido para o turismo nacional, com vista à reconfiguração de edifícios pré-existentes e dotá-las de qualidade atual para o serviço requisitado, sem danificar o que as caracteriza e vocacionando-as para um público mais abrangente.

(...) construções antigas que tenham condições de adaptabilidade às exigências actuais de conforto e de vida, sem lhes tirar o seu cunho ou as deformar. (VENDA, 2008, p. 13)

(...) de modo a torná-lo acessível a toda a população interessada em conhecer as vastíssimas riquezas nacionais (VENDA, 2008, p. 12)

¹ Sobre o assunto, em maior detalhe, ver a dissertação de mestrado de Cátia Filipa Fidalgo de Sousa Venda: “Reabilitação e reconversão de usos: o caso das pousadas como património” disponível em <https://fenix.tecnico.ulisboa.pt/downloadFile/395137857202/disserta%E7%E3o.pdf>

Apesar de tudo isto ter sido pensado em 1936, só foi materializado a partir de 1940 com a figura de António Ferro a liderar o processo e com a DGEMN e o Ministério das Obras Públicas a efetuar a recuperação dos edifícios históricos.

Assim, a partir de 1940 as primeiras pousadas definiam-se por estes traços:

O plano das primeiras pousadas, promovida na campanha de “Bom Gosto” conduzida por António Ferro, apresentava-se como um projecto inovador na medida em que delineava uma estratégia a nível nacional, um pouco na semelhança dos paradores e albergues espanhóis. Além de eleger e promover diferentes pontos de interesse turístico, dotando-os de pequenas unidades hoteleiras, pretendia “encurtar distâncias” a nível nacional e internacional, facilitando as deslocações por todo o país. (VENDA, 2008, p. 15)

Isto define uma estratégia de descentralização das unidades hoteleiras, favorecendo a fruição dos bens culturais pelo país, apoiando-se em pequenos eixos de ligação entre cidades e incluindo a possibilidade de internacionalização tanto para fora como cá dentro, prevendo a mobilidade de turistas/viajantes.

A segunda fase do projeto das pousadas surge após o rescaldo da Segunda Grande Guerra, onde surge a questão de qual linguagem arquitetónica adotar: a mais *modernizante* ou mantendo a linguagem *classicizante* do Estado (ALÇADA, 1999, p. 165). Deste modo procurou-se dar a conhecer as novas potencialidades que o conceito das pousadas poderia oferecer, este conflito destas duas tendências arrancou em 1954 até aos anos 1970 (VENDA, 2008, p. 17)

É neste contexto que se irá desenvolver a 2ª série de Pousadas, dialogando com a modernidade e a tradição e articulando uma relação mais sensível com o sítio e com o “espírito do lugar”. Se as primeiras pousadas tinham sido concebidas para se apresentarem como pontos de passagem nos itinerários principais, a segunda série acaba por se focar na ideia de “trabalhar as naturais simetrias do terreno, promovendo espaços de permanência que sedimentassem um turismo de carácter local”. (VENDA, 2008, p. 19)

A partir dos anos 1960 até ao final do regime em 1974 situa-se o período de experimentação/transição e distanciamento da conceptualização que o Estado Novo detinha

sobre o programa das pousadas. Aqui o discurso oficial passa a assumir contornos mais contemporâneos, estimulado pela própria DGEMN. A introdução da Carta de Veneza em 1964, o fim do regime do Estado-Novo e o processo de democratização alteraram o panorama sobre a articulação das pousadas com o seu entorno. (VENDA, 2008, p. 25)

O domínio desta uniformização ideológica sobre o património a nível das pousadas passa para outra cuja preocupação é a valorização da arquitetura de autor, com uma maior abrangência de integração para além do espaço da pousada em si.

A postura adoptada nestas intervenções anuncia uma mudança da política das pousadas oficiais. Além de promover uma nova “relação com o tempo e a história, o saber e a arte”⁵⁷, demonstra um novo tipo de “culto” do património histórico, no qual a cultura deixa de ser encarada como uma realização pessoal para ser tomada como uma indústria. “Símbolos de uma memória e identidade colectivas, a gradual “extensão – tipológica, cronológica e geográfica – dos bens patrimoniais foi acompanhada pelo crescimento gradual do seu público (VENDA, 2008, p. 25)

A partir de 1974 e durante os anos 1980 e 1990 o carácter historicista passa, pelo menos no discurso oficial do Estado perante o património das pousadas, a ser substituído pelo contexto da aproximação às novas dinâmicas da democratização cultural, com novos conceitos e abordagens, da abertura para um discurso mais inclusivo e ao mesmo tempo mais fragmentado em coerência em linguagem arquitetónica, bem como a sua articulação a planos estratégicos em torno da sua aplicação macro-micro à escala territorial.

Desfeita ou caricaturada a razão ética do projecto”, no vazio que se gera entre a realidade e a construção do desenho, “na ausência de investigação ou na subvalorização de ferramentas essenciais”, o processo criativo liberta-se “para a produção de uma nova arquitectura. (LOBO, p. 105)

No ano de 1979 é criada a ENATUR e em 1980 surge o Plano Nacional de Pousadas que visava dar continuidade ao sector do turismo no panorama nacional nas seguintes medidas: continuar a adaptação dos edifícios existentes tendo em conta a recuperação do património edificado e abranger de maneira uniforme o território nacional em conformidade com as necessidades de cada região. (VENDA, 2008, p. 27)

Nos inícios dos anos 1990, o Plano Nacional das Pousadas leva a cabo um conjunto de recuperações e modificação das pousadas existentes, sendo que esta última fase causou deturpações da autenticidade de algumas delas, sendo mesmo reconhecido por parte da ENATUR essa irreversibilidade dos projetos (LOBO, 2007, p. 155). A própria condição destas intervenções mais «agrestes» marca a natureza da procura de rentabilização que nem sempre funcionou de maneira harmoniosa, mas que marca o distanciamento da relação entre a noção de intervenção no monumento como «mal menor» para um onde é encorajada a «evolução» da morfologia do edifício.

a adaptação de monumentos a pousadas foi praticada desde a década de 50 até à década de 70(...) a questão que se colocou na altura em que estes programas foram decididos foi a possibilidade de reabilitação destes monumentos através da sua adaptação a pousada, uma vez que se encontravam em situação crítica (especialmente as dependências monásticas). O facto de esta acção ter sido desencadeada pelo estado, motivou um surto de pretensões idênticas de conversão hoteleira de velhos e desafetos conventos e mosteiros um pouco por todo o país, especialmente por parte dos municípios e de alguns promotores privados.) (CUSTÓDIO, 2010, p. 268)

Assim, muito brevemente, o processo da evolução das Pousadas de Portugal, cuja dinâmica pós anos 1980 levou avante um maior processo de autonomia a nível da diversidade de soluções e nas metas a atingir, sobretudo por parte de um aumento do consumo turístico. A crescente comercialização da cultura, que segue a tendência internacional (HENRIQUES, 2002, p. 73), onde a recuperação dos imóveis não só pretende valorizar o bem em si como adequar tudo ao encontro dos diversos atores e intervenientes, que cada vez mais procuram esse apelo do património adjudicado a um serviço ou bem consumível da qual é possível retirar não só benefícios de fruição por ser um edifício de carácter histórico, mas da qualidade dos serviços que se instalam, normalmente por serem hotéis de charme ou outros serviços turísticos de grande reputação. Acerca desta noção, o aumento da diversidade de locais oferece novas possibilidades de criação de significados na própria vida dos edifícios, o que de certo modo os “revive” da condição de perda a que muitos estão sujeitos, ainda que exista sempre a possibilidade de descaracterização, sendo esse um dos maiores riscos na tentativa de manter e preservar a lista cada vez maior de edifícios históricos.

Numa altura onde cada vez mais o conceito de recuperação está mais intimamente ligado com a funcionalização, a adequação deste tipo de espaços nem sempre está próxima das condições que lhe são exigidas em termos de projetos, podendo haver certos tipos de

soluções que não se adequam a este tipo de estruturas. Nessa lógica de intervenção, anteriormente dominada por parte do Estado por razões de base conceptual ideológica, na atualidade é mais difícil de colocar em prática por constrangimentos de ordem económica. O custo inicial e a natureza da gestão por parte das entidades estatais nem sempre vai de encontro aos critérios de mercado.

Consequentemente estendeu-se a tendência de utilização de investimento por parte da economia privada, com critérios não só mais vocacionados para a rentabilização, como das noções de economia de mercado, procurando dirigir a oferta para quem está interessado em usufruir deste tipo de serviços, na medida em que como foi referido anteriormente, a noção de consumo cultural ganhou pujança no período dos anos 1980 em diante, conjugando todas as dinâmicas exteriores em torno do monumento e inseri-lo no quotidiano, tornando-se estes próprios não só auxiliares das estruturas económicas locais, mas também nacionais. Logo, demonstrando uma procura da adequação (ainda que seja muito à base de tentativa e erro e sujeita a demasiadas críticas justificadas em alguns casos) dos próprios objetos do passado ao discurso mais próximo da sua integração com as diversas esferas da ordem social.

não se tratava já de defender de modo mais ou menos estático e "respeitador" o património, ou de lhe dar dimensão, a um tempo arquitectónica e urbana; tratava-se também de fazer participar a história, a arqueologia, a paisagística no esforço comum, orientado pelo arquitecto, de ampliar um determinado monumento, de o deixar crescer como se fossem os frades de setecentos a imaginar uma nova ampliação do seu edifício, que só poderia ser desta forma e neste local - na sugestiva frase do próprio autor (que foi o prémio nacional de arquitectura de 1987 por esta obra) (ALÇADA, 1999, p. 173).

I.II - ENQUADRAMENTO CONCEPTUAL DO PROGRAMA REVIVE

O «Programa Revive», está assente em três vetores: recuperação, património e turismo. A definição pela entidade que o criou, neste caso o Governo de Portugal, a fim de delinear o universo conceptual desta proposta, constitui-se pela seguinte premissa:

O património imobiliário público constitui um componente muito relevante da identidade histórica, cultural e social do país, e um elemento rico e diferenciador para a atratividade das regiões e para o desenvolvimento do turismo. É, por isso, determinante assegurar a sua preservação, valorização e divulgação, bem como um acesso alargado à sua fruição. (Governo de Portugal, 2016)

A primeira indicação a destacar é a relação entre o património imóvel e o turismo, através da qual é assim garantida, a fruição pública de todas as *nuances* culturais e históricas. Nesta perspetiva procura-se fomentar assim, o turismo do Património Cultural como uma extensão da noção bem público, através da qual seja possível a fruição pública do património. Portanto uma noção chave a reter é a da utilização do património imóvel enquanto uma “ferramenta” ou “recurso” para usufruto turístico e cuja relação assegura a existência e continuidade física do património no processo de passagem no tempo, e promovendo ao mesmo tempo o seu papel enquanto um “bem” cultural.

No entanto, os “objetos” em questão são de natureza cultural e simbólica, pelo qual é necessário também especificar que no domínio desta intervenção na materialidade dos bens simbólicos, portanto, de garantir que essa recuperação coaduna com todos os valores que estão subjacentes aos bens simbólicos e culturais, isto devido à sua raridade (valor) passa a ser reavaliado com uma nova utilidade que respeite essa excecionalidade:

Constitui, por outro lado, um pilar base do Projeto REVIVE a recuperação do património com respeito pelos valores arquitetónicos, culturais, sociais e ambientais mais relevantes.
(Governo de Portugal, 2016)

A segunda indicação a retirar é o “peso” da recuperação física do património (neste caso o património imóvel), cuja situação atual se encontra em degradação ou desafeição, garantindo que através dessa recuperação material se mantenha também o valor imaterial dos imóveis afetos ao programa e garantindo a sua existência no tempo.

Em relação à justificação da sua proposta, o programa revive procura responder ao seguinte:

Pretende-se, com esta iniciativa, promover e agilizar os processos de rentabilização e preservação de património público que se encontra devoluto, tornando-o apto para afetação a uma atividade económica com finalidade turística, gerar riqueza e postos de trabalho, promover o reforço da atratividade de destinos regionais, a desconcentração da procura e o desenvolvimento de várias regiões do país. (Governo de Portugal, 2016)

Num terceiro ponto, procurar aliar a utilização dos bens culturais públicos ao processo económico a fim de garantir o desenvolvimento de riqueza e mais uma vez, o turismo, isto através de investimento privado.

Ou seja, a situação de partida para as bases deste programa foca-se primariamente na (re) utilização/refuncionalização dos bens culturais do Estado que ficaram desafetos e degradados e em risco de sucumbirem ao processo de destruição pelo tempo, permitindo que, através de investimento privado sejam capazes de não só escaparem ao processo de ruína, mas que respondam também a um estímulo de procura turística.

I.III - PROGRAMA REVIVE: ANÁLISE DO GUIÃO TÉCNICO

O Programa Revive, o objeto de análise desta dissertação, foi pensado e criado num contexto recente de (pós)crise e de forte acréscimo de fluxos turísticos pelo XXI Governo Constitucional. Foi aprovado em 28 de setembro de 2016² e lançado no Convento de São Paulo de Elvas, e define-se em traços gerais como um “programa de recuperação de património imóvel do Estado com destino à utilização turística” (Governo de Portugal, 2016: xx)

Para melhor compreender a dimensão desta proposta e do seu potencial (positivo ou negativo) nas políticas públicas para o Património Cultural, é necessário olhar para a base conceptual e legal que o define enquanto objeto de estudo desta dissertação. Nestes termos fica a apresentação do que o define e em que moldes funciona.

Na sua definição legal, possui um guião técnico que assegura a sua validação e a metodologia de todo este procedimento. A sua estrutura passa pelos seguintes pontos:

“I – OBJETIVOS; II – PRESSUPOSTOS; III - TRAMITAÇÃO DO PROCESSO; Procedimento concursal; Licenciamento da Obra; IV - PROGRAMA DE CAPTAÇÃO DE INVESTIMENTO; V - INSTRUMENTOS DE APOIO FINANCEIRO; VI – ANEXOS.”
(Governo de Portugal, 2016)

É deste modo que, nestes pontos, poderíamos definir como o tabuleiro de jogo, quem são os *stakeholders*, estabelecer as regras pelas quais todos os intervenientes se devem reger - os seus “direitos e deveres” a fim de garantir a execução da definição conceptual proposta no Programa Revive.

² Ver ponto 6 – Modernização do Estado sobre o Programa Revive em <https://dre.pt/home/-/dre/105637671/details/maximized> .

I: OBJECTIVOS:

O primeiro ponto começa por determinar os objetivos a realizar e pela seguinte estruturação: «Quem? O Quê? Porquê? Para quem? Para quê? Como? Com que finalidade?»

O primeiro interveniente é o Estado, através do Ministério da Economia; Ministério da Contabilidade e Finanças e Ministério da Cultura. Todavia destaca-se que o detentor da decisão final a nível concursal é a Direção Geral do Tesouro e das Finanças³.

O principal objetivo é:

(...) o objetivo de promover a requalificação e subsequente aproveitamento turístico de um conjunto de imóveis do Estado com valor arquitetónico, patrimonial, histórico e cultural que não estão a ser devidamente usufruídos pela comunidade em que se inserem e, nalguns casos, encontrando-se em adiantado estado de degradação. (Governo de Portugal, 2016)

É deste modo que se estabelece não só qual o intuito, mas também o objeto a utilizar e a determinação de um papel ou função - o aproveitamento na ótica turística de bens imóveis do Estado com um conjunto determinados valores de natureza simbólica.

Cumprindo um papel ou função, é necessário definir para quem se destina esta intenção; neste caso o termo utilizado é «comunidades», o segundo *stakeholder*. É também de realçar por parte da entidade Estatal o critério da relação do “porquê?” da escolha destes objetos, definido como a “não utilização” por parte da “comunidade” causada pela relação de degradação física dos mesmos com a “comunidade”. Contudo o ponto mais importante a destacar desta intenção é que nesta definição de “não utilização” por parte das “comunidades”, que a Entidade Estatal decidiu qual a finalidade, destino e interesse mais “útil” para elas, ou seja temos aqui a relação de poder entre o Estado e as “comunidades”.

Pretende-se, assim, levar a cabo a valorização e recuperação desse património público, missão do Estado no âmbito dos imóveis do seu domínio público e privado, preservando-se os valores e pressupostos que determinaram a dominialidade desses bens, mas

³ Como indicado no anexo nº2 do programa, para mais ver « <http://revive.turismodeportugal.pt/pt-pt/anexo-2> »

encontrando mecanismos exequíveis de prosseguir os objetivos de valorização e recuperação acima mencionados. (Governo de Portugal, 2016)

Para conseguir levar a cabo esta tarefa, este recorre a utilização do investimento e iniciativa privada a fim de cumprir a recuperação dos bens imóveis. Sendo, no entanto, bens do domínio do Estado (dessa forma parte integrante do direito público), é necessário adequar as ferramentas de atuação a fim de preservar esse parâmetro. Poderíamos considerar isto como um ato de entrega dos bens públicos à confiança da atuação privada a fim de garantir benefícios mútuos para ambas as partes.

Os investidores privados, deste modo, são o terceiro *stakeholder* e o meio “como” o Estado procura realizar o investimento.

O último ponto é a finalidade deste objetivo, a meta a atingir em todo este processo refere-se à utilização turística com fins económicos, levando em consideração uma adequada integração ajustada às necessidades locais e ao nível Nacional.

Assim sendo, o modelo base que se prevê no **Projeto REVIVE** passa pela recuperação desses imóveis através da realização de investimentos privados, tornando-os aptos para afetação a uma atividade económica, nomeadamente nas áreas da hotelaria, da restauração, das atividades culturais, ou outras formas de animação e comércio, alcançando os pressupostos de valorização e recuperação cuidada dos imóveis em presença e também contribuindo para o desenvolvimento económico e social das regiões onde se se localizam esses mesmos imóveis. (Governo de Portugal, 2016)

É deste modo que a base do Programa Revive se desenvolve: no processo de recuperação de bens imóveis do Estado, ou seja elementos do património imóvel do Estado, que será feito através da utilização de investimento privado, por fim de conciliar estes bens de capacidade de gerar atividade económica, não só a nível local como nacional, numa perspetiva de funcionalização turística, garantindo que através dessa forma, se fortaleçam os laços entre o desenvolvimento económico e social, no compromisso de devolver à fruição pública os bens que estão de momento numa situação de abandono.

II: PRESSUPOSTOS:

Os pressupostos são o ponto número dois deste programa - o desígnio do que se pretende atingir e a definição das tarefas de ambas as partes envolvidas neste processo:

O modo de seleção dos imóveis estabelece como é que se escolhe os imóveis; este passa por reabilitar os bens imóveis do Estado (Património Imóvel), sendo necessário definir quais os imóveis e de quem os seleciona a fim de perseguir o objetivo principal – os métodos de exploração que recaem sobre aspetos legais a fim de garantir o benefício mútuo.

Nesse sentido, a seleção dos imóveis que integram o REVIVE é feita pela equipa técnica que gere o projeto, que integra a Direção-Geral do Tesouro e Finanças, a Direção-Geral do Património Cultural e o Turismo de Portugal, I.P., e consensualizada com os municípios onde se localizam os imóveis. (Governo de Portugal, 2016)

Portanto fica discriminado que quem são as figuras jurídicas que designam os imóveis a integrar neste programa, ditado pelo Estado, através das entidades competentes em coordenação com os municípios onde estão os imóveis, sendo estes selecionados levando em conta o seu valor patrimonial, cultural, histórico; o facto de se encontrarem devolutos.

Os modelos de exploração dos imóveis respondem pelos parâmetros definidos legalmente e em vigor, ou seja, o «regime de imobiliário público»⁴, indicando o seguinte:

O regime jurídico do património imobiliário público guia-se por objetivos de eficiência e racionalização dos recursos públicos e da adequação à atual organização do Estado, prevendo mecanismos de gestão desse património imobiliário que salvaguarde a natureza pública do mesmo, tanto no que concerne aos imóveis do domínio público como nos imóveis do domínio privado (cuja alienação seria possível nos termos gerais). (Governo de Portugal, 2016)

Acerca desta proposição, o Estado garante que embora exista a possibilidade de existir a possível alienação dos bens imóveis, tal não sucederá no Programa Revive, utilizando se necessário, outras figuras que garantam que salvaguardem a propriedade pública e o seu acesso.

⁴ Conforme **DL n.º 280/2007, de 07 de agosto** (na versão atualizada na Lei n.º 82-B/2014, de 31/12, 7ª versão)

É a partir deste enquadramento legal que assim se possibilita a garantia de conseguir não só a rentabilização do imóvel, mas também da garantia que permanece no domínio da fruição pública, através da salvaguarda de determinados elementos pré-existentes, protegendo espaços que sejam críticos a fruição pública.

Deste modo, a existência de áreas com usos pré-existentes, como sejam espaços de visitação pública, museus, zonas reservadas ao culto, etc., serão totalmente salvaguardadas, seja mediante a exclusão dessas áreas do objeto dos procedimentos de valorização patrimonial, seja mediante a sua inclusão nas áreas de valorização patrimonial, mas com especiais obrigações de afetação, manutenção e preservação. (Governo de Portugal, 2016)

Para fazer cumprir as indicações anteriores é necessária uma equipa técnica que irá controlar todo este processo e quais as suas competências e o papel a desempenhar. São as seguintes entidades, todas elas de regime público: O Turismo de Portugal, IP; a Direção-geral do Tesouro e das Finanças (DGTF) e Direção Geral do Património Cultural (DGPC). A estes está incumbida as seguintes funções:

A DGTF, no que de si dependa e em articulação com as demais entidades, presta ainda todo o apoio técnico que se afigure pertinente no âmbito das suas atribuições legais em matéria de gestão do património do Estado.

A DGPC e as Direções Regionais de Cultura acompanham o desenvolvimento do projeto, definindo os parâmetros globais da intervenção nos imóveis em função da respetiva categoria de proteção legal, e prestando todo o apoio técnico necessário no âmbito das suas atribuições legais em matéria de salvaguarda e proteção do património cultural.

O Turismo de Portugal presta a assistência técnica que se afigure pertinente para a concretização dos objetivos do REVIVE, efetua a divulgação dos procedimentos de concurso público através dos meios de comunicação de que dispõe e que sejam adequados para esta finalidade, participa ativamente na captação de investidores interessados na exploração económica dos imóveis, e enquadra nos instrumentos de apoio financeiro disponíveis o investimento a realizar na requalificação dos imóveis, nos termos e condições definidas nos regimes aplicáveis. (Governo de Portugal, 2016)

Além da discriminação das funções dos órgãos principais que integram o programa, está prevista a cooperação com outras entidades do Estado; isto porque devido a diversidade dos imóveis, muitos deles encontram-se na tutela de diversos outros domínios do Estado e caso seja necessário, recorrer a cooperação entre os citados anteriormente e as seguintes entidades: Defesa, Ambiente, Justiça, Administração Interna ou Agricultura.

Neste sentido, esta cooperação procura dar resposta aos diversos problemas que possam surgir associados à intervenção nos imóveis, não só por questões de âmbito legal, mas também tendo em consideração a natureza dos imóveis escolhidos, ficando pré-estabelecido o acompanhamento por uma equipa técnica com pelo menos um representante de cada uma das entidades descritas anteriormente que garanta os seguintes pontos:

A realização de levantamentos arquitetónicos e topográficos dos imóveis;

A regularização jurídico-registal dos imóveis;

A realização de estudos patrimoniais e arquitetónicos destinados à definição dos parâmetros globais de intervenção no património classificado;

A avaliação dos imóveis. (Governo de Portugal, 2016)

III: TRAMITAÇÃO DO PROCESSO

O ponto n. III estabelece as etapas de como se estabelece e efetua a candidatura, quais os tipos de relação e acordos que vão estabelecidos entre o domínio público e o domínio privado e o licenciamento das propostas e das obras

Estes recaem sobre um procedimento concursal, de precisar os acordos possíveis entre o Estado e as entidades privadas, depende sempre da natureza do imóvel, sendo feita a distinção em três abordagens jurídicas, cada um com as suas especificidades.

Imóveis do Domínio Público do Estado: Concessão de exploração, a levar a cabo por procedimento de concurso público com prévia qualificação,

Imóveis do Domínio Privado Estado e Imóveis propriedade de Municípios: Constituição de Direito de Superfície, mediante procedimento por negociação, com publicação prévia de anúncio.

Imóveis do Domínio Privado do Estado objeto de cedência de utilização aos Municípios: Cessão de exploração, mediante procedimento de concurso público. (Governo de Portugal, 2016)

Ou seja, as definições a reter deste ponto são as três figuras jurídicas: - Contratos de concessão de exploração; contratos de direito de superfície e contratos de cessão de exploração.

Estes contratos mútuos vão de um período de 30 a 50 anos, podendo existir renegociação ou caso não suceda, retornar ao domínio do Estado.

Ao definir estas balizas, define-se como é que se desenrola a seriação e avaliação das candidaturas dos interessados, em duas fases: a) Fase de entrega, apreciação e a seleção de candidaturas e b) Fase de apresentação, apreciação e negociação de propostas, com vista à adjudicação.⁵

Desta maneira, a cada um dos imóveis dispostos, estão dispostos sobre um regime legal⁶ que requer a avaliação de um júri, ou comissão, que esclarece os critérios de selecção das entidades privadas com as quais se vão estabelecer os acordos, determinando assim que são escolhidos apenas os que estiverem dotados das melhores “capacidade técnicas e financeiras (Governo de Portugal, 2016)

Esta comissão é dirigida pela figura do Diretor-geral do Tesouro e das Finanças, que nomeia todos os outros representantes para integrar a comissão de avaliação das propostas⁷.

Após este processo de entrega e triagem das propostas, é necessário o licenciamento da obra a seguir à fase de concurso desenrola-se sobre os seguintes decretos:

Decreto-Lei n.º 555/99, na sua redação atual (Regime Jurídico da Urbanização e Edificação) e no Decreto-Lei n.º 39/2008, de 7 de março (Regime Jurídico do Empreendimentos Turísticos) (Governo de Portugal, 2016)

A entrega de propostas e dos projetos, apresenta-se com prazos flexíveis, a fim de garantir que estas visem a “integridade” dos imóveis abrangidos.

⁵ Ver capítulo I, artigo nº5 disponível em « <http://revive.turismodeportugal.pt/pt-pt/anexo-2> »

⁶ Decreto-Lei nº 280/2007, de 7 de agosto (na versão atualizada na Lei n.º 82-B/2014, de 31/12, 7ª versão)

⁷ Ver capítulo II, artigo nº6 disponível em « <http://revive.turismodeportugal.pt/pt-pt/anexo-2> »

No caso de se tratar de imóveis classificados com valor cultural, a Direção-geral do Património Cultural, tem também o papel de emitir pareceres e garantir a respetiva fiscalização sobre as intervenções, fazendo com que se respeitem as normas de proteção dos bens culturais.

As intervenções que incidam sobre imóveis classificados de interesse nacional, conjuntos classificados, em vias de classificação ou situados nas respetivas Zonas Gerais ou Especiais de Proteção, estão sujeitas a parecer vinculativo da DGPC (*cfr.*, nomeadamente, Lei n.º 107/2001, de 8 de setembro, que estabelece as bases da política e do regime de proteção e valorização do património cultural, e Decreto-Lei n.º 140/2009, de 15 de Junho, que estabelece o regime jurídico dos estudos, projetos, relatórios, obras ou intervenções sobre bens culturais classificados, ou em vias de classificação). (Governo de Portugal, 2016)

IV: PROGRAMA DE CAPTAÇÃO DE INVESTIMENTO

Como descrito que este regime de parcerias remete para um investimento económico por parte de privados, este requer um processo de captação de investimento. Este processo é dedido pelo Turismo de Portugal. I.P. Sobre ele recai a tarefa de divulgação não só no mercado nacional, mas com perspetivas de internacionalização, a fim de atrair os investidores privados de diversas partes que não só estejam interessadas, mas que reúnam as condições necessárias ao desenrolar a sua parte neste processo. A cada imóvel afeto ao Programa Revive, está para além da equipa técnica, um gestor por parte do Turismo de Portugal. I.P. que coordene todos os esforços das diversas entidades a fim de realizar tudo o que está proposto no guião.

V: INSTRUMENTOS DE APOIO FINANCEIRO

O processo de divulgação e captação de investimento é uma maneira de saber quem está interessado, mas é necessário também oferecer condições para que se faça o investimento. Para tal são necessários apoios financeiros que estejam adequados ao tipo de investimento que se pretende fazer, pois no que trata ao investimento inicial na recuperação do património imóvel, este é bastante elevado, com cerca de 5 milhões de euros para cada um dos imóveis. A fim de estimular o interesse e condições necessárias para poder realizar este tipo de obras, os investidores privados podem recorrer a crédito sobre as seguintes linhas:

Linha de crédito com garantia mútua;

Linha de Apoio à Qualificação da Oferta (ficha técnica constante do *Anexo 3*). Os projetos apoiados no âmbito desta linha que concorram para o desenvolvimento do interior beneficiam de um prémio de desempenho até 20% da componente de apoio do Turismo de Portugal.

Linha de Apoio Turismo Acessível (ficha técnica constante do *Anexo 4*). (Governo de Portugal, 2016)

Estas linhas de apoio servem para não só como garantia que se façam os investimentos nas áreas e funções que o Estado determina como fundamentais a cumprir, como para os próprios serviços que os privados pretendam criar e daí poder retirar os seus benefícios.

Esta iniciativa é uma parceria entre o Turismo de Portugal I.P. e as instituições bancárias protocoladas. O investimento total desta iniciativa tem como teto máximo um valor na ordem dos 150 milhões de euros.

VI: ANEXOS:

Os anexos deste guião contemplam os elementos indicados nos pontos anteriores em maior especificidade, com os decretos de lei sobre o regime jurídico onde se inscrevem os imóveis (Decreto-Lei nº 280/2007, de 7 de agosto); os critérios de concurso (Modelo de Peças concursais) e as linhas de apoio ao investimento (Ficha técnica da Linha de Apoio à Qualificação da Oferta e Ficha Técnica da Linha de Apoio Turismo Acessível)

I.IV - LISTA DOS IMÓVEIS

No seguimento da descrição do guião técnico, este atua sobre bens imóveis. Assim o Estado, representado pela Direção-Geral de Tesouro e Finanças, definiu um conjunto de imóveis a integrar o programa revive. Em relação ao critério de seleção dos imóveis apenas ficou divulgado que essa decisão parte por iniciativa da comissão liderada pela Direção-Geral de Tesouro e Finanças

A Lista final é composta por 33 imóveis⁸. Embora desde início tenha sido indicado que seria composta por 30 imóveis. Ao longo deste processo, saíram da lista a Fortaleza de Peniche e a Fortaleza de Juromenha. Imóveis cujo concurso já está finalizado e a decorrer são: Convento de S. Paulo de Elvas, Pavilhões do Parque D. Carlos I e o Hotel Turismo da Guarda.

⁸ Ver <http://revive.turismodeportugal.pt/pt-pt/view-locais>

Esta distribuição geográfica é feita em concordância com a divisão administrativa pelas *Nuts* II⁹: sete na região norte; oito na região centro; cinco na região da Área Metropolitana de Lisboa; oito na região Alentejo; quatro na região do Algarve; um na Região Autónoma dos Açores. Em síntese fica uma breve tabela com a listagem dos monumentos.

Quadro n.1.1.: Síntese da Listagem dos Monumentos¹⁰

Monumento	Classificação	Região	Localidade
Mosteiro de São Salvador da Travanca	Monumento Nacional (MN)	Norte	Amarante
Mosteiro de Arouca	Monumento Nacional (MN)	Norte	Arouca
Convento de Santa Clara	Monumento Nacional (MN)	Norte	Vila do Conde
Forte da Ínsua	Monumento Nacional (MN)	Norte	Caminha
Castelo de Vila Nova de Cerveira	Imóvel de Interesse Público (IIP)	Norte	Vila Nova de Cerveira
Mosteiro de Santo André de Rendufe	Imóvel de Interesse Público (IIP)	Norte	Amares
Mosteiro de Sanfins de Friestas	Monumento Nacional (MN)	Norte	Valença
Forte da Barra de Aveiro	Imóvel de Interesse Público (IIP)	Centro	Ílhavo
Hotel Turismo da Guarda	Sem proteção	Centro	Guarda
Mosteiro de Santa Clara-a-Nova	Monumento Nacional (MN)	Centro	Coimbra
Pavilhões do Parque D. Carlos I	Sem proteção	Centro	Caldas da Rainha
Colégio de São Fiel	Sem proteção	Centro	Castelo Branco
Mosteiro do Lorvão	Monumento Nacional (MN)	Centro	Penacova

⁹ Nomenclatura das Unidades Territoriais para Fins Estatísticos. Sobre esta divisão ver <https://www.pordata.pt/O+que+sao+NUTS>

¹⁰ Ver anexo A com os quadros completos

Convento de Santo António dos Capuchos	Imóvel de Interesse Público (IIP)	Centro	Leiria
Casa de Marrocos	(Integrado no conjunto arquitetónico e arqueológico de Idanha-a-Velha - Monumento Nacional)	Centro	Idanha-a-Nova
Castelo de Portalegre	Monumento Nacional (MN)	Alentejo	Portalegre
Convento de São Francisco	Imóvel de Interesse Público (IIP)	Alentejo	Portalegre
Quinta do Paço de Valverde	Imóvel de Interesse Público (IIP)	Alentejo	Évora
Palácio de Manique do Intendente	Imóvel de Interesse Público (IIP)	Alentejo	Azambuja
Palácio das Obras Novas	Sem Proteção	Alentejo	Azambuja
Convento do Carmo	Imóvel de Interesse Público (IIP)	Alentejo	Moura
Coudelaria de Alter	Sem Proteção	Alentejo	Alter do Chão
Convento de S. Paulo	Monumento Nacional (MN)	Alentejo	Elvas
Paço Real de Caxias	Imóvel de Interesse Público (IIP)	Área Metropolitana de Lisboa	Oeiras
Forte do Guincho	Imóvel de Interesse Público (IIP)	Área Metropolitana de Lisboa	Cascais
Quartel da Graça	Monumento Nacional (MN)	Área Metropolitana de Lisboa	Lisboa
Forte de São Pedro	Imóvel de Interesse Público (IIP)	Área Metropolitana de Lisboa	Cascais
Santuário do Cabo Espichel	Imóvel de Interesse Público (IIP)	Área Metropolitana de Lisboa	Sesimbra
Forte do Rato	Imóvel de Interesse Público (IIP)	Algarve	Tavira
Forte de São Roque	Imóvel de Interesse Público (IIP)/Monumento de interesse público (MIP)	Algarve	Lagos

Armazéns Pombalinos	Imóvel de Interesse Público (IIP)	Algarve	Vila do Bispo
Forte de Santa Catarina	Imóvel de Interesse Público (IIP)	Algarve	Portimão
Quartel do Carmo	Sem Proteção	Região Autónoma dos Açores	Horta

Conforme o quadro referenciado anteriormente, esta dá ênfase ao critério de descentralização da oferta de imóveis para fora dos grandes centros com base na desconcentração do turismo, respondendo assim a amplitude de ação pensada para o programa revive.

Sobre a sua categoria de proteção, onze destes imóveis são classificados como Monumento Nacional (MN); quinze como Imóveis de Interesse Público (IIP); um como Monumento de Interesse Público (MIP) e seis sem categoria de proteção. Sobre estas categorias a seguinte indicação:

Monumento Nacional: Um bem considera-se de interesse nacional quando a respetiva proteção e valorização, no todo ou em parte, represente um valor cultural de significado para a Nação, sendo que para os bens imóveis classificados como de interesse nacional, sejam eles monumentos, conjuntos ou sítios, adotar-se-á a designação «monumento nacional». (NABAIS & SILVA, 2006, p. 231)

Imóvel de Interesse Público: Um bem considera-se de interesse público quando a respectiva protecção e valorização represente ainda um valor cultural de importância nacional, mas para o qual o regime de protecção inerente à classificação como de interesse nacional se mostre desproporcionado. Dos bens móveis pertencentes a particulares só são passíveis de classificação como de interesse público os que sejam de elevado apreço e cuja exportação definitiva do território nacional possa constituir dano grave para o património cultural (classificação sob a forma de portaria). (NABAIS & SILVA, 2006, p. 231)

Imóvel de Interesse Municipal: “Consideram-se de interesse municipal os bens cuja proteção e valorização, no todo ou em parte, representem um valor cultural de significado predominante para um município. (NABAIS & SILVA, 2006, p. 231)

Sem Proteção: não se encontra abrangido por nenhum tipo de medida que salvguarde o imóvel, por arquivo ou por ter caducado o processo de classificação.

Para além da sua categoria de proteção, na sua tipologia, são constituídos pelos seguintes: onze são de arquitetura militar; catorze como arquitetura religiosa; oito como arquitetura civil.

Vinte e três destes imóveis estão devolutos, interditos à utilização /fruição pública por razões de segurança pública, e dez encontram-se com algum tipo de utilização, seja ela parcial ou não. Dezanove estão sobre a cláusula de contratos de concessão e treze sobre contratos de direito de superfície. A totalidade de intervenção no espaço exclui zonas dedicadas ao culto, ou de outras pré-existências em uso, desde museus a espaços entregues a outras entidades (recreativas ou não)¹¹. A totalidade de investimento esperado para cada um destes imóveis é do valor de 5 milhões de euros, maioritariamente destinados ao investimento inicial e mais pesado, que é a recuperação e conservação dos bens imóveis.

I.V. SÍNTESE

A abordagem aqui colocada visa apenas uma perspetiva de carácter geral do Programa Revive. Como elemento final deste capítulo, destacam-se alguns pontos, relações e indicações que de seguinte modo servem de guia para abordagens nos capítulos dedicados à matéria:

A primeira ilação retirada da leitura do Programa Revive, é a ligação entre o Património Cultural (Imóvel) e a economia. Isto remete para o contexto da economia da cultura onde na tentativa máxima de racionalizar e tornar eficiente a “cultura”, que de algum modo, não se rege pelas mesmas regras do sistema económico. Justifica-se isto através da sua relação com os pontos declarados no Orçamento de Estado, sendo o Programa Revive um dos objetivos a cumprir pelo atual Governo¹². Isto é feito através da utilização de ferramentas que tornem possível essa eficiência. Como foi referido anteriormente, a desafeição e abandono dos bens culturais, ficam colocados sobre a perspetiva de um fardo pesado pois requerem enormes custos de manutenção, sendo assim necessário para garantir a sua recuperação, a refuncionalização do Património Cultural (Imóvel) através do Turismo.

¹¹ Em anexo está disponível uma lista em Excel com todos os elementos e dados pertinentes em relação aos imóveis que integram o programa revive.

¹² Ver ponto 2 «Administração do património imobiliário do Estado» na nota explicativa «Proposta de Orçamento do Estado para 2017» por parte do Ministério da Economia disponível em <http://app.parlamento.pt/webutils/docs/doc.pdf?path=6148523063446f764c324679626d56304c334e706447567a4c31684a53556c4d5a576376543055764d6a41784e7a49774d5459784d4445304c305276593356745a57353062334e545a585276636d6c6861584d7654555974546d393059555634634778705932463061585a684a5449775430556c4d6a41794d4445334c6e426b5a673d3d&fich=MF-NotaExplicativa+OE+2017.pdf&Inline=true>

Esta relação não é necessariamente uma abordagem “recente”, pois na altura em que as Pousadas de Portugal foram concebidas, essa abordagem não era só desejada como um elemento ligado à fruição do Património no seu próprio tempo, como tinha também uma finalidade retórica de ligação ao discurso de domínio político-ideológico vinculado à noção de Património enquanto manifestação de uma identidade de carácter Nacionalista/Historicista. Nessa noção, a abordagem do Programa Revive, adequa o discurso da importância do Património enquanto objeto histórico, não no tom de exaltação da identidade histórica enquanto elemento politizado, mas na sua dinâmica de relação de valores locais/nacionais, validando-o enquanto discurso na vertente da utilização turística como um provedor de qualidade e bem-estar. A experiencição do Património enquanto elemento de discurso mais “estatizante” está intimamente ligado ao contexto da chamada economia da cultura, da utilização do património enquanto ferramenta do consumo cultural pós-moderno, da hiper-memorialização (CHOAY, 2005) e do dinamismo que a globalização causou na movimentação de indivíduos que procuram sobretudo o lazer e ócio através do Património Cultural. Esta tendência é visível através da crescente tendência do consumo turístico em Portugal¹³.

O Estado, enquanto promotor de critérios de eficiência económica, neste período dinâmico pós-moderno, procura na económica da cultura, tornar o património mais “eficiente”, “racionalizado” e “funcional” nas suas práticas, onde lhe é reconhecido para além da sua capacidade cultural e identitária, a capacidade de providenciar potencial económico. Isto marca a passagem de bem público (onde o valor está intrínseco em si) para uma de serviço/produto, capaz não só de ser valorizado pelo que é, mas também pelo que pode dar a nível económico. Neste processo existe aqui uma noção de risco maior, com possibilidade de alienação, ainda que nesse processo, este possa de alguma maneira garantir o prolongamento da existência deste bem. O que processa nesta noção de bem↔produto, é de uma maior paradoxalidade de relações, isto na medida em que nessa passagem, sendo um bem cultural, apresenta um contexto de enorme diversidade, ainda que no contexto prático seja muito mais restrito. Na sua noção de produto, este apresenta-se otimizado, ou seja, a sua diversidade é relativizada para encontrar um compromisso com a funcionalidade, a fim de cumprir determinados parâmetros relacionados com a uniformização sob a utilização turística, este torna-se objeto de uma padronização da experiência, pois requer todo um tipo de condições e intervenções na sua adequação que tornam os bens culturais indistintos uns dos outros enquanto objeto de consumo. Nesse aspeto, existe uma hegemonização do contexto destes objetos e da sua extensão ao longo do território.

¹³ Informações disponíveis sobre o ano de 2016 sobre a taxa de crescimento do turismo em https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_publicacoes&PUBLICACOESpub_boui=277048338&PUBLICACOESstema=55581&PUBLICACOESmodo=2

Enquanto parte de uma política pública é heterogênea por se estender o mais possível em termos conceptuais, não esquecendo que estes bens são tão diversificados em tipologias, volumetrias, linguagem plástica/histórica, estes nem sempre estão adequados ou preparados com essa padronização das condições que essa utilidade pretende oferecer. O próprio condicionamento enquanto um único produto e serviço é fruto da necessidade prática de hegemonização enquanto ferramenta política no sentido da sua aplicabilidade.

O mesmo se aplica a sua extensão no espaço físico, onde ao fazer parte de um processo de descentralização territorial (heterogenia) está ao mesmo tempo a relativizar tudo ao longo do espaço (homogenia dos bens imóveis enquanto serviço/função).

A segunda ilação é a utilização do investimento privado para cumprir objetivos de carácter público, isto é: a passagem de um modelo de estado intervencionista no que toca a investimento e recuperação do seu próprio património para outro, onde delega essas competências a outros indivíduos (de carácter privado) o façam em seu nome, isto de forma a cumprir as exigências e obrigações que o Estado não consegue, mas que de algum modo deseja cumprir.

Deste modo o discurso deste programa procura adequar-se a realidade imediata com que se confronta – um número cada vez maior de imóveis aos quais não consegue oferecer resposta a nível de conservação e restauro e manutenção e cujo investimento inicial é demasiado excessivo, e sendo esse investimento por parte do Estado feito por um orçamento cada vez mais diminuto, justificar a escolha de investimento no imóvel X e não no imóvel Y potencia a criação de conflitos, não só a nível de matérias de orçamento, mas pela justificação ou reivindicação de outros locais onde poderia ser feito esse investimento, , suscitando discussão a nível público. A adequação da resposta (dentro das limitações deste tipo de soluções) foi o estabelecimento de “parcerias” entre as entidades públicas e entidades privadas para responder a essa necessidade de em contextos mais locais de ver o património que lhes “pertence” ser recuperado.

É relevante indicar que, no entanto, não é uma entrega total dos imóveis ao domínio das entidades privadas, isto não uma total privatização de imóveis públicos, na medida em que, o Estado, ao criar determinadas cláusulas e parâmetros que salvaguardem os seus interesses (de curto ou longo prazo), sendo feito antes uma cedência de direitos, onde o Estado autoriza a exploração do espaço, mas com contrapartidas que beneficiem ambas as partes por essa cedência.

O destaque passa pela passagem gestão dos bens culturais (imóveis) públicos para a gestão privada, é outro ponto de destaque, é através desta noção que podem surgir e muitas das vezes surgem potenciais conflitos sobre a afeção aos bens culturais. Isto demonstra-se

através do conflito de interesses entre a relação identitária com os bens, ainda que esta também possa ser paradoxal, na medida em que a uniformização do património sobre a utilização turística possa de algum modo trazer benefícios num âmbito nacional, a nível local pode não corresponder ao esperado pelas “comunidades” locais e vice-versa.

Portanto está assente que também a nível do discurso do património no Programa Revive está a relação de poder que existe entre os diversos *stakeholders* na tentativa de tentar encontrar o significado de identificação com o património. Uma das maneiras onde se pode ter alguma perceção da área de conflito é através da mediatização a nível do debate nos média e da maneira como é passado um discurso, pois este também é um elemento onde possui uma intenção que pode acentuar ou ocultar a capacidade de potencial conflito.

Nesse sentido em relação à sua gestão, a utilização do património no contexto desta iniciativa pode ser entendida segundo uma relação de valor entre o património enquanto processo cultural (polissémico) e o património enquanto processo legal (que remete para o contexto de propriedade e transmitido sob uma única perspetiva) (MIRANDA, CLARO, & ALMEIDA, 1996).

Assim sendo o património é vinculado nos seus processos de troca simbólica para figuras de contexto jurídico (contratos de concessão, contratos de direito de superfície e contratos de cessão de exploração), e cujo conceito de valor, remete não necessariamente para a importância e natureza simbólica dos bens, mas pelo seu valor material, à qual fica passível de uma valorização económica, garantido pelo resgate da sua recuperação física, sendo a intenção primária estabelecida com os bens culturais e a primeira prioridade que o Estado procura resolver através da intervenção por parte de entidades privadas como refuncionalizado como parte dessa intervenção, sendo essa a garantia pela qual seja possível retirar benefícios da recuperação material, usualmente na perspetiva de transformar um património Cultural (imóvel) num serviço que responda as necessidades tanto do Estado como dos investidores privados¹⁴, visto que estes normalmente estão mais comprometidas com a relação produto↔consumidor.

É deste modo que o valor simbólico dos bens pode ficar comprometido através de intenções de curto prazo. Aqui fica a contradição entre o valor prático/utilitário através da funcionalização e o valor simbólico, questão essa que nos anos 1950 e 1960 também se colocou na altura do confronto entre a arquitetura moderna e a linguagem de tom mais conservador, a nível de intervenção por parte do Estado.

¹⁴ Em relação à transformação dos bens imóveis culturais em instalações de capacidade hoteleira e a sua relação com a necessidade de aumento de infraestruturas para esse fim, ver as estatísticas do INE no crescimento da actividade hoteleira até Junho de 2017 em https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_destaques&DESTAQUESdest_boui=281090973&DESTAQUEStema=55581&DESTAQUESmodo=2

Na relação com o antecedente das Pousadas de Portugal, existem semelhanças Programa Revive no sentido da articulação entre o turismo e o património. Embora no que toca à própria imagem geral dos imóveis, no período das Pousadas do Estado Novo, procurou-se sobretudo ter em atenção à diversidade da natureza de cada um dos imóveis onde houve intervenção, ainda que a meta fosse relativamente uniforme. No Programa Revive, apesar de existir a mesma noção nos cadernos de encargos, este projeta uma imagem homogênea do Património ao longo do País enquanto espaço geográfico. Contudo, no passado o discurso procurava dar a conhecer o património como símbolo da manifestação da grandiosidade da história e do passado introduzido pela retórica Nacionalista do Estado Novo, no sentido da «política do espírito» (VENDA, 2008, p. 15), através da qual o serviço das pousadas seria vocacionado para veicular essa noção, aliando a crescente tendência da fruição através do turismo à uma maior quantidade pessoas com menos capacidade financeiras, mais próximas do que seria uma conceptualização de “classe média” contrariando a tendência do século XIX onde a frequência destes espaços apenas se destinava aos indivíduos com melhores recursos financeiros (VENDA, 2008, p. 12).

Embora a utilização do investimento privado na recuperação exista com certas limitações desde os anos 1950 e 1960 (ALÇADA, *et al.* 1999, p. 165), a sua inserção dependia largamente dos critérios estabelecidos pelo Estado que controlava a sua gestão. Em relação ao Programa Revive, este apresenta um nível maior de autonomia, sendo o papel do Estado um papel mais de legislador/regulador do que propriamente interventivo na tomada de decisão, sendo esse papel atribuído as entidades de natureza pública do Estado que fazem cumprir esse papel.

Isto envolve muito mais *stakeholders* na tomada de decisões e cada um com as suas vontades e determinações em relação ao que pode ou não ser feito em cada imóvel, sendo isto um reflexo do confronto de diversas perspetivas, processos de identificação constantemente trabalhados e retrabalhados, na medida em que quaisquer intervenções não respondem às projeções políticas no sentido da manifestação do “espírito” identitário nacionalista/historicista, ao contrário do projeto das pousadas em que o carácter intervencionista do Estado, se preocupava principalmente com o que seria uma “estética oficial”, daí um cuidado redobrado com a manifestação da sua própria imagem, respondendo largamente a esses moldes e conceções.

Deste modo, embora tenha existido uma quebra desse vínculo identitário de carácter nacionalista, esse passou a ser preenchido por um processo mais localizado de identificação e significado, ainda que tenha reflexo na projeção nacional, e nesse sentido, é do interesse do Estado que a primeira garantia a cumprir seja a recuperação do património imóvel, porque

são parte do que define o tempo e a diversidade histórica/cultural das localidades. A própria noção do reforço desta noção do património enquanto precursor do conceito das pousadas também é parte do reflexo social da reemergência de “classes médias” do contexto pós-crise com novos hábitos de consumo, tanto a nível nacional como internacional.

O carácter de intervenção do Estado neste processo não tem sido satisfatório, por um crescimento exponencial de bens culturais imóveis ao longo dos últimos tempos, mas também devido as questões de intervenção e recuperação, que para além do elevado grau técnico, necessitam um maior investimento inicial de capital, razão pela qual o Estado não prossegue por constrangimentos orçamentais, entre outras prioridades às quais são necessárias dedicar o esforço económico. Na procura da solução que dê maior capacidade de resposta, de maneira mais autónoma, eficiente e desburocratizada em torno da diversidade de discursos e atores, reflete-se na definição e aplicação dos estatutos do Programa Revive. Este segue o “regime jurídico do património imobiliário público”¹⁵, pela qual se fica definido que “O presente decreto-lei corporiza a reforma do regime do património imobiliário público, guiando-se por objetivos de eficiência e racionalização dos recursos públicos e de adequação à atual organização do Estado.”, que nesse sentido, a utilização do investimento privado através de parcerias e acordos, sendo que esta se reflete com essa necessidade da racionalização e eficiência esperada destes “bens imóveis” onde o Estado não é está totalmente capaz de realizar. Esta será a contrapartida a negociar com o investimento privado, e cuja parceria se estabelece através da relação de tempo em que o bem é cedido a concessão. Não se trata de uma privatização no sentido total, isto é, a entregar todo o poder de decisão e a posse do imóvel ao investidor privado, mas como é indicado por Joaquim Miranda Sarmento estabelecer uma alocação do risco desse investimento que traga benefícios as duas partes (SARMENTO, 2013) :

desta forma, a PPP situa-se entre a contratação tradicional e a privatização. Não é contratação tradicional porque o privado não se limita a construir a infra-estrutura. Mas também não é privatização porque do lado público continua a existir algum tipo de responsabilidades e no fim do contrato, o activo regressa à esfera do Estado. (SARMENTO, 2013, p. 14)

¹⁵ Ver DL n.º 280/2007 em http://www.pgdlisboa.pt/leis/lei_mostra_articulado.php?nid=933&tabela=leis&so_miolo=

Portanto fica estabelecido que é no próprio interesse do Estado em si e dos investidores privados que essas condições estabelecidas sejam cumpridas a fim de garantir na ótica do Estado, sendo um “serviço público” que responda às necessidades de mercado (isto é, as necessidades pelo lado da procura) e dos critérios de eficiência (estes de ordem e razão económica). Isto demonstra a crescente proximidade e até assimilação do que antes eram esferas autónomas (esfera económica e esfera cultural), e da necessidade de coordenação não só de diversas instituições públicas e entidades privadas, como ter em atenção os diversos processos de negociação do valor possível para cada grupo onde se insere o Património Imóvel. A dimensão deste “problema” faz com que sejam necessárias uma maior amplitude de ações e que cuja interação ultrapassa a dimensão cultural destes bens, isto é possível ver através da sua ligação com outros elementos do próprio Orçamento de Estado¹⁶, este é apenas um dos pontos de um conjunto de metas traçadas pelo Estado (Governo de Portugal, 2017), e que, nessa tentativa de resposta, incentivar medidas que sejam capazes de dar utilização de património por entidades públicas ou privadas:

No Orçamento do Estado para 2017 procura-se incentivar a utilização do património de modo a que todos possam usufruir dos espaços públicos, permitindo-se que os imóveis do Estado ou dos organismos públicos possam ser objeto de utilização de curta duração por terceiros, de natureza pública ou privada, para a realização de eventos de cariz turístico-cultural. (Governo de Portugal, 2016, p. 9)

Embora esta meta procure um reforço da conjunção entre a cultura e o turismo, que se encontra em franco crescimento e indicados como elementos relevantes no crescimento económico, dados por (2016); (M.M, 2017); (2017); (LARGUESA, 2017) este não é isento de riscos, na medida em que, é necessário ter em consideração a própria dimensão dos bens culturais, as quais qualquer intervenção deve ser cuidadosamente medida como é indicado por (JORGE, 2005) ou (SILVA & introdutório), 2014), remetem para a noção dos próprios critérios com que se faz este tipo de intervenções, a durabilidade e a reversibilidade das mesmas caso, pois o risco de deturpar e causar mais dano à sua própria integridade é mais elevado, dado que se estes espaços se encontram num estado bastante comprometido e fragilizado. Deste modo, o problema da própria gestão deste tipo de equipamentos, revolve

¹⁶ Ver índice do Orçamento de Estado 2017 disponível em <http://app.parlamento.pt/webutils/docs/doc.pdf?path=6148523063446f764c324679626d56304c334e706447567a4c31684a53556c4d5a576376543055764d6a41784e7a49774d5459784d4445304c305276593356745a57353062334e545a585276636d6c6861584d7654555974546d393059555634634778705932463061585a684a5449775430556c4d6a41794d4445334c6e426b5a673d3d&fich=MF-NotaExplicativa+OE+2017.pdf&Inline=true>

em torno deste problema, a qual a diferença passa de uma lógica não mercantil para uma voltada na noção de retorno económico e do lazer, ditada pelos critérios de eficiência de cariz económico. Não que os possíveis restauros e intervenções sejam necessariamente negativos, mas na futura condição de passagem dos elementos em longo prazo, na transmissão condigna do património imóvel.

Cada acto de preservação monumental, seja conservar, restaurar ou renovar, exige cultura e doutrina. Ele tem de servir para acautelar a integridade física e a autenticidade da substância material, na configuração que nos foi transmitida, sem distorção histórica, como um testemunho de tradição, identidade e de dignidade. (JORGE, 2005, p. 18)

A reabilitação de património imóvel para este tipo de projetos segue a tendência da reabilitação para utilização e funções ligadas maioritariamente ao turismo, sendo possível essa sugestão através do estudo de Carlos Costa (COSTA, 2005), no sentido de a maioria do investimento realizado na ligação entre as duas áreas ser maioritariamente destinada a construção e investimento em infraestruturas dedicadas a essas funções. (COSTA, 2005, p. 293)¹⁷

Nesse sentido, a conceptualização das ferramentas legais para tramitar todo este processo responde largamente especificidades. A intenção de resposta direta às necessidades turísticas reflete esse sentido de oportunidade, procurando aproveitar a saída de um período de pós-crise e de crescente popularidade do turismo em franco desenvolvimento.

Os constrangimentos orçamentais do período de crise condicionaram em grande medida o investimento na recuperação do património imóvel, ainda que anteriormente este tipo de investimentos seja insuficiente para cobrir todas as carências ao longo do País. Não só é uma oportunidade da utilização do património Imóvel e da sua preservação dada pelo turismo, com vista em aproveitar a capacidade de poder gerar retorno económico a nível local e nacional, estimulando a descentralização da oferta turística como um meio de divulgação do Património, com a possibilidade de renovar não só os próprios edifícios escolhidos para o efeito desejado.

Este efeito é materializando nas expectativas das comunidades envolvidas em ter o património que lhes é afeto recuperado (no sentido de resgate da sua condição de degradação física) proporcionando-lhes um sentido de bem-estar na medida em que a sua imagem (e o

¹⁷ Ver o quadro nº2 (Investimento realizado na área da cultura e património durante o período de vigência do II QCA (1994-99) e o gráfico nº2 (Tipologia do investimento realizado na área da cultura e património (1994-1999).

que provem dessa condição) lhes é devolvida ao acesso, pois muitos destes imóveis se encontram interditos à fruição quase na totalidade. Embora esta medida seja um reflexo da escolha do Estado como a melhor solução no interesse de todos, é propensa a tensão, pois estando a tratar de bens culturais, o usufruto que lhe é ditado pode ou não ser o interesse legítimo, e mesmo que este o seja, pode ter repercussões na manutenção do mesmo.

É também uma continuidade de um conjunto de políticas anteriores com vista à desburocratização em torno do património, algumas não isentas de polémica, por estarem relacionadas com o impedimento de classificação/ desclassificação dos bens imóveis (HENRIQUES A. , 2010); (CEREJO, 2014) dos papéis da gestão pública/privada a nível das competências central↔local ((Lusa), 2017); (GONÇALVES, 2014).

CAPÍTULO II - MEDIATIZAÇÃO DO PROGRAMA REVIVE

A implementação do Programa Revive relançou em termos de exposição mediática o tema do Património na sociedade Portuguesa. Tendo em consideração o que foi estabelecido no capítulo sobre as intenções do programa, este foi um foque das atenções por parte dos média, onde se expôs a importância das questões em torno do Património e quais as oportunidades e fragilidades do assunto no debate público.

A escala da intervenção do Programa Revive deu a dimensão necessária a um conjunto de fenómenos que permitem uma oportunidade de análise, tanto pela maneira como é transmitida ao público, como da sua receção. Partindo desta interação em volta das comunidades onde se inserem estes imóveis, a análise dos média reflete as discussões sobre a valorização do Património imóvel e a sua integração na comunidade. Face a este acompanhamento mediático foi realizada uma recolha dos materiais onde foi transmitida a informação, sendo feita uma abordagem de artigos, tanto de âmbito nacional (agentes noticiosos de carácter informativo generalista) como local (contacto mais próximo entre as comunidades e os imóveis). Os artigos são as fontes documentais que melhor expressam a informação não “institucional” (entenda-se esta como os comunicados oficiais das entidades Governamentais que tramitam o processo) e que de algum modo atuam como filtros ou *gatekeepers* (independentemente da sua capacidade de condicionar a informação na sua totalidade e os elementos mais tendenciosos a divulgar) que difundem a informação relevante sobre este programa e sobre os elementos que passam a nível da discussão pública sobre o assunto.

Assim, o *corpus* constituído permite compreender e validar o que é dado a perceber sobre a divulgação¹⁸, permanência na consciência pública e o seu interesse na sociedade Portuguesa. Isto reflete também a condição de sociedade da informação que gradualmente se tem tornado mais mediatizada e cuja dimensão dessa própria divulgação dá os referentes necessários para compreender o grau de aceitação das metas deste programa.

II.1 - A RECOLHA DE DADOS

A recolha dos elementos noticiosos começa pelas primeiras indicações sobre o Programa Revive, de modo a criar uma análise cronológica que sirva de referência deste processo de

¹⁸ Devido às exigências de prazos da dissertação a pesquisa tem como limite temporal julho de 2017, dois meses antes de fazer exatamente um ano da assinatura e oficialização do Programa Revive.

mediatização¹⁹. Como indicado anteriormente este foi aprovado no dia 28 de setembro de 2016²⁰, mas existem dados anteriores, sendo a referência mais antiga a essa intenção dada a conhecer em abril de 2016. Dado que o programa é de duração extensa e em execução até 2019, optou-se por limitar a recolha até julho de 2017, período onde foi divulgado um primeiro balanço em torno da execução do programa²¹.

O levantamento dos materiais para o *corpus* sobre o Programa Revive incide sobre os seguintes critérios de recolha:

1.º Acessibilidade da informação²²

- Média de referência de carácter generalista (i.e – Público; Expresso, etc...) com publicação impressa ou disponível on-line;
- Canais de informação (SIC; TVI, etc...) e seus equivalentes com publicação on-line;
- Jornais especializados em assuntos específicos (dedicados ao turismo ou economia) disponível on-line;
- Revistas (i.e – visão) onde possam existir artigos de opinião ou reportagens mais detalhadas;
- Jornais de carácter mais local/regional com publicação disponível on-line;
- BlogOsfera.

2.º A divulgação da informação

- Como é que está a ser divulgado o programa;
- Que elementos/noções são destacados;
- A adequação da aplicabilidade do programa;
- Quais as questões que são discutidas quando se fala de Património Imóvel.

Com base nestas dimensões de análise foi construído um inventário com a recolha periódica, de modo a criar um *corpus* de referências com o objetivo de registar os meses onde foi divulgado de maneira mais intensa.

¹⁹ Fica assumido que na amostra, pelo menos nos jornais generalistas de âmbito nacional, estão presentes todas as notícias sobre o assunto, a nível local não está garantida a totalidade de notícias sobre o assunto, visto que esta se apresenta de modo geral mais dispersa e de acesso mais difícil, ainda que disponível on-line.

²⁰ Ver capítulo Programa Revive.

²¹ Ver anexo B: Lista de inventário das notícias do Programa Revive.

²² Apesar destes critérios de seleção, os elementos que possuem mais peso são os artigos de imprensa com publicação on-line.

II.II - ANÁLISE

Com base no *corpus*, esta análise procura comprovar as seguintes premissas: o posicionamento dos que estão a favor e os que estão contra; que noções são discutidas em torno do programa (se em volta do assunto são dados argumentos por razões económicas ou culturais e a sua justificação; a adequação do programa tendo em vista as suas intenções); como é que está a ser recebido o programa ao longo do território.

A partir disto, procurou-se identificar e realçar quais os argumentos e pontos de contacto entre as diversas posições como forma de estabelecer uma ou mais hipóteses que demonstrem o impacto desta medida e a sua utilidade na sociedade Portuguesa. Devido à diversidade de posições, estabeleceu-se uma síntese onde se podem encaixar os argumentos a favor ou contra este processo e que refletem as primeiras reações em relação ao Programa Revive.

[Quadro n. 2.1. - Grelha de Observação dos argumentos apresentados]

Temas	Argumentos	
	Pólo favorável ao Programa Revive	Pólo desfavorável ao Programa Revive
Comercialização/mercantilização do Património (a)	A comercialização oferece oportunidades de dar novas funções ao que se encontra degradado; mais próximo das tendências de mercado; referências aos montantes do investimento necessário á aplicabilidade do Programa	Perda do valor “cultural”; irreversibilidade ou destruição pelo excesso de utilização ou dos projetos; a autenticidade do bem é posta em causa pela comercialização do discurso “ideal” para cumprir a função
Diversidade da oferta (b)	Um maior acesso de públicos e visitantes como fonte de receitas/ diferentes	Não usufruem necessariamente do “valor simbólico”, apenas da questão do serviço que lhe foi atribuído.

	espaços para os gostos do mercado.	
Eficiência da gestão (c)	Garante a manutenção do espaço; maior proximidade das necessidades de quem quer usufruir do espaço (enquanto serviço)	Valoriza a questão lucrativa; deturpação do que é realmente o valor do bem para prosseguir essa otimização economicista;
Valorização do património (d)	Recuperação dos imóveis aos quais as autarquias locais não têm fundos para recuperar e o Estado não investe; o investimento inicial é feito por privados com os seus fundos. Valorização através da sua refuncionalização enquanto espaços para o turismo.	Desadequação das intervenções, sendo preferível outro tipo de soluções, de preferência garantidas pelo Estado (musealização/patrimonialização); destruição na adequação do espaço à nova função. Deixa o Património a ser regulado pelas necessidades de mercado
Gestão pública (e)	Assegura a manutenção do espaço degradado; abertura de espaços e dependências que antes estariam fechado ao público; intervenção estatal em termos orçamentais feita com outros meios económicos	Não está otimizada na ótica de mercado. Dependente de orçamentos estatais o que condiciona em diversos aspetos (pessoal, serviços, abertura de espaços etc.) Resistência à concessão não só por noções de conceção em torno da cultura e dos bens imóveis por parte dos responsáveis pelo Património
Gestão privada (f)	Apresenta melhores condições e adequação de serviços em relação	Alienação do bem no seu entorno em detrimento do aspeto lucrativo/monopolização através da criação de mais espaços hoteleiros em lugares

	às necessidades de mercado; não se encontra dependente dos fundos do estado para prosseguir os objetivos; possui os fundos necessários para intervir em torno do património	patrimoniais; não possui as capacidades técnicas para intervir no Património imóvel; distanciamento entre os objetivos culturais e os económicos
Integração dentro de um contexto maior nas Políticas públicas (g)	Faz parte de um processo de desburocratização e desestatização para poder conservar o Património Imóvel; utilizar outros meios (privados) para garantir a persecução de criar bem público; conjugação de oportunidades (o turismo e o património)	Perda de património a longo prazo (pela utilização em excesso do bem); perspectiva economicista com visão curto prazo; não está garantida o direito ao usufruto do património por ser um serviço que impõe barreiras de preço de utilização; apenas se remete a valorização dos bens culturais em termos numéricos (em montantes de investimento em euros)

Estes temas foram selecionados face ao que é explicitado nos elementos recolhidos, sendo que são apresentados da seguinte maneira:

a) Comercialização / Mercantilização

O objetivo do Programa Revive é a utilização temporária do Património Imóvel para fins turísticos, atribuindo a “concessão” do Património Imóvel nele integrado à recuperação e gestão privada. A justificação dá-se pela falta de verbas dos orçamentos públicos, passando a esfera privada a cumprir os objetivos que foram estabelecidos no programa. Assim, espera-se que a concessão a privados satisfaça necessidades culturais (reabilitação para fruição pública) e económicas (fomentar investimento turístico), fazendo com que assim se valorize o Património Imóvel.

“a valorização do património é um dos eixos muito importantes de apoio à actividade turística”. Neste sentido, esclareceu, o Governo tenciona “abrir mais o Património aos turistas que nos visitam, mas também aos portugueses que cá vivem, e valorizar algumas peças de Património Nacional que estão ao abandono como forma de acolherem unidades hoteleiras”, em regime de concessão. (*Turisver*, 05/04/2016)

As declarações acima do Ministro da Economia, Manuel Caldeira Cabral, apresentam o principal argumento por detrás deste projeto: a recuperação do Património e a sua inserção no circuito turístico Nacional permitem a valorização do Património em abandono. Como tal, nestas declarações afirma-se a necessidade de procurar soluções que possam viabilizar a recuperação e rentabilização destes espaços.

Embora esta questão seja demonstrada de um ponto de vista positivo, também é reconhecido pelo próprio que esta poderá despoletar polémica, como se vai verificar em alguns casos como Peniche ou Guarda.

esta é uma aposta muito forte, que pode ser polémica, mas em que estamos empenhados, porque o que não queremos ver mais é Património que pode ser valorizado ao abandono, em vez de ser trazido para a economia e criar uma mais-valia na sociedade portuguesa. (*Turisver*, 05/04/2016)

(...) Caldeira Cabral sublinhou que a reabilitação é uma aposta forte do Executivo, já que não se pode desperdiçar um recurso tão rico e importante como o património histórico. (*Rádio Renascença*, 06/04/2016)

Põe-se assim em evidência que existe uma noção de que o Património histórico é um recurso a ser utilizado, através da sua comercialização, como um potencial agente de desenvolvimento. Este processo de “concessão” beneficia o Estado através do investimento dos seus próprios fundos.

Com o programa Revive, o Governo espera “dar vida ao património que está subaproveitado ou ao abandono”, ao mesmo tempo que “retira despesa ao Estado”, uma vez que o investimento será feito por privados, criando postos de trabalho. (*Ambitur*, 28/09/2016)

As concessões permitem que seja investido em todos estes imóveis um valor de 150 milhões de euros, com cerca de 5 milhões por cada imóvel. Assim, é apontado que tais valores não seriam possíveis pelos meios Estatais, sendo a contrapartida a concessão em períodos de 30 a 50 anos.

Apesar desta argumentação favorável dos Ministérios envolvidos (Cultura, Turismo e Economia), face à recuperação dos imóveis e do seu papel no desenvolvimento da economia, tanto local como nacional, apresentam-se argumentos contra, nomeadamente vindos do meio da Cultura, alegando a insustentabilidade dessa comercialização em escala massissa.

O primeiro passo para que algo mude é tomar consciência (...) que vivemos num ambiente urbano de empobrecimento contínuo onde a normalização e comercialização do património edificado, dos museus e dos espaços públicos é uma realidade a combater, quanto mais não seja pela sua inegável insustentabilidade. (RAMALHO, 2017)

Portugal não pode entregar aos interesses do imediato a sua memória coletiva, por muito justificados e nobres que esses interesses pareçam ser na efemeridade do presente. (*Público*, 03/02/2017)

um programa de valorização de um imóvel com valor histórico, não deverá ser apenas dirigido a uma única função, neste caso turístico. Será um erro crasso procurar garantir a subsistência dos valores patrimoniais em causa ou até mesmo o sucesso económico do projeto, se se tiver em mente apenas um tipo de uso. (RAMALHO, 2017)

Julgo que se existe dinheiro, por parte do Ministério da Economia para investir, deveremos todos nós cidadãos exigir que ele seja bem aplicado e que, caso o negócio falhar, não fiquem os encargos maiores “os Monumentos Maus” para o Estado e os restantes para os privados, mas sobretudo que não fiquem também, no final de todo este processo, um punhado de monumentos reduzidos a meros contentores sem uso e sem história. (RAMALHO, 2017)

Estes argumentos de Maria Ramalho e Nuno Vassallo e Silva remetem para os problemas inerentes às perspectivas culturais a que estes monumentos respondem, destacando o desentendimento entre um diálogo de bem↔produto cultural. Em alguns casos como o de Peniche²³, reivindicou-se a importância memorial/identitária do espaço não estar compatibilizada para os efeitos do Programa Revive.

²³ Ver capítulo três acerca da Fortaleza de Peniche.

b) Diversidade da oferta

Em termos da oferta, os imóveis escolhidos localizam-se de Norte a Sul do País. Nos média a divulgação da lista de imóveis tem grande importância, ainda que num carácter informativo, pois remete para o guião técnico do programa sobre a captação de investimento, com via a estimular o interesse mediático sobre os imóveis.

O programa vai ainda contribuir para a desconcentração da oferta e da procura turística, uma vez que os trinta edifícios a concessionar estão espalhados por diversos pontos do país. (*Ambitur*, 28/09/2016)

A apresentação do programa Revive decorreu no renovado Convento São Francisco, reaberto ao público em abril passado. Na sua intervenção, a secretária de Estado do Turismo contou que está para começar "um 'road show' internacional para captação de investimento" para o Revive, um projeto "que vai fazer a diferença em termos de projeção de Portugal como destino essencial". (*Jornal de Notícias*, 28/09/2016)

As tomadas de posição a favor estabelecem-se em coordenação com outras decisões políticas como a descentralização da oferta, as oportunidades de desenvolvimento turístico e a recuperação do Património. Nas palavras de Ana Mendes Godinho, Secretária de Estado do Turismo:

O património "tem de ser usado por todos". "Temos essa responsabilidade, mas temos de criar modelos sustentáveis para que possa ser recuperado e seja utilizado como activo económico", sublinhou. (*Jornal de Negócios*, 29/09/2016)

Esta foi também sublinhada (segundo a Turisver) por Manuel Caldeira Cabral, aquando a assinatura do primeiro contrato de concessão, o Convento de São Paulo de Elvas:

“é muito simbólico que se comece aqui em Elvas porque uma proporção grande destes 30 espaços que estamos a lançar fica no interior e um dos objectivos que temos é que a actividade turística se desconcentre e Elvas, património da Humanidade, é uma das zonas que já muitos turistas encontraram mas muitos outros ainda não, uma zona que tem muito

a descobrir, em termos de património, de bom acolhimento e de boa gastronomia”.
(*Turísver*, 23/10/2016)

Os argumentos dados revolvem em torno da integração do Monumento com o espaço em volta, onde através do turismo se possa redescobrir não só o espaço, mas também outros elementos de igual importância, como por exemplo a gastronomia. Nota-se a importância da interligação entre turismo e economia e da sua capacidade para estimular o interesse pelo Património mais distante dos grandes centros.

Mais uma vez, os argumentos mais resistentes à aplicação deste modelo surgem em artigos de opinião dos quadros mais especializados no domínio dos bens culturais, citando mais uma vez Maria Ramalho:

(...) a sua provável utilização turística, que não se propõe que seja esquecida, deve ser apenas uma das várias possíveis, sobretudo em imóveis com a grandiosidade de um antigo Mosteiro, possibilitando-se o acesso de mais cidadãos, empresas ou ONG aos imóveis escolhidos, e oferecendo também a vantagem das autarquias estarem mais envolvidas no processo. (RAMALHO, 2017)

A valorização da oferta passa, não obstante a utilização turística, pela entrega destes bens culturais a outras entidades que não tenham a finalidade lucrativa como intenção final. Na sua perspectiva, a autora estabelece que a entrega deveria ser feita com uma maior amplitude, incluindo ONG's (organizações não lucrativas), entidades locais ou outras, favorecendo uma diversidade de oferta mais democratizante.

c) Eficiência da gestão

Em torno do debate da eficiência surgem dois argumentos, um dentro da esfera da economia e outro por parte da esfera cultural. Estes refletem como se processa o entendimento da gestão do património imóvel, assente em torno do papel a desempenhar, nomeadamente pelo Estado, onde existe um maior peso contestatário pelo domínio da esfera da cultura.

As entidades do Estado no caso do Programa Revive remetem para a o decreto de lei nº280/2007, onde está indicado:

O regime jurídico do património imobiliário público guia-se por objetivos de eficiência e racionalização dos recursos públicos e da adequação à atual organização do Estado, prevendo mecanismos de gestão desse património imobiliário que salvaguarde a natureza pública do mesmo, tanto no que concerne aos imóveis do domínio público como nos imóveis do domínio privado (cuja alienação seria possível nos termos gerais). (DL n.º 280/2007, de 07 de agosto, REGIME JURÍDICO DO PATRIMÓNIO IMOBILIÁRIO PÚBLICO, 2007)

O decreto lei que rege toda a tramitação dos imóveis do Programa Revive está assente que no reconhecimento das insuficiências por parte da sua gestão, levando a negligência, abandono e perda. Com base neste princípio, entrega-se os seus bens a indivíduos de natureza jurídica privada, que estejam capazes de o fazer em nome do Estado. A extensão e dimensão destes espaços requer atenção constante e recursos que nem sempre estão disponíveis. Com base nesta racionalização Miguel Honrado, Secretário de Estado da Cultura, afirma, segundo o Jornal de Negócios :

"Estamos perante um projecto de profunda valorização e respeito pelo património, que tem um sentido muito estratégico para melhorar e otimizar a gestão dos recursos exigentes" (*Jornal de Negócios*, 28/09/2016)

A questão da eficiência remete para um sentido estratégico, sobre o qual o Programa Revive está fortemente comprometido, seja nos planos de Turismo (*Governo de Portugal*, 2017) ou no Orçamento de Estado (*Governo de Portugal*, 2016). Isto reforça o processo de decisão sobre o Património e a sua gestão como um acto de decisão política. Como tal, na ótica do Estado, as condições em que estão muitos dos imóveis que lhe estão afetos é reflexo que não está a ser eficiente e pro-activo no seu cuidado.

Segundo a secretária de Estado do Turismo, a quantidade de imóveis históricos sinalizados por municípios, pessoas, empresas, instituições, "é sintoma de que não se está bem com o estado em que estão os edifícios". (*Jornal de Negócios*, 28/09/2016)

Embora sejam argumentos válidos no sentido do funcionamento Estatal, apresentam-se também argumentos desfavoráveis a este tipo de noções de

eficiência. Nomeadamente, não se considerar uma meta desejável para os bens culturais a sua passagem para modelos de natureza privada, visto que não é uma garantia para salvaguardar o Património:

(...) de que um monumento, dependendo sempre da sua tipologia, não tem que obrigatoriamente ser “salvo” por qualquer programa, na errada ideia que mais vale fazer mal do que nada fazer, ou que tudo tem que ter uma utilidade ou, menos ainda, que tudo tem de ser rentável. (RAMALHO, 2017)

Esta perspectiva está patente na noção dos bens culturais, representativos de noções que em primeira mão não estão comprometidas com a crescente racionalização de recursos que o funcionamento do Estado impera.

d) Valorização do Património

A noção de valorização do Património nos argumentos do Programa Revive mostra-se semelhante ao ponto anterior. Existe aqui um reforço da condição económica agregada ao Património e, tendo em conta o seu estado de desafecção, a sua valorização passa exclusivamente para o domínio económico permitindo nos argumentos estabelecidos a relação de valor=função.

Mas o país “tem também a obrigação e o dever” de tornar aquele património “sustentável”, no caso, por uma “rentabilização” turística. Para que, “em vez de ser um custo, possa ser algo que traz mais valor ao país, ajuda a criar empregos e ajuda a afirmar Portugal como um destino diferente”. (*Jornal de Notícias*, 28/09/2016)

Nas palavras de Manuel Caldeira Cabral difundidas pela Tursiver fica assente que através da funcionalização destes espaços é possível criar “valor” em torno do Património. Entenda-se que esta noção de “valor” da sua capacidade de função permitiria a criação de emprego e abertura de espaços que estavam anteriormente condicionados ao acesso do público.

estes projectos diferenciadores que estamos a lançar com o programa REVIVE podem ter uma dupla função: uma função de ajudar a recuperar o nosso património, que é uma herança de grande responsabilidade que recebemos e por outro lado, com a valorização do património, vão também ajudar a dar uma imagem mais positiva do turismo em Portugal, a atrair novos públicos e a criar dinamização de actividade, de animação cultural e económica aos centros das novas cidades. (*Turisver*, 23/10/2016)

Paralelamente a esta relação Valor=Função surge uma outra: a projecção do Património enquanto imagem. Isto é importante na medida em que existe claramente uma noção do valor do Património enquanto imagem recuperada, sendo isso um elemento positivo na divulgação do Turismo de Portugal e, ao mesmo tempo, a sua imagem enquanto espaço-memória recuperada cumpre o designio cultural destes bens.

Argumentos desfavoráveis a esta relação questionam essa sobrevalorização da imagem, alegando falta de autenticidade no valor da ligação com o turismo ou a economia quando em demasia ou quando esta se sobrepõe em relação à cultura, afirmando que pode existir um perigo maior na continuidade da existência destes bens.

A cultura e o património histórico em particular são agora vistos como excelentes meios de criar a “atractividade” que faltava à “Marca Portugal” que, cada vez mais, se procura vender lá fora. (RAMALHO, 2017)

Walter Rossa (...) está preocupado com o protagonismo que a Economia, e o Turismo em particular, parecem assumir em todo o processo. “Há um apagamento total da Cultura, que devia assumir a dianteira quando se trata de património. E isto não é uma questão meramente formal”. (*Público*, 27/12/2016)

Tanto por Maria Ramalho como por Walter Rossa, a questão da valorização apresenta contornos menos desejáveis, sendo evidente a clivagem entre as noções de valor pela Cultura e pela Economia.

e) Gestão Pública

A gestão pública dos bens imóveis pertence ao Estado, contudo não está a ser capacitada por razões orçamentais, falta de técnicos especializados, entre outros. Daí serem necessários novos modelos que viabilizem a função desejada. No entanto, os

bens imóveis afectos ao Programa Revive estão ao cargo da gestão autárquica, ou seja, estão sobre o domínio local e dependentes financeiramente do Estado para poder financiar as intervenções nos imóveis. As autarquias mostram-se receptivas às mudanças desejadas pelo Governo em relação ao programa, sendo visível em diversos argumentos das entidades que gerem os espaços anunciados.

(...) a Câmara de Moura, no distrito de Beja, explica que "tem, ao longo dos anos, desenvolvido esforços para encontrar uma solução" para o convento e que a sua inclusão no projecto é um passo "essencial" para a recuperação e a reutilização do monumento. (*Público*, 12/06/2017)

O Santuário do Cabo Espichel (...) Esta semana, surgiu na lista de trinta imóveis que o Estado vai concessionar a privados ao abrigo do programa Revive e que pode, portanto, tornar-se num complexo turístico. Como vê a Igreja esta possibilidade? «Com muito gosto», resume o bispo de Setúbal, D. José Ornelas Carvalho. (...) «É algo que já vem sendo tratado há mais de 18 anos» (...) Por isso, D. José Ornelas Carvalho diz que esta oportunidade é «muito conveniente. Estamos muito interessados nas perspetivas que se abrem», garantiu. (*Sol*, 31/12/2016)

O presidente da Câmara Municipal da Guarda, Álvaro Amaro, reagiu com satisfação ao anúncio e disse esperar que o processo seja irreversível e que o modelo decidido pelo Governo "seja testado rapidamente". (*Diário de Notícias*, 28/04/2017)

O presidente da Câmara Municipal de Elvas, Nuno Mocinha, destacou a satisfação proporcionada pela assinatura do contrato, ressaltando o que "vale mais um compromisso, do que uma assinatura". Sublinhou igualmente a importância das parcerias para que projectos como este possam ver a luz do dia. (*Turisver*, 23/10/2016)

Como podemos ver em alguns dos exemplos citados acima, a intervenção por parte das entidades privadas é algo desejado pelas Autarquias ou outras entidades públicas que gerem o Património, favorecendo o reforço de medidas e a criação de instrumentos que permitam utilizar outros fundos que não os Estatais. Em muitos dos casos argumenta-se que alguns destes imóveis esperam um período muito longo para terem a devida recuperação, indicando que os meios para viabilizar o investimento estatal são demorados e ineficientes, prejudicando as entidades locais que procuram soluções alternativas. Neste processo de espera a procura de alternativas ou a chamada de atenção ao investimento privado pode dar aso a potenciais conflitos entre entidades de natureza pública.

“Alguém pode comprar alguma coisa a alguém sem que o dono não o ponha à venda?”, questionou, acrescentando: “Estamos a delapidar a economia nacional, quando a economia privada quer comprar o hotel”. (...) E dirigindo-se ao mesmo deputado socialista, esclareceu: “Eu não posso, senhor deputado, cumprir uma promessa se o seu Governo não vender aquilo em que ele manda”. (*Diário de Notícias*, 27/04/2017)

Remete-se como exemplo para o caso da Guarda, mas existem outros casos, como a Fortaleza de Peniche, onde se percebe melhor essas dinâmicas de sobreposição das gestões públicas em termos de autoridade²⁴

f) Gestão Privada

A introdução da gestão privada nos imóveis do Revive surge como uma alternativa ao financiamento estatal. Dada a falta de condições do Estado para garantir a recuperação destes imóveis, estes são entregues a privados, incumbidos de realizar estes trabalhos. Em contrapartida, a gestão destes espaços passa temporariamente para a esfera privada, medida de compensação pelo investimento da recuperação..Logo, estes gestores podem difundir os seus negócios, fomentando outras medidas como a desconcentração dos serviços turísticos e hoteleiros pelo território. Destaca-se que os argumentos são apresentados positivamente e é referido pelo Estado que estes possuem determinadas características que permitem complementar as necessidades destes espaços, não só em torno do debate da continuada manutenção dos imóveis, como das potencialidades em torno do desenvolvimento regional mais sustentável e integrada entre as diversas entidades (locais, centrais, públicas e privadas). Nesta ótica, entregar o património ao “mercado” permite mapear com maior proximidade os interesses que existem por parte das comunidades envolvidas e dos interessados.

²⁴ Ver capítulo Três: Fortaleza de Peniche

O presidente da Câmara Municipal da Guarda, Álvaro Amaro (...) "Se o mercado responder positivamente, muito bem, ficamos todos felizes. Se não responder, temos que ir a outra possibilidade", disse o autarca à agência Lusa. (*Diário de Notícias*, 28/04/2017)

Embora a citação remeta em parte para o ponto anterior, demonstra que existe um reconhecimento que o “mercado” responde de maneira adequada aos interesses que giram em torno dos bens patrimoniais. Na perspectiva do “mercado”, as posições dos investidores favorecem esta posição privilegiando os laços entre a iniciativa pública e privada no prosseguimento de objectivos comuns. Esta opinião é partilhada por Bernardo Trindade, administrador do PortoBay Hotels & Resorts:

(...) por um lado, a mágoa de não ter vivido o tempo da sua boa conservação e fruição, por outro lado, a angústia e impotência, de assistir à sua gradual destruição, tudo isto com o silêncio ensurdecedor dos “proprietários”... Perguntar-me-ão: mas tem de ser assim?

Assumindo que vivemos um tempo de recursos públicos escassos, com as prioridades bem conhecidas, a resposta tenderia a ser afirmativa. Acho, todavia, que a resposta não tem de ser sim. O exemplo recente da concessão da Pousada do Terreiro do Paço (...) mostra bem como é possível construir uma parceria entre património público e a indústria do alojamento. Através de concurso, o Estado contratualiza com um privado, mantém a propriedade do imóvel, reabilita-o, preservando a sua memória em adequado estado de conservação. Consegue ainda aliar objetivos de natureza económica e social (...) (*Publituris*, 17/02/2017)

Na ideia acima, o “mercado” mostra uma adequação ao prosseguimento de uma vontade em recuperar o Património Imóvel, alegando por parte do Estado uma relutância por poucos recursos públicos. Assim, existem alternativas que quando feitas ponderadamente permitem a justa dignidade aos espaços degradados e com efeito positivo em sua volta. Deste modo, a Gestão Privada ao abrigo do Programa Revive não contempla a venda do espaço na totalidade, mas antes entrega-la a quem consegue fazer “boas-práticas” com as metas pré-estabelecidas pelas Entidades Governamentais, como refere Ana Mendes Godinho no jornal Público:

“Os concursos serão lançados um a um, cada imóvel terá o seu concurso, em função das suas características específicas. Quisemos envolver as câmaras municipais, a Direcção Geral do Património Cultural e a Direcção do Tesouro e Finanças para definir, imóvel a imóvel, qual a área que pode ser colocada a concurso e quais os usos permitidos, para garantir que estamos a olhar para cada imóvel como peça única que é”, sublinhou. (*Público*, 18/11/2016)

A Secretária de Estado indica que a gestão privada é feita em concordância com os objectivos definidos pelo Governo e que nesse sentido favorece em ambas as partes a conjugação entre o Estado e o “mercado”.

No entanto, a gestão privada dos bens públicos suscita reações menos favoráveis, sendo dado como argumento a “liberalização” do Património Imóvel. Como tal, uma maior segregação entre as comunidades e os espaços que foram concessionados e o garrotear da pluralidade de valores em detrimento da exploração económica. Estas posições surgem nomeadamente dos sectores mais discredulados de soluções por parte da economia privada na bancada parlamentar.

“O património é a nossa memória. Não podemos aceitar que o Ministério da Economia, o Turismo, ache de repente que aquilo que é a nossa memória está à disposição de qualquer negócio”. (*Público*, 18/11/2016)

(...) a política do património não pode estar sujeita ou subordinada ao 'mercado' e à política de turismo. Antes, a política para o património deve intensificar a ligação cultural entre as populações e o património, integrar o património edificado na vida e quotidiano do país, resultando numa valorização e preservação vivida e fruída colectivamente (*Rádio Renascença*, 30/09/2016)

As posições acima remetem para o PCP e Catarina Martins (BE), que mantêm posições similares a Walter Rossa e de Maria Ramalho:

depende também da qualidade do cliente que, neste esquema, deixa de ser o Estado e passa a ser um privado que é por ele legitimado através destes concursos de concessão. (*Público*, 27/12/2016)

(...) a “captura” de dirigentes que, sem se darem conta de que atentam contra a própria razão da sua existência, enaltecem o valor da rentabilidade dos espaços, da importância

do turismo como tábua de salvação do património cultural, que passa a ser visto como qualquer activo económico cada vez mais cobiçado (RAMALHO, 2017)

Consultando a informação disponível sobre o Programa *Revive* do Turismo de Portugal, verifica-se que este grande conjunto de bens culturais é encarado simplesmente como um qualquer valor imobiliário ou um mero ativo económico, não esquecendo, no entanto, a sua mais-valia (em termos de negócio), do valor histórico subjacente, ou seja, a possibilidade dos investidores contarem, desde logo, com um belo enquadramento cénico. (RAMALHO, 2017)

Estas posições, procuram chamar a atenção que, enquanto política cultural, deve existir uma atenção redobrada se os bens do domínio público passam para a gestão privada, sob risco de se comprometer a missão de devolver o Património à fruição pública, criando mais entraves a longo prazo.

g) Integração dentro de um contexto maior nas Políticas públicas

A aprovação do Programa *Revive* em todos os argumentos apresentados nos pontos anteriores, mostra que institucionalmente existe um compromisso relativamente estável em torno da sua aplicação. As divergências que surgem na sua aplicação resultam dos eixos onde se desloca. Grosso modo, se as metas estão equilibradas entre a esfera da economia e da cultura, ou se efetivamente existe uma clivagem dos argumentos que são dados pelos média.

Sobre este assunto, as posições favoráveis remetem para pontos abordados anteriormente, destacando-se a descentralização, a desconcentração, a integração multidisciplinar dos diversos ministérios, enquadradas em outras temáticas como o Orçamento de Estado ou os Planos do Turismo.

Nas palavras de Miguel Honrado, secretário de Estado da Cultura, para o *Jornal de Negócios*:

(...) o *Revive* é "a grande oportunidade para o património cultural" em Portugal. (*Jornal de Negócios*, 28/09/2016)

E a posição de Carrilho da Graça, arquitecto, em relativa concordância:

Idealmente, a responsabilidade pela salvaguarda do património compete ao Estado. Se tudo estivesse a correr bem, era assim que devia acontecer. Mas a situação em que nos encontramos, neste domínio, é penosa e inexplicável. E nesta situação de crise, de excepção, é admissível” (...) “Mas, futuramente, é importante assegurar mais investimento para o património. (*Público*, 27/12/2016)

Nesta última apresentam-se reticências na medida em que remete para a finalidade das políticas culturais em torno da recuperação do Património. Esta seria em condições favoráveis à intervenção por parte do Estado, mas no seguimento do contexto pós-crise, aplicar o Programa Revive não é uma solução deselegante, adequando-se às condições do presente, ainda que no futuro se continue a manter a noção de que estas políticas são complementares à natureza de funcionamento dos bens culturais.

Em oposição, esta sofre pela maior preponderância de critérios económicos e turísticos para justificar a intervenção no Património.

Afirma-se, assim, uma cada vez maior cumplicidade entre promoção patrimonial e os circuitos financeiros via turismo, em benefício da apelidada indústria cultural que deveria ser questionada na sua essência. (RAMALHO, 2017)

Em contornos ligeiramente mais próximos das medidas pensadas (políticas culturais) no Programa Revive, António Ribeiro Pinto comenta ao Público:

(...) O problema acontece quando por falta de política cultural a gestão acaba por vampirizar esse lugar que é o único que dá sentido à imanência do cultural e à gestão e que é a política. E fá-lo invertendo todos os termos da política cultural, colocando a gestão ao serviço do populismo (...) (*Público*, 28/08/2016)

A noção do “populismo” na gestão e nas políticas culturais remete para a preponderância apontada diversas vezes por Maria Ramalho (RAMALHO, 2017); (RAMALHO, 2017), sobre importância do papel do turismo através do Património, ou por parte da economia da funcionalização requerida em todo o Património imóvel.

II.III - INTENSIDADE DA DIVULGAÇÃO DO PROGRAMA REVIVE

Após a identificação de argumentos em torno do Programa Revive procurou-se sistematizar em termos quantitativos o enquadramento deste tema, com o fim de estabelecer uma cronologia sobre a prevalência do tema na esfera mediática. O quadro referente a quantidade de artigos por mês a fim de estabelecer uma cronologia que enquadre os temas propostos na grelha de análise²⁵:

[QUADRO Nº2.2 - Artigos na imprensa escrita sobre o Programa Revive (abril de 2016 a julho de 2017)]

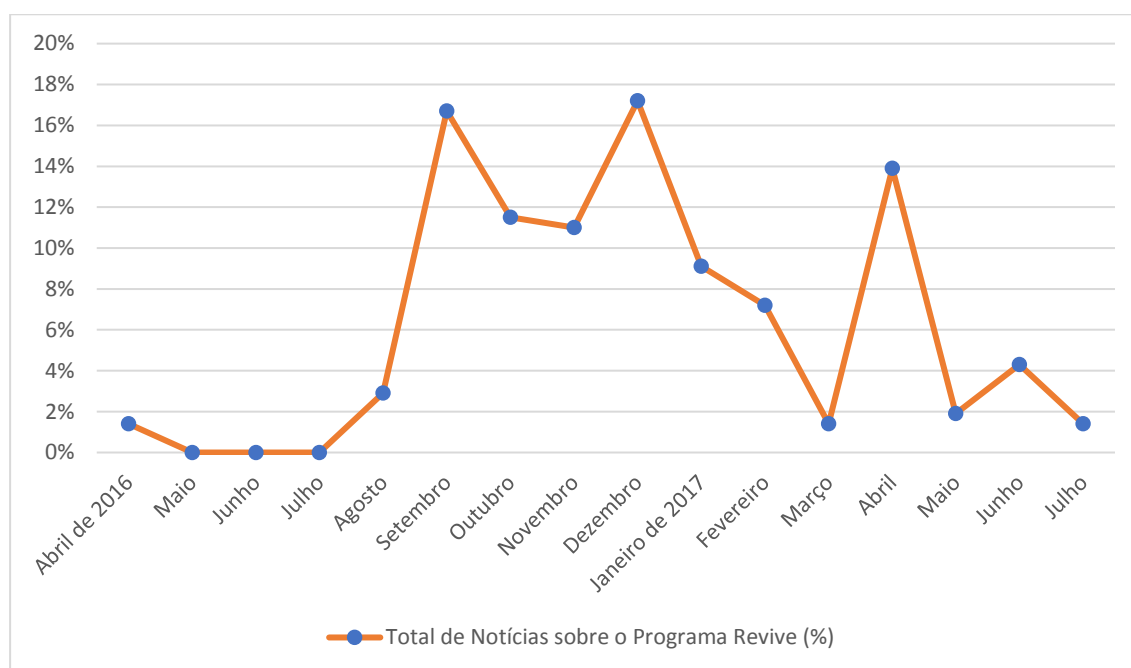
Ano	Meses	Notícias sobre o Programa Revive	% de notícias sobre o Programa Revive
2016	Abril	3	1,4%
	Maio	0	0%
	Junho	0	0%
	Julho	0	0%
	Agosto	6	2,9%
	Setembro	35	16,7%
	Outubro	24	11,5%
	Novembro	23	11%
	Dezembro	36	17,2%
2017	Janeiro	19	9,1%
	Fevereiro	15	7,2%
	Março	3	1,4%
	Abril	29	13,9%
	Maio	4	1,9%
	Junho	9	4,3%
	Julho	3	1,4%
Total		209	100%

²⁵ Em anexo estão os seguintes quadros com informações completas: Anexo C: Quantidade de artigos na imprensa escrita de âmbito local sobre o Programa Revive (abril 2016 - julho 2017). Anexo D: Totalidade de saída de artigos (por órgão de comunicação) no período de abril 2016 e julho 2017/ Anexo E: Totalidade de saída de artigos por mês (Por órgão de comunicação) no período de abril 2016 e julho 2017.

II.IV - CRONOLOGIA

A cronologia é situada entre o período de abril de 2016 até julho de 2017. Perante esta intensa divulgação, a visibilidade dos meses onde houve maior divulgação serve como ponto de partida para a relevância da temática do Programa Revive ao longo do tempo.

[Gráfico n. 2.1. - Fases de intensidade da divulgação do Programa Revive (abril 2016 – julho 2017)]



Embora entre abril e agosto de 2016 surjam algumas notícias sobre o assunto, este só atinge maior disseminação após a divulgação oficial em setembro. Simultaneamente, existem mais dois picos de intensidade registados em dezembro e em abril de 2017. O decréscimo de intensidade remete para o facto de neste período as notícias assumirem um carácter mais informativo do que propriamente de debate de posições, excetuando o debate da Fortaleza de Peniche²⁶, que contribui de maneira significativa para a visibilidade do programa.

Os picos de informação remetem para a divulgação faseada da lista de imóveis, terminada em dezembro de 2016. Simultaneamente, incluem também as referências ao debate sobre a Fortaleza de Peniche que termina em abril de 2017. A relação da divulgação quantitativa

²⁶ Ver capítulo três, referente à situação de Peniche.

indica que há um acréscimo quando surgem novos imóveis na lista, intervenção partidária ou autárquica ou evolução do programa e a sua receção.

II.V - SÍNTESE

De modo geral, a intensidade de divulgação é extensiva em termos quantitativos. No período contemplado poderá considerar-se esta fase como um “período inicial”, onde o contorno da informação divulgada apresentou uma natureza informativa, no sentido de dar a conhecer o que se está a fazer em torno do património, do que propriamente estimular reações (a exceção são os casos referentes à Fortaleza de Peniche e o Hotel da Guarda, motivados pelas reações negativas que estimularam)²⁷. Contudo, tendo em conta os temas e os argumentos apresentados anteriormente, são visíveis as seguintes tendências:

1. Apesar de a nível institucional existir uma cooperação entre os diversos ministérios que compõem o Programa Revive, existem divergências entre os intervenientes da cultura e da economia, sendo que os quadros técnicos da tutela do Património, como por exemplo Maria Ramalho, mostram-se reticentes à questão da intervenção privada e à concessão dos imóveis. Já as tutelas da Economia ou do Turismo reconhecem a vantagem que este processo da concessão traz num panorama mais abrangente em benefício do País.
2. O carácter divulgativo das informações recolhidas demonstra uma incapacidade da imprensa em debater o tema. Isto pode, em parte, dever-se às particularidades técnicas em torno das questões culturais (Património). Logo, os temas são abordados de forma mais acessível ao público (Orçamentos de Estado, montantes de investimento, os espaços em questão e as opiniões partidárias)
3. Tendo em conta o ponto anterior, é expectável que nesta fase, o carácter divulgativo sirva sobretudo para polarizar opiniões públicas (a favor ou contra), visível, por exemplo, no debate sobre Peniche.

²⁷ O Hotel Turismo da Guarda foi a seguir à Fortaleza de Peniche o mais divulgado no período recolhido, no entanto, tendo em conta que foi tardiamente introduzido na esfera mediática, optou-se por deixar fora de análise, sendo, no entanto, feita a referência ao mesmo no sentido de demonstrar que existem Imóveis contestados pelos diversos interesses.

CAPÍTULO III - A FORTALEZA DE PENICHE

Um dos imóveis mais mediatizados do Programa Revive foi a “privatização” da Fortaleza de Peniche. É neste que está mais palpável a diversidade de posições existentes perante o entendimento e domínio do Património Cultural (imóvel) e da sua polissemia em termos de identificação com os bens culturais. Para medir as relações causa-efeito desta mediatização, foi feita uma análise de dados em relação ao trabalho dos média na descrição deste “conflito” a fim de tentar compreender melhor as dinâmicas que se passam ou que são possíveis de passar no que toca à temática da reutilização e gestão do Património Cultural entre o público e privado, visíveis através do “debate” na esfera pública sobre estes processos no estabelecimento de políticas culturais por parte do Estado.

O pensamento recente sobre a criação de políticas eficazes procura superar o impasse intelectual das posições pró-mercado (desregulamentação) vs. pró-público (regulamentação), recorrendo a processos de política responsiva, que procuram a cooperação entre a regulamentação governamental, a auto-regulação da indústria e a mobilização da comunidade. (HARTLEY, 2004, p. 71/72)

III.I - BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO DA FORTALEZA DE PENICHE

Na apresentação do Programa Revive, um dos primeiros imóveis a integrar a lista foi a Fortaleza de Peniche. O seu percurso ao longo dos tempos é de grande interesse e cujas características o definem como incontornável em termos de riqueza arquitetónica e histórica até à atualidade, tendo sido classificado como Monumento Nacional em 1938. Contudo, na relação do imóvel histórico e o Programa Revive, destaca-se o seguinte ponto da sua nota histórico-artística pela DGPC²⁸:

Entre 1934 e 1974 o Forte de Peniche foi transformado em prisão de presos políticos do Estado Novo. No ano de 1984 a Câmara Municipal de Peniche transformou o espaço da fortaleza em Museu Municipal. (DGPC, 2017)

²⁸ Disponível em detalhe em <http://www.patrimoniocultural.gov.pt/pt/patrimonio/patrimonio-imovel/pesquisa-do-patrimonio/classificado-ou-em-vias-de-classificacao/geral/view/71147>

De todas as funções que este espaço que ocupou desde o período das suas fundações no início do século XV até ao tempo presente, o elemento fulcral e que projeta todas as questões em torno do Programa Revive é a sua transformação em prisão para presos políticos do regime do Estado Novo.

No ano de 1934 marca a utilização deste espaço como prisão até 1974. Subsequente no ano de 1984 é dedicado à criação do núcleo museológico e o seu destino como Museu Municipal. Na altura do lançamento do Programa Revive estavam sediados no seu espaço as seguintes valências: Museu Municipal de Peniche, o Estúdio Municipal de Dança e o Atelier Local de Artes.

Apesar de toda a notável evolução ao longo do tempo, é importante referir um dos momentos mais simbólicos da resistência ao Estado Novo, que faz parte do imaginário recente e tornou célebre o monumento na altura em que a fortaleza era prisão para presos políticos: a três de janeiro de 1960, Álvaro Cunhal e mais nove prisioneiros (Joaquim Gomes, Carlos Costa, Jaime Serra, Francisco Miguel, José Carlos, Guilherme Carvalho, Pedro Soares, Rogério de Carvalho e Francisco Martins Rodrigues) escapam do Forte²⁹. Tanto a questão do espaço enquanto prisão e o evento da fuga, lhe atribuíram uma forte agregação identitária a este edifício de longa história, sendo um dos elementos mais recorrentes à memória e identidade local e cujo valor fruto desse momento é fortemente atribuída ao espaço.

Este último parágrafo é o ponto de partida para um dos mais palpáveis e possivelmente dos mais controversos, a nível das questões em torno da valorização do património e da sua importância mediática, enquanto integrante do Programa Revive.

III.II - ANTECEDENTES: A PROPOSTA DE TRANSFORMAÇÃO EM POUSADA

Existe desde os finais dos anos 1970 o intuito de construir um espaço hoteleiro/turístico por parte da ENATUR (*Câmara Municipal de Peniche*, 2011) e da autarquia local como meio de garantir o financiamento para a reabilitação e recuperação do espaço (*Sapo*, 29/12/2016). Esta iniciativa foi pensada ainda no período em que a ENATUR era uma entidade pública de direito privado do Estado. No ano de 1999, a ENATUR (*Câmara Municipal de Peniche*, 2011)

²⁹ Acerca da fuga, um pequeno resumo em http://www.citi.pt/cultura/artes_plasticas/desenho/alvaro_cunhal/fuga_peniche.html e a importância não só a nível da figura mediática de Álvaro Cunhal mas de todo o processo desta fuga na luta antifascista em <http://dori.pcp.pt/index.php/historia-do-pcp-menuarxismoleninismo-103/85-momentos-da-historia-do-pcp/207-artigos-de-85-momentos-da-historia-do-pcp/535-fuga-de-peniche-um-passo-para-a-revoluo-de-abril>

avança com a intenção da construção de uma pousada que conciliasse a utilização turística e preservação da memória da repressão política do Estado Novo (*Diário de Notícias*, 30/10/2016). Este projeto seria entregue ao arquiteto Siza Vieira entre 2000 e 2003, data em que é afastado, produto da discordância no rumo do projeto final, em parte ditadas pela nova gestão da ENATUR. Esta sofre um processo de privatização, onde a gestão e administração das Pousadas de Portugal é entregue ao maior acionista, neste caso o Grupo Pestana. O projeto é adiado até 2008, momento em que o Turismo de Portugal e a ENATUR deixam de parte qualquer intenção de prosseguir a construção da pousada na Fortaleza de Peniche (*Câmara Municipal de Peniche*, 2011), (*Observador*, 30/09/2016).

Em relação às intenções do projeto e o seu afastamento, na perspetiva do seu primeiro autor, o problema de partida é a conjugação do “peso” histórico da prisão política com um espaço de utilização turística, onde as intenções da recente privatização da gestão da ENATUR, incompatibilizaram o projeto por não conjugar a compatibilização da memória e a sua nova possível função.

Portanto, realça-se a “incompatibilidade” “moral” na perspetiva de refuncionalização do espaço³⁰.

Pergunta: Passados todos estes anos, como é que olha para o projecto? Acha que ele continua a fazer sentido?

Siza Vieira: Para mim o problema latente continua a ser o mesmo. Está bem fazer uma pousada para turismo num sítio onde está a prisão em Peniche? (*Público*, 18/12/2016)

Para Siza Vieira, a memória desse período é fundamental e primária para a compreensão do espaço no discurso histórico e historiográfico do Portugal atual. Portanto uma primeira relação é a narrativa histórica da memória local, isto é, o contexto da repressão dos presos políticos na prisão construída no período do Estado Novo como a memória “oficial” ligada ao edifício histórico como o elemento fundamental a preservar enquanto discurso coletivo (isto seria o discurso institucional “autêntico” para o monumento).

³⁰ A entrevista do dia 18 de dezembro de 2016 por Isabel Salema no Jornal “O Público” foi feita antes da Fortaleza de Peniche ter sido retirada do Programa Revive.

III.III - A INCLUSÃO NO PROGRAMA REVIVE

Do programa que foi dado a conhecer no final de setembro de 2016 salienta-se o facto da intenção de dar utilidade turística ao Forte de Peniche e consensualidade do uso por parte do Governo e da Autarquia.³¹ Apesar dessa concordância entre Governo e Autarquia, no ato de divulgação desta decisão, destacaram-se as fragilidades em torno da solução encontrada.

Esta decisão já era alvo de aprovação por parte do Presidente da Câmara de Peniche, António José Correia (CDU), que, como noticiou o Observador, desde a sua eleição no ano de 2005 e sucedendo ao Partido Socialista, procurou levar avante este projeto, dando continuidade à decisão da Autarquia do tempo do Partido Socialista (*Jornal de Notícias*, 29/09/2016).

António José Correia, que já naquela altura estava empenhado em concluir o projeto da Enatur, sublinha agora que o (novo) projeto não põe em causa os espaços históricos e que assim se está a “preservar a memória do Forte de Peniche”. (*Observador*, 30/09/2016)

O projeto pensado para o Programa Revive não ocuparia mais do que 6000 m² de uma área total de mais de 20000 m² e ficaria localizado na fortificação originária do século XVI, sobre a qual o Presidente da Câmara estaria de acordo na condição de preservar as áreas onde a memória da prisão política ficassem intactas. (*Diário de Notícias*, 2016); (*Diário de Notícias*, 2016)

Esta cláusula é a garantia para a prosseguimento do investimento no Programa Revive, tendo a Autarquia a função de assinar qualquer caderno de encargos. O montante esperado de investimento é na ordem dos 5 milhões de euros. Sendo esta a situação de partida, na altura da saída da primeira notícia sobre o assunto, não era esperada por parte da(s) autoridade(s) que lideram o projeto alguma polémica possível em relação à sua entrada no Programa Revive:

Concessão do Forte de Peniche não levantará polémica, acredita secretária de Estado do Turismo. (*Observador*, 28/09/2016)

³¹ A primeira notícia parte do Jornal “O Observador” no dia 28 de setembro de 2016.

Contrariamente ao esperado pela secretária de Estado do Turismo – Ana Mendes Godinho, esta notícia não teve esse o efeito, pois rapidamente foi alvo de críticas por parte do Partido Comunista Português que rapidamente dispôs da sua intenção de ir contra o processo da “privatização” do edifício histórico³².

Em relação à escolha do imóvel, não está clarificado o porquê da sua escolha pelas fontes oficiais governamentais, mas pelas estruturas locais de governação, que encontraram uma resposta para os seus problemas locais, reutilizando a fortaleza no contexto turístico como pensado anteriormente no período de 1999-2008. No entanto, esta decisão não foi um processo linear e consensual, ao qual se salienta a intervenção por parte do PCP, que subscreveu e apoiou a petição por parte da URAP (União de Resistentes Antifascistas Portugueses); a NAM (Associação Movimento Cívico Não Apaguem a Memória) e de diversas individualidades simpatizantes com a causa.

A preservação do Forte de Peniche, quer como lugar da repressão e da resistência ao fascismo, quer como lugar de esclarecimento para as jovens gerações sobre o que foi a ditadura fascista, é uma exigência de respeito pela memória de todos aqueles que sacrificaram o melhor das suas vidas para que o povo vivesse em liberdade (*Observador*, 28/09/2016)

Assim, procura-se um ajuste de relações do Património enquanto símbolo de um determinado grupo com dinâmicas mais específicas e locais, ao mesmo tempo assumindo um discurso de âmbito nacional para a sua preservação, isto verifica-se a partir deste contexto local, visto que esta memória é importante para todos os Portugueses no discurso Nacional.

O PCP considera "inaceitável" a concessão a privados de 30 monumentos nacionais, considerando que, no caso do Forte de Peniche, isso significa "uma manifestação de desprezo para com a luta antifascista em Portugal" e "um dos mais significativos ataques à memória coletiva dos portugueses". (*Expresso*, 29/09/2016)

Neste processo sublinha-se a tensão entre os diversos discursos que o património pode assumir e contém dentro dos seus próprios limites materiais e imateriais. Deste modo, o confronto é composto por múltiplos interesses e dinâmicas locais sobre o que fazer com o

³² A nota completa disponível em: <http://www.pcp.pt/sobre-programa-de-concessao-privados-de-um-conjunto-de-imoveis-historicos-que-sao-patrimonio>

património, mas indicando sempre o seu valor a nível nacional. Neste sentido, a própria mediatização procura não só demonstrar essa realidade como também polarizar a opinião pública sobre esta temática.

De algum modo, esta situação, nas duas realidades apresenta um ponto interessante, isto é, a quem pertence este património e que discurso(s) deve este oferecer, respondendo assim à constante complexificação do sentido de pertença e diversidade de interações entre grupos e indivíduos na partilha do mesmo espaço físico.

III.IV - IMPACTO MEDIÁTICO DA INCLUSÃO DA FORTALEZA DE PENICHE NO PROGRAMA REVIVE

Para melhor compreender todo o desenrolar do processo em torno da Fortaleza de Peniche, foi necessária uma grelha de análise dos impactos mediáticos³³, com as seguintes finalidades:

1. Quais os atores (indivíduos, grupos de natureza pública ou privada e as entidades oficiais no que toca ao domínio do discurso em volta de um monumento classificado) e qual o papel que cada um destes tem definido e o que reivindicam. Existe algum fio condutor, ou elementos comuns a cada um destes intervenientes? Como são descritos esses atores no contexto do jogo em torno da fortaleza.
2. Quais os contornos do “conflito” através da sua descrição, de como é que isto é relatado, quais os elementos destacados, e qual o tom utilizado para descrever essa relação
3. Qual a finalidade desde processo e qual o motivo desta sensibilização e que reações procura dar a conhecer
4. Qual a prioridade desta mediatização, se foi algo esporadicamente referido ou se foi amplamente divulgado desde o início até ao fim.
5. Entender se este discurso reflete o debate sobre o que é válido enquanto património ou se existem outros discursos aos quais se insere o património.
6. Que solução/soluções foram encontradas neste confronto.

Assim, foi estabelecida uma recolha de todas as notícias sobre o tema, tanto de âmbito nacional como local, quais os elementos destacados e como é que é passada a informação

³³ No Anexo B encontra-se uma grelha onde estão discriminadas a recolha de todos os elementos noticiosos sobre a mediatização da Fortaleza de Peniche.

deste “debate”. A recolha destes elementos é paralela à que foi estabelecida para o Programa Revive em geral, começando desde que saiu a primeira notícia, do dia 28 de setembro de 2016 até ao dia 27 de abril de 2017, data da última entrada registada³⁴. Foi dividida em cinco fases: I - referências e posicionamentos iniciais (setembro); II – debate em torno da concessão (outubro); III - retirada do Imóvel e debate político (novembro – dezembro); IV - Formalização de soluções (janeiro – fevereiro); V - oficialização da decisão (abril)

III.V. - QUADRO GERAL: ARCO TEMPORAL SOBRE O PROCESSO DE PENICHE

O debate em torno da Fortaleza de Peniche no Programa Revive ocorre em simultâneo ao decorrer da mediatização do Programa Revive nos canais informativos. É dada relevância ao tratamento deste elemento por ter sido logo de início o mais controverso em termos descritivos e que de algum modo acentua, embora não espelhe de todo o que possa suceder em torno de todos os imóveis que constituem o programa, determinadas questões da atribuição de novos modelos de gestão e soluções sobre a refuncionalização do Património Imóvel do Estado. Nesse sentido, para compreender melhor a sua mediatização, foi necessário estabelecer uma leitura e análise das notícias, em termos quantitativos, sobre as quais foi possível criar as diversas etapas do impacto que este teve ao longo do tempo para melhor dar a conhecer quão relevante e noticiado foi este tema “polémico”.

Para tal, em termos quantitativos, a metodologia de análise com foco na relevância deste tema específico dentro do quadro do Programa Revive, onde se registou o tempo dedicado à visibilidade do assunto, balizando-o para poder delinear uma descrição ao longo do tempo destas diversas etapas (I a V) através da recolha quantitativa de artigos públicos na imprensa³⁵.

III.VI. - DIFERENTES FASES DO DEBATE SOBRE A FORTALEZA DE PENICHE

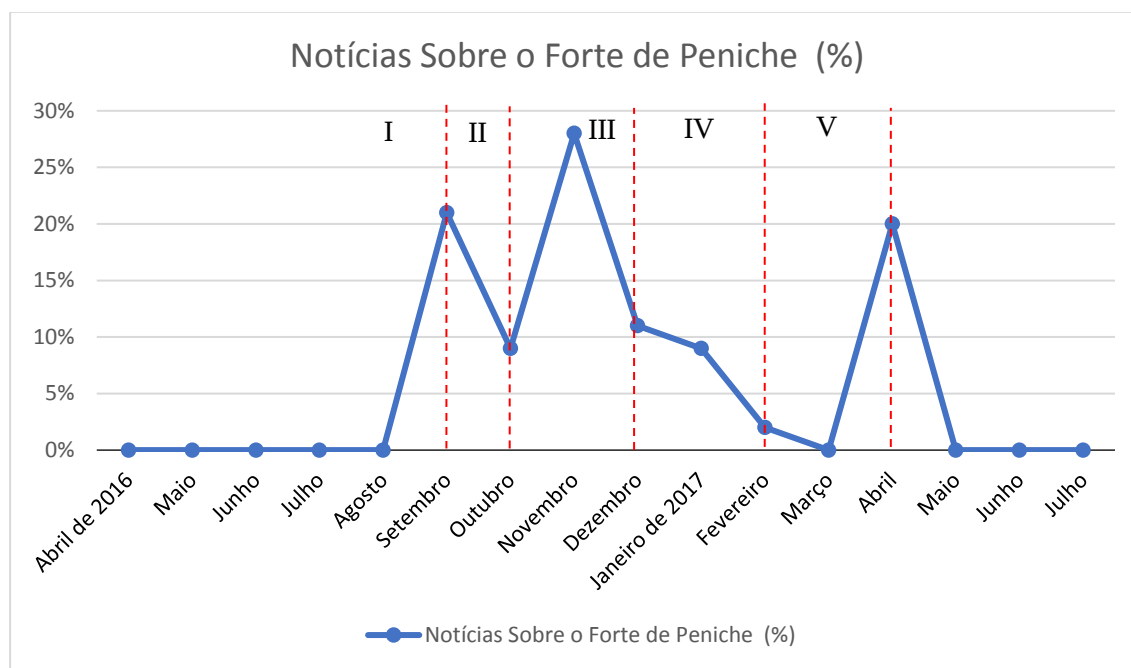
As primeiras referências publicadas em relação em torno da Fortaleza de Peniche surgem na altura da divulgação do Programa. Em termos de intensidade apresenta contornos semelhantes, com pequenos períodos de oscilação pelos contornos políticos em torno do

³⁴ O anexo B onde estão incluídas notícias dedicadas à Fortaleza de Peniche são recolhidas desde abril de 2016 até julho de 2017. Sendo assim o período de recolha em específico para este corpus remete para 28 de setembro de 2016 até 27 de abril de 2017. Para lá de julho de 2017 poderão ter saído mais elementos noticiosos pontualmente, mas que não estão contemplados por questões de execução desta dissertação.

³⁵ Ver capítulo sobre o Programa Revive sobre a metodologia utilizada para o levantamento e tratamento da informação recolhida.

debate e que realçam as posições tomadas em torno do processo sobre a intervenção na Fortaleza. O gráfico n.3.1. remete para as diferentes fases de visibilidade e o quadro n. 3.1. sobre os valores quantitativos e percentuais de artigos sobre a Fortaleza de Peniche.

[Gráfico nº 3.1.] – fases de visibilidade pública sobre a Fortaleza de Peniche no Programa Revive



Base = 54

Quadro n.3.1. - Artigos sobre a Fortaleza de Peniche (número e percentagem)

Meses	Notícias sobre o F. Peniche (nº)	Notícias sobre o Forte de Peniche (%)
Agosto de 2016	0	0
Setembro	11	21
Outubro	6	9
Novembro	15	28
Dezembro	6	11
Janeiro de 2017	5	9
Fevereiro	1	2
Março	0	0
Abril	10	20
Maio	0	0
Junho	0	0

Julho	0	0
Total	54	100%

O volume de artigos produzidos sobre o tema e tendo em conta a baliza cronológica estabelecida corresponde a um total de 54 artigos

I Fase – Referências Iniciais (setembro 2016)

A Fortaleza de Peniche adquire impacto imediato a partir da divulgação das notícias sobre o Programa Revive logo em setembro, isto em sequência da divulgação da Lista dos Imóveis a concessionar e por ter sido um imóvel destacado através dos títulos informativos (*Observador*, 2016). Isto despoletou a movimentação dos grupos associativos e os partidos políticos da esquerda parlamentar contra as intenções de colocar a Fortaleza em concessão por parte do Programa Revive.

A intensidade dos artigos produzidos justifica-se com bipolarização das posições em torno desta questão: os que estão contra, liderados pelos movimentos associativos e o PCP; os que estão a favor, as entidades Estatais (locais e centrais) em relação à concessão do espaço. Aqui os artigos publicados correspondem a 21% da totalidade sobre a Fortaleza de Peniche e, sendo um período inicial, assume um tom mais informativo sobre a situação.

II Fase – Debate em torno da concessão (outubro 2016)

Dada a polarização em duas grandes tendências, a 2.º Fase descreve o debate em torno da concessão, remetendo para os artigos declarações de ambos os lados, mas mais pendentes para o lado dos movimentos de resistência. Este período oscila em divulgação entre a primeira semana e a última do mês. Quantitativamente, existe um decréscimo de publicações, apenas 9% da totalidade de artigos. Esta altura de relativa descida poderá ser estabelecida como um período de reflexão por parte do Estado em relação às manifestações contra a concessão.

III Fase - retirada do Imóvel e debate político (novembro – dezembro 2016)

Esta fase é o período mais intenso de divulgação, ocupando 28% da totalidade das publicações em novembro e em dezembro com 11%. Este período remete para a decisão por parte do Governo em retirar a Fortaleza da lista de concessões do Programa Revive. As duas tendências podem ainda ser divididas de acordo com a sua difusão. A primeira mostra que a

politização do assunto fez pressão sobre o Governo, que em resposta mostra a capacidade de abertura política em torno da questão. A segunda representa um enfraquecimento das relações entre as autoridades centrais e locais, onde as últimas incitam uma resolução mais célere para não deixar este assunto pendente politicamente. Após a inviabilização da concessão em espaço hoteleiro é forçado o debate para uma solução mais consensual entre os diversos intervenientes que se vai estender até ao final do ano de 2016.

IV Fase – Formalização de soluções (janeiro – fevereiro 2017)

O ano de 2017 arranca com a formalização do debate político sobre o assunto em assembleia parlamentar, com a criação de um grupo de trabalho objetivando a produção de um documento oficial com os elementos pertinentes a esta decisão: as questões orçamentais para a recuperação do imóvel; o modelo de financiamento e gestão para o espaço; as propostas de musealização da Fortaleza.

Mais uma vez, embora consensual em torno da sua preservação memorial, em termos da gestão e financiamento são apontadas algumas críticas devido à não inclusão dos órgãos locais que, para todos efeitos, são os gestores do espaço. Fazem também pressões em torno do financiamento desta solução ser feito através do Orçamento de Estado, mas aceitando complementos financeiros por parte de entidades privadas em pequenas concessões. Porém, também é um período de baixa divulgação, composto por 11% em janeiro e 2% em fevereiro.

V Fase - oficialização da decisão (abril 2017)

Esta última fase retoma a um pico de crescimento da exposição mediática e o período final deste intenso debate começado em setembro de 2016. Isto resulta da divulgação oficial do estudo produzido pelo grupo de trabalho e a oficialização da decisão por parte do Governo em reutilizar o espaço como uma instalação museológica adequada às reivindicações iniciais dos movimentos associativos e partidos políticos. Porém, são colocadas dúvidas em relação às garantias dadas pelo Governo por parte de integrantes da Autarquia, todavia o assunto aparenta estar encerrado pela firmeza da solução encontrada. Isto não implica, contudo, que não surjam outras problemáticas em torno da questão no futuro próximo.

III.VII. - DESCRIÇÃO DO IMPACTO

A Fortaleza de Peniche foi, no ato de divulgação das primeiras notícias, sempre dado como elemento de destaque dos demais imóveis. É possível ver esse destaque nos média através dos primeiros elementos divulgados, que começam no dia 28 de setembro de 2016 no Jornal O Observador com o seguinte título: “Governo abre 30 monumentos históricos. Incluindo o Forte de Peniche” (*Observador*, 28/09/2016)

O subtítulo desta primeira notícia refere também que não existe qualquer tipo de polémica nessa escolha, segundo a Secretária de Estado do Turismo, Ana Mendes Godinho (*Observador*, 28/09/2016). Embora não se desenvolva mais em específico sobre a Fortaleza nesta notícia, fica em aberto que existe espaço para um potencial conflito, mas que tal pode não suceder. Para além desta referência, fica ainda esclarecida a posição de um dos intervenientes, neste caso a Secretária de Estado do Turismo de Portugal I.P, que é “concessionar” o imóvel, conforme o planeado pelo atual governo. Este intento é reforçado, de acordo com a Rádio Renascença, pela tomada de posição do presidente do Turismo e da Associação de Promoção Turística da Região Centro, Pedro Machado:

“As críticas que são lançadas sobre a possibilidade de qualquer tipo de ameaça à memória histórica da fortaleza de Peniche não têm fundamento. Seria muito pior que a fortaleza, quer pela ameaça que tem da sua proximidade geográfica com o mar, quer por força dos espaços que estão devolutos e não têm a manutenção adequada, o seu fim podia ser a ruína”, disse Pedro Machado. (*Rádio Renascença*, 2016)

As notícias seguintes surgem no dia seguinte (29 de setembro de 2016), nomeadamente através dos inícios da resistência à concessão do imóvel por parte do PCP. Estas são transmitidas pelos seguintes órgãos de informação: Rádio Renascença; Diário de Notícias; SIC Notícias; Expresso e O Observador.

Em todos estes órgãos de comunicação surgem duas posições: de um lado, o Governo e a Autarquia com intenções de levar avante a utilização da Fortaleza por entidades privadas, e do outro, o PCP a apoiar os movimentos contestatários as intenções da “concessão”. Deste modo estabelece-se o tabuleiro de jogo que acompanhará o caso da Fortaleza de Peniche; (*Diário de Notícias*, 2016) (*Rádio Renascença*, 2016)

O PCP está contra a intenção do Governo de concessionar cerca de 30 edifícios históricos ao sector privado, incluindo a Fortaleza de Peniche, e defende um "Programa Nacional de Emergência para o Património Cultural". (*Rádio Renascença*, 30/09/2016)

Entre os 30 edifícios classificados como património histórico que poderão ser transformados em projetos turísticos, está o Forte de Peniche. Para os comunistas a entrega deste edifício à gestão privada é um atentado à história de Portugal. (*Diário de Notícias*, 29/09/2016)

Pelo simbolismo que encerra, não podemos deixar de criticar de forma veemente o facto de o Governo ter colocado nesta lista a Fortaleza de Peniche, ignorando a importância histórica e cultural de um espaço onde não é possível conciliar a atividade hoteleira e turística com a necessidade de preservar integralmente as suas características prisionais históricas. (*Diário de Notícias*, 29/09/2016)

O argumento avançado para concretizar este negócio, de que mais vale concessionar do que deixar cair, não pode vingar, apenas e tão só, representa uma forma de fugir à responsabilidade do Estado face ao património cultural em Portugal, responsabilidade fixada na própria Constituição da República Portuguesa", critica. (*Expresso*, 29/09/2016)

Como é indicado acima, estes são alguns dos exemplos que destacam esta relação de conflito de interesses perante o edifício histórico. Paralelamente, ressalta um outro elemento: a relação de valor que o Património significa enquanto factor de diversidade. Esta relação pode originar um confronto entre os processos de valorização. Logo, se por um lado o Governo olha para a fortaleza como um "objeto" cujo valor remete para o seu contexto de exploração numa perspetiva económica, cujos frutos dessa relação beneficiam a nível local e nacional, por outro os meios técnicos e profissionais ainda respeitamos moldes tradicionais, ou seja, manter o património na alçada da cultura, impedindo a sua venda sob pena de haver uma deturpação do seu valor cultural através da mercantilização ou uma sobreposição da esfera económica pela cultural, indo de encontro as ideias de Françoise Choay:

(...) os princípios dominantes continuam, no entanto, a pautarem-se por características demasiado globalizantes, estaticizantes, ainda muito presas à musealização do objecto em causa, a um seu isolamento protector do mundo que o rodeia e que se identifica com ele, e por isso, descontextualizador dos factores que lhe concederam, precisamente o

valor de património. A título de exemplo dessa situação temos o não reconhecimento do bem patrimonial como elemento referencial ou potenciador do planeamento e do ordenamento territorial, ficando limitado ao mero rastreamento. (CHOAY, 2005, p. 10)

Já a relação estabelecida pelo PCP remete para o último contexto histórico, apelando ao passado da Fortaleza enquanto prisão do período do Estado Novo. Como tal, para este partido, o carácter deste espaço como local emblemático de repressão política desse período e o elemento de mais impacto. Um reflexo simbólico por parte de quem sofreu as consequências desse momento, sendo fundamental destacar e preservar essa relação, invocando que essa intervenção seria descaracterizar a essência do monumento. Logo, está aqui presente um confronto entre a capacidade de poder gerar uma nova relação para com o património, ainda que nessa possibilidade exista como consequência a perda do seu simbolismo, portanto uma escolha entre relações de valor.

É no campo das relações de valor que se destaca a nível mediático, a quem é incumbida não só a tarefa de “cuidar” e manter o património, mas também o que se deve fazer com ele. Esta divergência entre atores locais e os nacionais está manifesta naquilo que procuram retirar do património que os envolve. Porém, reconhecido que a degradação material da Fortaleza é a situação mais urgente a resolver, tanto pelo Estado, pelos seus diversos intervenientes no Programa Revive e também pelas estruturas locais de governação.

No entanto, está presente uma diversidade de posições em torno deste conflito: a nível local existe uma divisão entre os que estão a favor e os que estão contra, visível nos discursos partidários locais em relação ao discurso “institucional” dos partidos representados na Assembleia da República e das intenções pretendidas pelo Governo.

Deste modo fica claro para os média que as estruturas locais de governação, lideradas pelo Presidente da Câmara (da coligação CDU, onde o PCP também está presente), entram em conflito com o discurso ideológico-institucional do PCP. A favor desta integração estão presentes todos os partidos de maior relevância e com representação local, incluindo o CDS-PP, o PSD e o PS.

Por outro lado, tanto a Câmara de Peniche — que é comunista — como as estruturas locais do PCP, PS e PSD são favoráveis à concessão daquele Forte para fins turísticos, desde que seja salvaguardada a sua preservação e que o museu da ex-prisão política continue aberto. O presidente da câmara, António José Correia, afirma que a autarquia está disponível para aceitar a utilização de uma parte daquele espaço, sob condição da “preservação da memória da resistência”. (*Observador*, 02/10/2016)

Por outro lado, tanto a Câmara de Peniche, que é comunista, como as estruturas locais do PCP, PS e PSD são favoráveis à concessão daquele Forte para fins turísticos, desde que seja salvaguardada a sua preservação e que o museu da ex-prisão política continue aberto. (*Público*, 02/10/2016)

“Por outro lado, tanto a Câmara de Peniche – que tem maioria da CDU -, como as estruturas locais do PCP, PS e PSD se mostraram favoráveis à concessão.” (*Observador*, 11/11/2016)

Os média deste modo destacam que existe de facto um alinhamento político favorável à concessão. Isto demonstra que, em termos práticos, a agregação do discurso do Património é, pelo menos no contexto mais local do plano político-ideológico, consensual.

Estas notícias também dão a conhecer esse contexto de proximidade, mas também que existe uma contradição entre o que a Câmara (CDU) procura fazer em relação à fortaleza e o que PCP (entre outras organizações) defende sobre o espaço. Como indicado anteriormente, este espaço é considerado vital não só para a memória e para a história do partido, mas também pelo seu valor no discurso histórico mais generalizado sobre a resistência antifascista ao Estado Novo.

Assim, encontramos as estruturas locais com um apoio significativo e em linha com as intenções do governo central, visto que viabiliza reabilitação do espaço. Ao introduzir um elemento já desejado (reabilitação) seria possível conciliar a cedência do espaço a entidades privadas e manter a memória da prisão política.

Logo, na perspetiva de António José Correia, esta opção é a que melhor se adequa tendo em conta o estado do edifício histórico, ainda que seja uma solução reconhecida como imperfeita. (*SIC*, 2016); (*Diário de Notícias*, 2016)

No entanto, o PCP manteve, em apoio à iniciativa da URAP, a pressão através de uma petição pública para retirar e impedir a concessão do espaço a privados, dando voz ao processo de resistência e insistir em outro modelo que respeitasse a integridade do espaço e da memória ali residente, na tentativa de procurar outro tipo de soluções que fizessem valer as responsabilidades do Estado e da autarquia

“Temos vindo a fazer uma série de esforços no sentido de mobilizar a opinião pública, falar com as autoridades, e chamar a atenção para o mau negócio que era fazer a privatização da gestão daquilo, tendo em conta as responsabilidades do Governo e da autarquia”. (*Diário de Notícias*, 11/11/2016)

A petição pública no ato de entrega na Assembleia da República reuniu acima de 6000 assinaturas, desde figuras públicas, antigos prisioneiros políticos e os seus familiares, simpatizantes pela causa, entre outros³⁶.

Com isto entramos na relação de confronto político em torno da Fortaleza de Peniche, onde as notícias que saíram do período que vai desde 29 de setembro de 2016 e durante o mês outubro de 2016, da totalidade do corpus recolhido³⁷ destacam-se três pontos:

1º - O PCP é contra o processo de concessão da Fortaleza de Peniche; 2º - o desrespeito pela memória e identidade que ficaram subjacentes do tempo da prisão do Estado Novo e 3º - que não só projeto, como qualquer intuito de “privatizar” este espaço não corresponde ao modelo “ideal” para este espaço. Os títulos das notícias correspondentes a este período indicam:

- “PCP contra concessão de Fortaleza de Peniche a privados” (*Rádio Renascença*, 29/09/ 2016);
- “PCP contra a concessão de imóveis históricos a privados” (*SIC*, 29/09/2016);
- “PCP contra entrega do Forte de Peniche a privados” (*Diário de Notícias*, 29/09/2016);
- “Forte de Peniche: PCP acusa Governo de “desprezar luta antifascista”” (*Expresso*, 29/09/2016);
- “PCP ataca Governo por querer entregar Forte de Peniche a privados” (*Observador*, 29/09/2016);
- “Hotel privado na Fortaleza de Peniche gera polémica” (*Jornal de Notícias*, 30/09/2016);
- “Forte de Peniche: projeto que PCP considera “inaceitável”... é de autarca do PCP” (*Expresso*, 30/09/2016);
- “Forte de Peniche: já há uma petição contra entrega a privados.” (*Observador*, 30/09/2016);
- “Resistentes antifascismo contra concessão do Forte de Peniche” (*Diário de Notícias*, 02/10/2016);
- “Resistentes antifascismo contra concessão do Forte de Peniche, símbolo da resistência” (*Observador*, 10/02/2016);
- “Resistentes antifascismo contra concessão do Forte de Peniche” (*Público*, 02/10/2016).

³⁶A totalidade de assinaturas é 6.251 e pode ser consultada em <http://peticaopublica.com/pview.aspx?pi=forte-peniche>

³⁷ Ver anexo B.

Outro ponto nesta questão da mediatização passa pela divisão em torno do assunto, através da polarização dos intervenientes, estabelecendo que, embora tanto a Autarquia como o Governo se apresentam como favoráveis a intervenção económica e gestão por parte de entidades privadas, existe uma carga de natureza ideológico-partidária, à qual a Autarquia não está comprometida na ótica do PCP, o que despoleta sua intervenção a favor dos movimentos de resistência. Sendo assim, o discurso dos média foca-se primariamente em torno da divisão entre Governo e o partido político, sendo que estes lhe atribuem conotações mais antagónicas na sua intervenção face ao Governo, polarizando ainda mais opinião entre os que estão a favor ou contra esta iniciativa, o que acentua ainda mais este problema em torno da Fortaleza como uma questão política.

Logo, nota-se que o principal objeto por detrás destas opiniões tem como ónus uma natureza político-ideológica do que propriamente cultural. Como tal, as práticas aplicadas a este espaço são filtradas primeiramente pela intenção político-ideológica. A noção de uso do monumento histórico reflete esta disputa. A nível local existe a noção de compromisso por parte das entidades, onde seria possível conjugar duas perspetivas. Já o PCP apela à resistência da transformação do discurso, recorrendo a esse simbolismo específico da sua identidade e memória, articulado no contexto histórico da Fortaleza da sua “fase recente” enquanto prisão do Estado Novo.

Pelo simbolismo que encerra, não podemos deixar de criticar de forma veemente o facto de o Governo ter colocado nesta lista a Fortaleza de Peniche, ignorando a importância histórica e cultural de um espaço onde não é possível conciliar a actividade hoteleira e turística com a necessidade de preservar integralmente as suas características prisionais históricas (*Rádio Renascença*, 29/09/2016)

O projeto de privatizar a Fortaleza de Peniche deve ser considerado um atentado contra a própria democracia e a violação do dever de qualquer Governo democrático de honrar a memória de todos aqueles que deram a própria vida para que o povo português pudesse ter liberdade (*Expresso*, 29/10/2016)

Através destes argumentos determina-se que a utilização pública do espaço fica, de algum modo, amputada pela presença intervenção de privados. Logo, não correspondendo à visão inclusiva que o Património oferece. Evidencia-se assim a recusa da lógica de mercantilização da Fortaleza, procurando antes validar um discurso que comprometa a fruição do património pela sua própria comunidade. Contudo, este discurso apesar de válido, mesmo que numa

perspetiva historicista da memória, ignora a importância de outras possibilidades oferecidas pelo Governo, nomeadamente na vertente da preservação do espaço.

a política do património não pode estar sujeita ou subordinada ao 'mercado' e à política de turismo. Antes, a política para o património deve intensificar a ligação cultural entre as populações e o património, integrar o património edificado na vida e quotidiano do país, resultando num valorização e preservação vivida e fruída colectivamente. (Rádio Renascença, 29/09/2016)

No comunicado de Jerónimo de Sousa sobre a posição oficial do PCP ao Expresso, remete-se não só especificamente para o espaço da Fortaleza, mas também qual a postura a adotar por parte do Estado perante a reabilitação do seu Património Imóvel. Grosso modo, qualquer tipo de soluções a ser utilizadas deve sempre e exclusivamente ser responsabilidade do Estado e nunca através de entidades privadas, que têm outras metas no sentido da reabilitação. Sendo o Estado o detentor, ele deve manter e cuidar do seu património, não sendo possível isso seria de algum modo uma noção de desresponsabilização. Tendo em consideração a noção de carácter intervencionista do Estado-Provedor, salientando que o Património é do Estado cabendo a este mobilizar os seus próprios meios e esforços para reabilitar e garantir a manutenção do mesmo.

“O argumento avançado para concretizar este negócio, de que mais vale concessionar do que deixar cair, não pode vingar, apenas e tão só, representa uma forma de fugir à responsabilidade do Estado face ao património cultural em Portugal, responsabilidade fixada na própria Constituição da República Portuguesa”, crítica. (*Expresso*, 29/09/2016)

A contra-argumentação por parte do Presidente da Câmara de Peniche contempla a carência de fundo sem torno do investimento público para recuperar a fortaleza, cujos orçamentos estatais são sempre diminutos para o extenso Património do território português:

Não temos 7/8 milhões de euros para tratar daquilo. Se é o que querem as forças políticas que estão no Governo e os que estão a suportar o Governo, o PCP e o BE, que apresentem medidas concretas e cheguem-se à frente. (*Diário de Notícias*, 30/10/2016)

porquê corresponder a um pedido do Bloco de Esquerda? Por que não do PCP? Porque não da petição que existe? Cheira-me aqui a um jogo político-partidário que não faz sentido mas, mais do que isso, o senhor ministro dizer que vai retirar, sem que o faça conjuntamente com a Economia, mas não dizer onde é que tem o dinheiro para reabilitar, é muito estranho. (*Diário de Notícias*, 11/11/2016)

O autarca aproveita, enquanto dirigente das autoridades locais e reconhecendo as fragilidades em torno do investimento estatal, a oportunidade dada pelo programa, assumindo que entidades privadas cumpram esse papel, tendo sido bloqueado posteriormente pelo desenvolvimento político deste problema.

Este processo de “confronto político” fica marcado já no período final de outubro de 2016 pela manifestação de 400 pessoas contra a tomada de decisão por parte do governo em “concessionar” a fortaleza de Peniche.

No período de novembro, a partir do dia 10, a Fortaleza de Peniche é oficialmente retirada da lista de concessões. Como visto anteriormente, a dinâmica inicial que remete para as estruturas de poder institucional↔discurso político-partidário, rapidamente ganha outra nova dinâmica, tornando-se num choque tripartido entre as instituições de poder local (autarquia), os partidos políticos (PCP) e o Governo sobre o processo de tomada de diálogo após a retirada da intenção de privatizar o imóvel histórico. Em contraste com as referências iniciais nos média, cuja divulgação tinha em vista a polarizar as opiniões, agora procuram determinar uma relação de “vencedor” e “vencido”, através do uso de palavras como “desiste” ou “congratula-se”:

- “Forte de Peniche já não vai ser concessionado a privados.” (*Rádio Renascença*, 10/11/2016);
- “Governo desiste de “privatizar” Fortaleza de Peniche” (*Diário de Notícias*, 10/11/2016);
- “Governo desiste de concessionar o Forte de Peniche a privados” (*Observador*, 10/11/2016);
- “PCP congratula-se com recuo do Governo no Forte de Peniche” (*Expresso*, 11/11/2016).

O afastamento das pretensões iniciais do Governo, indicado como uma desistência, pressupõe a inviabilização da sua vontade face aos movimentos de resistência, tendo o PCP como “vencedor” deste processo.

Esta divergência força a escolha por parte do Governo em não prosseguir a via da concessão. Com as possíveis repercussões em torno da execução do Programa, faz-se com que se reafirme os aspetos positivos que o Governo tomou em relação ao Programa Revive e que este deve prosseguir.

Nunca poderia haver por parte de um Governo do PS um projeto que destruísse o valor da memória, como, aliás, o programa Revive não põe em causa o valor histórico dos monumentos que poderão ser alvo de concessão a privados”, disse Luís Filipe Castro Mendes. (*Observador*, 11/11/2016)

O Governo reconhece que embora tenha acontecido um movimento de resistência face as suas intenções no caso da Fortaleza de Peniche, as metas do Programa Revive não pressupõem a perda de qualquer valor identitário agregado ao seu património entregando a concessão a privados. Contudo, admite que, até a data da retirada, todo este debate sensibilizou-o de algum modo para determinados valores e dinâmicas locais do Património que devem e podem ser reconhecidas e, paralelamente, que existem outras possibilidades.

Portanto, o Governo toma uma decisão unilateral e, embora recebida com grande entusiasmo por parte dos intervenientes que efetuaram o processo de recusa da concessão do espaço, faz com que a autarquia, inicialmente comprometida com a solução do governo, surja como alvo de contestação imediata.

Isto porque a autarquia é “gestora” deste património. Logo, o seu papel dentro dos procedimentos envolvia a assinatura do caderno de encargos e, nesse sentido, já não vai ser alvo de uma intervenção por parte de entidades privadas. Deste modo, a autarquia passa a “exige” ao governo que compense a retirada do imóvel com a garantia de investimento na sua recuperação ou de soluções alternativas, visto que autarquia, esta não dispõe dos meios necessários para cumprir o investimento necessário ao restauro.

Sendo a autarquia a gerir o espaço, a decisão do Governo põe em causa, na sua ótica, a procura de uma alternativa onde seja efetivamente dado investimento público, interpretando a posição dos órgãos centrais como um ato de desresponsabilização em relação ao seu Património por não garantir outra solução viável.

“O ministério da Cultura, que nunca pôs um cêntimo na fortaleza de Peniche, que nunca encontrou uma solução, vem agora abdicar de uma solução sem arranjar uma alternativa.” José António Correia, presidente da Câmara Municipal de Peniche (*Diário de Notícias*, 11/11/2016)

Face a esta deliberação, José António Correia explica ao *Diário de Notícias* que, esta primeira solução, a de “privatizar” o espaço, não era a melhor opção, mas que seria a possível dentro das opções para dar continuidade à existência do espaço. Acrescenta ainda que mesmo após esta situação de recuo, se mantêm a condição primária do Estado não garantir economicamente a manutenção e conservação do espaço e, ao colocar de fora a intervenção económica a partir de investimento privado, não deixou esclarecida a sua posição sobre a questão orçamental da recuperação do espaço. Isto leva à retomada de posição da Autarquia para um acordo onde esteja declarado esse investimento:

"Não foi responsável o ministro da Cultura deixar cair o que tinha sido acordado com a câmara e nem é aceitável mudar de decisão sem anunciar meios financeiros para a reabilitação da fortaleza", afirmou à agência Lusa o presidente da Câmara de Peniche, o comunista António José Correia, vinculando a posição do PCP. (*Diário de Notícias*, 11/11/2016)

Sobre isto a posição do PCP é que esta recusa da intervenção privada na Fortaleza é antes a oportunidade ideal para o Estado fazer o que lhe compete, isto é, investir publicamente na recuperação e intervenção no Património que está sob sua jurisdição.

(...) existe agora a oportunidade para o Estado dar resposta à "antiga e justa aspiração" de recuperação, valorização e requalificação da Fortaleza de Peniche, em articulação com a autarquia local. (*Expresso*, 11/11/2016)

Esta posição será também contestada por outros membros das estruturas locais de governação dos diversos sectores político-partidários (*Diário de Notícias*, 11/11/2016), na medida em que, qualquer outra solução alcançada a nível central deveria ter obrigatoriamente a participação das entidades que tutelam e gerem o espaço, dado que não existindo essa

vontade por parte do Estado, a integração no Programa Revive foi a “única” alternativa viável na garantia dessa recuperação.

Uma decisão sobre a qual "a Câmara Municipal de Peniche, a entidade que gere o espaço, não foi ouvida", garante o autarca da CDU. "Ou o senhor ministro tem dinheiro, e nós não sabemos onde é que ele está, ou então tem de explicar muito melhor, porque a Assembleia Municipal deliberou no sentido de, à falta de outros meios, viabilizar e reiterar a posição da Câmara. Se nos perguntarem se esta é a melhor solução, claro que não é." (*Diário de Notícias*, 11/11/2016)

Deste modo os média realçam esta divergência da “concordância” oficializada entre o Governo e os Partidos e do diálogo que fica por estabelecer entre as autoridades centrais e locais, destacando uma nova oposição durante a maior parte do mês de novembro.

- “Governo recua na Fortaleza de Peniche. Câmara opõe-se” (*Diário de Notícias*, 11/11/2016)
- “Peniche exige investimento do Governo na reabilitação da fortaleza” (*Diário de Notícias*, 11/11/2016)
- “PCP congratula-se com recuo do Governo no Forte de Peniche” (*Diário de Notícias*, 02/10/2016)
- “Câmara de Peniche quer ser ouvida em futuras soluções para Fortaleza” (*Observador*, 11/11/2016)
- “Forte de Peniche retirado do Revive e câmara quer ser ouvida” (*Ambitur*, 11/11/2016)
- “GOVERNO RETIRA FORTALEZA DE PENICHE DA LISTA DO PROGRAMA REVIVE” (*Jornal Construir*, 13/11/2016)

Deste modo, destaca-se que as questões ideológico-partidárias na proposta de um discurso “oficial” para a Fortaleza, nomeadamente com a fragmentação entre um possível entendimento entre as autoridades locais↔nacionais no processo de decisão política

José António Correia, presidente da Câmara Municipal de Peniche, ficou visivelmente descontente com o anúncio do ministro da Cultura de retirada da Fortaleza de Peniche da lista de trinta imóveis a serem abrangidos pelo programa Revive. (*Diário de Notícias*, 11/11/2016)

O posicionamento oficial por parte da autarquia é de descontentamento face à decisão, sendo que no processo de resolução, a sua autoridade fica colocada à margem, insistindo que, enquanto a gestão pertencer à Autarquia, esta deve participar na resolução, como indicado pelo Vice-Presidente da Câmara no Observador:

Para qualquer solução a dar à Fortaleza, “tem de haver a opinião da câmara, porque [esta] faz a gestão de parte do espaço”, afirmou à agência Lusa Jorge Amador, que remeteu para segunda-feira uma posição oficial do executivo municipal. (*Observador*, 11/11/2016)

Localmente, a questão levantada é entre a gestão por parte da Câmara e a gestão por parte do Governo que marca o ponto de situação. Em mesa de discussão o Governo remete a solução para o debate parlamentar na Assembleia da República com um período de avaliação extensa sobre o estado da Fortaleza.

Portanto, o período entre novembro e dezembro é composto pelos seguintes títulos:

- “Governo remete reabilitação da Fortaleza de Peniche para Assembleia da República” (*Público*, 22/11/2016);
- “Reabilitação da Fortaleza de Peniche decidida pela Assembleia da República” (*Rádio Renascença*, 22/11/2016);
- “Direcção-Geral do Património vai fazer diagnóstico da fortaleza de Peniche” (*Público*, 05/12/2016);
- “Governo manda avaliar estado de conservação da Fortaleza de Peniche” (*Rádio Renascença*, 05/12/2016);
- “Peniche exige cinco milhões para reabilitar a antiga prisão política” (*Jornal i*, 29/12/2016);
- “Peniche exige do Estado cinco milhões para reabilitar Fortaleza” (*Diário de Notícias*, 29/05/2016).

Apesar da existência de um clima de tensão entre a Autarquia e o Governo, a primeira mostrou-se favorável com a decisão proposta pelo Governo de ir avante com um processo de diagnóstico, da delimitação de prazos e orçamentos, até então sempre adiada.

Apesar de não ter garantidas verbas no Orçamento de Estado de 2017, António José Correia defendeu que, "pela primeira vez, há uma determinação clara do Estado para reabilitar a fortaleza" e o trabalho que o ministro da Cultura propôs realizar de imediato "é necessário ser feito e nunca o tinha sido". (*Público*, 05/12/2016)

A Autarquia avança, motivada por esta reaproximação, com a proposta de integrar os seus meios técnicos para ajudar a cumprir a decisão do Governo.

a câmara vai propor a integração de técnicos autárquicos, de um elemento de cada uma das três forças políticas representadas no executivo local e do historiador João Bonifácio Serra no primeiro grupo de trabalho. Para o segundo, defendeu a integração de deputados de cada partido representado na Assembleia Municipal e a conclusão do trabalho até Abril de 2017. (*Público*, 05/12/2016)

Este será o desfecho para o ano de 2016, marcado pela difícil relação entre os órgãos de gestão pública do Estado em torno da Fortaleza. O ano de 2017 arranca com contornos ligeiramente diferentes da situação de 2016. Não são tão prevalentes as questões da gestão do espaço, mas o que se vai fazer no espaço. Será esta a altura do debate sobre as possíveis soluções, que estará finalizado em abril de 2017.

- “Organização defende memorial no Forte de Peniche "com urgência"” (*Diário de Notícias*, 27/01/2017);
- “Forte de Peniche não vai ser concessionado na totalidade” (*RTP*, 31/01/2017);
- “Forte de Peniche não vai ser concessionado a privados na totalidade.” (*Rádio Renascença*, 31/01/2017);
- “Governo garante que Forte de Peniche não vai ser concessionado a privados na totalidade” (*Diário de Notícias*, 17/01/2017).

Estas referências remetem para as intenções oficiais por parte do Governo que estão em exploração e sobre as seguintes garantias: 1º não vai haver uma concessão nos termos de uma utilização hoteleira, e nesse sentido mantêm-se a possibilidade de inclusão de intervenientes privados; 2º o que está em debate assenta sobre as prioridades em torno do seu valor memorial, na perspetiva de musealização do espaço. Todas estas posições são afirmadas pelo Ministro da Cultura, Luís Castro Mendes. Segundo o Diário de Notícias:

“Não vamos antecipar as conclusões a que o grupo de trabalho ao fim de três meses irá chegar. O que não haverá é uma unidade hoteleira que esconda ou menorize a dimensão monumental. [...] Mas não excluo à partida nem unidades hoteleiras, nem de restauração, nem de apoio ao turismo, nem de espaços culturais, centros de cultura e de lazer. Há todo um conjunto de coisas que podem surgir”, afirmou. (*Diário de Notícias*, 17/01/2017)

Em conformidade com estas declarações, o Governo avança com um grupo de trabalho para apresentar uma proposta que viabilize a fruição pública e as funções económicas de modo sustentável. Este grupo é composto pelas seguintes personalidades (*Diário de Notícias*, 27/01/2017):

[Quadro nº3.2] – Grupo de Trabalho criado pelo Governo na resolução parlamentar

<u>Membros</u>	<u>Cargo/função</u>
Paula Silva	Diretora-Geral do Património Cultural
Jorge Leonardo	Chefe do gabinete do Ministro da Cultura
Hernâni Loureiro	Adjunto do Ministro da Cultura
Inês Sequeira	Representante da Secretaria de Estado do Turismo
António José Correia	Presidente da Câmara Municipal de Peniche
<u>Adelaide Pereira Alves</u>	<u>s.d³⁸</u>
<u>Alfredo Caldeira</u>	<u>s.d³⁹</u>
<u>Gaspar Barreira</u>	<u>s.d⁴⁰</u>
<u>José Pedro Soares</u>	<u>s.d⁴¹</u>
<u>João Bonifácio Serra</u>	<u>Professor da Escola Superior de Artes e Design das Caldas da Rainha</u>

Este grupo foi aprovado em janeiro de 2017, sendo o único representante do poder local o Presidente da Câmara. Isto inicialmente deu resposta às necessidades de inclusão do poder local, reivindicadas desde novembro de 2016. Porém, em fevereiro de 2017 (*Observador*, 20/02/2017) ressurgiu a questão do afastamento dos restantes representantes políticos locais, visto que o único alocado seria o Presidente de Câmara. Face a esta situação os vereadores

³⁸ Nomeado pelo Ministério da Cultura.

³⁹ Nomeado pelo Ministério da Cultura.

⁴⁰ Nomeado pelo Ministério da Cultura.

⁴¹ Nomeado pelo Ministério da Cultura.

das diversas cores políticas apresentam argumentos relativamente concordantes. O vereador do PSD, Filipe de Matos Sales, afirma o seguinte no Observador:

“ao contrário do que foi deliberado por maioria na câmara em dezembro, a inclusão de eleitos das três forças políticas representadas na câmara, desde a segunda reunião do grupo de trabalho que **os partidos deixaram de poder assistir às reuniões**“. (*Observador*, 20/02/2017)

Já Jorge Gonçalves do PS aponta no mesmo jornal:

“Governo tem vontade política para encontrar soluções para aquele espaço” (...) “não foi solução do ponto de vista político a nível local” (...) “Penso que se tirou operacionalidade ao presidente da câmara, porque não pode assegurar uma posição imediata no grupo de trabalho sem ouvir primeiro os vereadores das outras forças políticas”, explicou. (*Observador*, 20/02/2017)

Tendo em conta estas críticas, ainda no Observador, o Presidente da Câmara (CDU) explicita:

(...) que a sugestão de incluir as três forças políticas no grupo consultivo “não foi aceite pelo Ministério da Cultura”, mas afirmou que, “enquanto presidente da câmara, vai representar as várias forças políticas, por isso, não estão excluídas”, porque a sua posição “será sempre legitimada primeiro pela maioria da câmara”. (*Observador*, 20/02/2017)

Isto demonstra que, António José Correia, embora simpatizante com essas críticas, não detém autoridade suficiente para integrar todas esferas políticas neste grupo de trabalho. Verificado, de acordo com a Lusa no *Observador*, na posição adotada pelo Ministro da Cultura, Luís Castro Mendes:

(...) “sendo uma matéria de interesse nacional, mas também de grande importância para a população de local, o Ministro Luís Filipe Castro Mendes considerou útil alargar o debate e incluir uma representação formal da Câmara Municipal de Peniche”, mas nunca foi

intenção alargar o grupo à vereação da câmara ou à Assembleia Municipal. (*Observador*, 20/02/2017)

Com este encadeamento narrativo fica expresso que a capacidade de decisão da gestão do espaço está nas mãos do Governo central. Partindo deste caso específico, o panorama geral subentende que a gestão do Património Imóvel não tem autonomia suficiente nos órgãos locais, ou seja, neste caso a administração local do Património é efetuada pelo Estado.

Logo, não existe uma prática de descentralização, como proposta nas metas do Programa Revive⁴².

Após estas justificações de ambos os lados surge um hiato de notícias até abril, período em que se retoma este assunto. Aqui o debate levantado anteriormente sobre a utilização a dar à Fortaleza materializa-se. O acompanhamento jornalístico procura cobrir este aparato:

- “Requalificação do Forte de Peniche aprovada no Parlamento.” (*O Jornal Económico*, 08/04/2017);
- “Fortaleza de Peniche deverá ser um museu nacional da resistência” (*Público*, 17/04/2017);
- “Governo exclui hotel e avança para museu na Fortaleza de Peniche” (*Observador*, 17/04/2017);
- “Governo exclui hotel e avança para museu na Fortaleza de Peniche” (*TSF*, 17/04/2017);
- “Fortaleza de Peniche será museu e incubadora de 'startups'. Mas não um hotel” (*Diário de Notícias*, 17/04/2017);
- “Fortaleza de Peniche Governo abre a porta a Museu Nacional da Resistência” (*Público*, 18/04/2017);
- “Fortaleza de Peniche vai ter museu sobre luta pela liberdade” (*Jornal de Notícias*, 27/04/2017).

Em semelhança às indicações feitas no período entre dezembro e janeiro, onde a decisão da requalificação foi remetida para debate no Parlamento é aprovada no mês de abril, pelos partidos coadunados ideologicamente à esquerda: PS, PCP e BE, e com a abstenção por parte do PSD e CDS-PP (*O Jornal Económico*, 08/04/2017)

⁴² Ver capítulo dois sobre Programa Revive.

Junto com esta decisão, o Ministro da Cultura afirmou que está afastada qualquer intenção de criar um espaço hoteleiro, seguindo assim a linha traçada no documento criado pelo grupo de trabalho que, após seis reuniões de trabalho, foi divulgado com os seguintes pontos:

- 1 - A criação de um programa de interpretação da Fortaleza de Peniche;
- 2 - "Criação de um programa museológico que evoque as condições de funcionamento (...) como prisão política do regime fascista entre 1934 e 1974 (incluindo as respetivas fugas, sem esquecer as diferentes utilizações que se lhe sucederam",
- 3 - "A instalação de um memorial da resistência antifascista, homenageando os nomes dos cerca de 2500 presos políticos que ali estiveram encarcerados";
- 4 - "A criação de um programa museológico aberto à cultura e à ciência";
- 5 - "Atividades regulares de natural cultural e científica";
- 6 - Criação de auditório, biblioteca e centro de documentação;
- 7 - "Iniciativas de promoção turística, referentes à Fortaleza, à cidade e à região";
- 8 - "Criação de um núcleo de atividades e negócios ligados ao Mar". (*Diário de Notícias*, 17/04/2017)

Alguns destes pontos são tratados e comentados pelos média da seguinte maneira:

O Grupo Consultivo da Fortaleza de Peniche, presidido pela Diretora-Geral do Património Cultural (DGPC), propôs esta segunda-feira ao Ministério da Cultura avançar com obras de recuperação da Fortaleza de Peniche, para lhe dar uma "função museológica prioritária". (...) refere a proposta. (*Observador*, 17/04/2017)

(...) o documento de 14 páginas, passa por um projecto capaz de se afirmar "como testemunho vivo da repressão nas prisões do regime fascista, mas também da luta pela liberdade e a democracia", permitindo "sobretudo às novas gerações um contacto directo, pedagogicamente orientado, com essas realidades e memórias". Ao mesmo tempo, "a recuperação e requalificação da Fortaleza de Peniche para esse fim é um acto de justiça". (*Público*, 17/04/2017)

Defende ainda que seja instalado um memorial que homenageie os 2.500 presos políticos que estiveram encarcerados em Peniche, que sejam criados um auditório e um Centro de Documentação e que uma parte do monumento fique afeta à incubação de empresas ligadas à economia do mar. (*Observador*, 17/04/2017)

O projecto museológico, defende o grupo, deve incluir as diversas fases históricas da fortaleza e abrir-se à "criação de um núcleo de actividades e negócios ligados ao mar", albergando, nomeadamente, "uma incubadora de empresas ligada à economia do mar, atraindo *startups* associadas à indústria do surf e desportos de ondas, pesca, biologia marítima e turismo". (*Público*, 17/04/2017)

Estas indicações dadas pelo grupo de trabalho avançam no sentido de uma musealização do espaço de dimensão nacional, dando importância aos discursos proferidos nos inícios do debate em torno da recusa da concessão do espaço.

Não obstante em relação a este anúncio sobre o que se vai fazer na Fortaleza, onde António José Correia (CDU) declara à Lusa no Observador que está favorável a estas intenções (*Observador*, 2017), no entanto não ignora a importância da relação entre a reabilitação do espaço, o financiamento e a gestão da Fortaleza.

"O grupo fez uma proposta ao ministro. Para lá do que o grupo propôs fazer, estou expectante com o que o Governo quer fazer. Ou seja, o que vai fazer com base nos contributos que recebeu." (*Público*, 17/04/2017)

(...) "mais importante do que a proposta é o que o Governo vai anunciar, nomeadamente em relação ao financiamento para a reabilitação".(...) (*Observador*, 17/04/2017)

Apesar de esta ser a posição oficial do Presidente da Câmara existem dúvidas em relação a este posicionamento, produto da incerteza em torno dos eventuais detentores da sua gestão. O PSD acaba por votar contra esta proposta, sendo citado uma justificação do vereador Filipe de Matos Sales no Público:

(...) por "não dar qualquer garantia de financiamento" e "não deixar claro" que entidades assumirão a gestão (...) (*Público*, 17/04/2017)

Mesmo com este argumento sobre a quem será atribuída a gestão, no jornal Público está explicito as intenções do grupo de trabalho em relação ao assunto:

Para o modelo de gestão, o grupo defende "a criação de uma entidade gestora" da fortaleza, com "modelo e mandato legal" definidos, que tenha a "participação da administração central, local e outras entidades". Pediu também a designação "de uma comissão específica para a instalação do núcleo museológico". (*Público*, 17/04/2017)

E em resposta ao financiamento:

(...) "um programa plurianual de financiamento para a recuperação e valorização da Fortaleza de Peniche, bem como uma rubrica orçamental em sede de Orçamento de Estado destinada à gestão pública do complexo da fortaleza" (...) (*Público*, 17/04/2017)

Conforme proferido por António José Correia ao Diário de Notícias, assuntos referentes ao financiamento público estão dependentes do Orçamento de Estado, logo fora da esfera local, mas antes da Estatal, remetendo para a seguinte razão:

"O que a câmara municipal não quer é pôr valores do seu orçamento para a reabilitação das muralhas, esse deve ser do Orçamento" (...) (*Diário de Notícias*, 17/04/2017)

Assim, está sobre a mesa uma solução que determina um órgão de gestão de natureza e financiamento público, que abarca diversas administrações do Estado e com base no Orçamento de Estado para a intervenção e manutenção da Fortaleza. Como este espaço vai incluir um núcleo museológico, o seu financiamento será complementado através de outras fontes de financiamento como:

(...) concessão de espaços, ao lado do mecenato, do *crowdfunding*, dos fundos comunitários, do orçamento municipal e da bilhética. (*Público*, 17/04/2017)

Este complemento remete para uma solução sustentável que inclua elementos privados, conforme declarado pelo Ministro da Cultura à Lusa no Observador, desde que se mantenha uma articulação com as finalidades públicas para que foi pensada a solução do grupo de trabalho.

O governante acrescentou, em declarações à agência Lusa (...) admitiu que poderá haver espaços a concessionar a privados dentro da Fortaleza, como restaurantes ou cafés. (*Observador*, 17/04/2017)

Com isto, o fluxo de notícias sobre esta matéria diminui, ditado em grande parte pelo consenso entre a Câmara Municipal, Estado e os Partidos em torno de uma solução tendencialmente viável, sendo que assunto deixa de ter especial destaque nos meses seguintes⁴³.

III.VIII - SÍNTESE

Concluída a análise da mediatização do Programa, procurámos sintetizar criticamente pontos-chave em torno do debate sobre a Fortaleza de Peniche e que procuram responder às questões anteriormente formuladas.

Em primeiro lugar analisaremos o consenso em torno das questões que despoletaram o conflito, ou seja, a validade dos discursos que procuram responder ao processo de degradação da Fortaleza. Neste estão presentes diversas entidades locais-centrais, de carácter mais informal ou mais institucional em múltipla atuação: o Governo e as suas diversas valências; a Autarquia; movimentos associativos; partidos políticos. Apesar da diversidade, todos estes projetam as suas intenções em torno da recuperação do espaço.

As entidades Estatais, tanto centrais como locais, mostravam-se favoráveis ao processo pelas seguintes razões: o Estado por razões de retorno económico, com a meta de fomentar o desenvolvimento turístico; a Autarquia por não ter fundos necessários e autonomia para cumprir os custos necessários à intervenção, aproveitando uma oportunidade que não se concretizou no passado. Esta última, apoiando-se na desburocratização dada pelo Programa Revive para poder recuperar o imóvel como oportunidade de desenvolvimento local.

⁴³ Os elementos mediáticos foram recolhidos até julho de 2017, apresentado um hiato a partir de fevereiro até abril de 2017 e subsequentemente deixou de ter publicações com novas perspetivas e informações até a data em que foi recolhida a informação.

A partir desta relação, o discurso passa para a autoridade do Estado para decisão sobre o assunto. Embora o Estado seja o dono efetivo do imóvel, a gestão pertence a Autarquia. Como é indicado pelo Programa Revive, existe um reconhecimento da insuficiência de sua parte em garantir financiamento Estatal para recuperar o imóvel. Este delega, atuando como um intermediário para encontrar investimento privado, a decisão para a instituição local, que é o gestor do espaço.

No entanto, apesar do compromisso entre Estado↔Autarquia, existem fragilidades na sua aplicabilidade, na medida em que este discurso institucional é criticado através da politização da memória agregada ao espaço, referindo as incompatibilidades entre a preservação do espaço-memória e o espaço-função, adquirindo em torno da recuperação uma noção ética sobre a sua validade.

Embora esta clivagem de discurso, os intervenientes (o Estado, a Autarquia, os partidos) apresentam a mesma vontade em torno da recuperação da Fortaleza. Sendo a Fortaleza um bem público, enquanto espaço-memória reflete a condição do debate público para uma tomada de decisão mais inclusiva e respeitadora, agregando-se ao imaginário construído no espaço social para delimitar um campo de ação. (ESPERANÇA, 1997, p. 183).

Para além deste papel de mapeamento dos diversos discursos, os próprios média possuem a capacidade de estabelecer o tom do discurso, acentuando as relações mais ou menos favoráveis para fazer pender este jogo de equilíbrio de interesses. Isto é notório nas fases mais divulgadas do processo (os pontos I; II; V do gráfico n.3.1.), onde a intensidade de divulgação nos média ocorre em alturas onde os diversos interesses em volta do mesmo espaço se mostram mais tensos, sendo que a intensidade dessa divulgação corresponde às noções avançadas por Eduardo Jorge Esperança:

- 1 - Tentando captar a atenção dos média para o doço dos seus interesses;
- 2 - Persuadindo "o espaço publico", vulgo "opinião pública", da nobreza dos seus intentos;
- 3 - Uma vez adquirida essa força "pública" com o auxílio dos média, iniciando os procedimentos político-burocráticos para o sancionamento e produção jurídica por parte do campo político." (ESPERANÇA, 1997, p. 280)

Esta mediatização forçou a tomada de posição por parte do Estado em retirar a Fortaleza do programa, dando início a um largo debate em torno de uma solução alternativa, frisando a natureza politizada das práticas em torno do Património.

A solução encontrada, tanto das funções como da gestão, após um período de longo debate, continua a privilegiar práticas em torno do Património mais próximas da intervenção Estatal, tendo sido argumentado e colocado sempre em destaque a questão da importância da memória de contextos mais localizados, mas de enorme valor no discurso historiográfico na realidade social (o espaço prisão e os presos políticos como elementos ativos na resistência antifascista).

Deste modo a incompatibilização da utilização dos processos com vista a garantir uma maior autonomia em torno do Património (através da “concessão”) não conseguiram, neste caso, ganhar preponderância sobre a tradicional prática do discurso patrimonial enquanto elemento institucional. (ESPERANÇA, 1997, p. 442)

No entanto, o acordo conseguido entre os diversos atores, embora ténue, mostra a capacidade de abertura por parte do Estado em reconhecer outras possibilidades para utilização do seu Património que estejam dedicadas a cumprir outras funções que não envolvam necessariamente a utilização enquanto recurso, mas antes como um bem capaz de potenciar o desenvolvimento social/cultural pelas metodologias mais institucionais, mas sem descuidar a integração de elementos de natureza privada que auxiliem a natureza pública deste imóvel.

CONCLUSÃO

Ao longo deste trabalho procurámos expor e analisar os principais contornos do Programa Revive, recorrendo tanto à mediatização do programa em si, como também num dos seus focos, a Fortaleza de Peniche.

Nisto sentimos necessidade de explorar os seus antecedentes, nomeadamente o Programa das Pousadas de Portugal, iniciado ainda no decorrer do Estado Novo. As semelhanças entre este e o Programa Revive são claras, nomeadamente nos objetivos práticos que encerram: a recuperação do Património nacional e a sua promoção cultural e económica.

O Programa Revive destaca alguns aspetos de como o Património é contemplado nos dias de hoje. Em primeiro lugar, como demonstramos com a análise da literatura e dos termos propostos pelo Programa, o Património é primeiramente uma questão económica, sendo o seu valor cultural remetido para um segundo plano. Porém, mesmo que o valor económico seja mais importante para a esfera estatal, é igualmente necessário viabilizar esse aproveitamento. Assim, o Estado depara-se com a necessidade de recuperar parte do seu Património que está, presentemente, em condição degradada.

Face a isto, torna-se necessário encontrar formas de os recuperar. Nisto, o Estado apercebe-se que não detém capacidades financeiras para envergar esta renovação unilateralmente. É desta incapacidade que surge o Programa Revive. Com intervenção da esfera privada seria possível proceder à recuperação de uma listagem de espaços apresentada e selecionada pelo governo.

Contudo, esta intervenção privada vem com as devidas contrapartidas. Em primeiro lugar, de acordo com a literatura sobre este tipo de temáticas, a esfera privada procura retirar retorno económico imediato, sacrificando progressivamente o seu valor cultural. Isto pode manifestar-se através da promoção do património enquanto entidade isolada, logo negando o seu papel nas comunidades circundantes, a exploração do espaço pode degradar os valores culturais intrínsecos ao espaço local e, sendo a prioridade a exploração para lucro, que a longo prazo esta utilização não será sustentável. Num campo mais tangível, as concessões a privados contempladas no Programa Revive levariam a que o Estado cedesse a “tutela” deste Património por um prazo de 30 a 50 anos, onde o retorno paralelo à contínua restauração seria a entrega das rendas destes espaços às autarquias e a anulação do custo inicial dos trabalhos de restauração.

De outro modo, esta problematização entra em choque com aquela que seria a obrigação do Estado face aos usos culturais do Património. A literatura sugere que o Estado não deve ter

o proveito económico como objetivo principal, pelo contrário, devem ser os valores culturais que guiam os processos económicos. Ou seja, o Estado deveria preocupar-se em assegurar o valor local e herança aí deixada para as comunidades, visto que esses espaços também as definem. Isto seria alcançado através de um equilíbrio entre o uso e a conservação, logo a manutenção do princípio de Património enquanto bem público inalienável, não limitado pelos interesses comerciais. Este princípio poderia ser atingido através da participação das comunidades locais na conservação destes espaços, valorizando assim o seu uso e permitindo a sustentabilidade a longo prazo.

Porém, parece-nos que tanto uma perspetiva como a outra podem facilmente levar ao abuso do Património ou coloca-lo em risco. Se por um lado a exploração por privados pode garantir a boa restauração destes espaços, também sacrifica os seus valores em prol do lucro e da sua mercantilização. Por outro, a restauração e conservação destes espaços pelos locais ou numa colaboração entre as autarquias e comunidades locais arrastaria o processo de restauro e não existe a garantia que os quadros técnicos tenham a capacidade de fiscalização para assegurar esta manutenção a longo prazo, talqualmente as comunidades locais não são detentoras dos conhecimentos necessários de restauro e conservação, podendo levar à destruição permanente daquilo que devia ser preservado, possibilidade comprovada com o caso do Convento de Cristo em Tomar (*Público*, 06/06/2017).

A mediatização deste processo acaba por mostrar como apesar das diferentes possibilidades futuras da aplicação deste programa, o governo pretende avançar com esta lógica de concessão privada. Aliás, o Património enquanto parte da esfera cultural é remetido para uma posição subalterna, fazendo sempre alusão a este enquanto pano de fundo para chamar a atenção do público para aquilo que consideram importante para a agenda nacional. Em parte, isto é um produto do papel que os média têm para a atração do turismo. Logo, o destaque é atribuído à importância do Património enquanto eixo económico (turismo) e como o Revive pode ser benéfico para a economia, ignorando quase por completo os outros usos e apropriações que a privatização temporária pode provocar, a longo prazo em relação aos próprios bens e às populações.

Assim, a abordagem dos média a estas questões é transmitida numa maneira simplificada, criando a imagem de reabilitação, como se todo o Património de norte a sul fosse homogéneo, e como se o seu significado para as populações fosse meramente turístico. Além disso, os média não podem veridicamente aprofundar as questões teórico-metodológicas do Património nas suas abordagens noticiosas, visto que assentam em base nas ciências sociais, arriscando que a linguagem se torne “hermética”, desmotivadora e inteligível para grande parte da população (JORGE, V. O. 2000,129/130). Como tal, a abordagem geral e economicista,

prevalecente nas notícias analisadas, pode refletir também dificuldade em divulgar este tipo de assuntos. Assim é justificada a abordagem do valor do património enquanto sinónimo de desenvolvimento turístico, expandindo apenas em torno de questões como “o quê?”, “para quem?”, “como?” e “em que escala (nacional, regional ou global)?”.

A projeção desta mediatização fica visível no *corpus* recolhido e analisado nos capítulos anteriores. Onde questões genéricas como o turismo e os montantes de investimento do Programa são mencionadas e abordadas frequentemente. Nesse sentido, os média funcionam como estimulante deste tipo de temáticas, numa tentativa de prender o interesse do público.

Também estes tipos de abordagens transbordam para o acompanhamento do envolvimento da Fortaleza de Peniche no Programa Revive, porém com as devidas nuances. Ao longo desta recolha apercebemo-nos que os média aparentavam destacar aspetos tidos como “polémicos”. Primeiramente assumimos isto como resultado exclusivo da natureza histórica do espaço em questão, contudo, terminada a recolha e análise noticiosa, constatamos que existem traços de aproveitamento político da questão, já não residindo apenas no passado recente da Fortaleza.

Aliás, aquilo que mais transparece no acompanhamento jornalístico da integração da Fortaleza de Peniche no Programa é uma constante fricção entre questões politico-ideológicas, autoridades centrais e locais e uso do espaço.

No campo político-ideológico assistimos à crítica da intervenção privada no espaço enquanto afronta ao espaço enquanto marco sacralizado da luta e resistência antifascista pela sua natureza prévia de prisão do Estado Novo. Assumindo como incompatíveis a memória e a exploração turística, extravasando o espaço material e partindo para questões simbólicas. Aqui o papel dos média é fulcral, optando por destacar as questões simbólicas, ocultando as importâncias materiais. Assim, invertendo as lógicas adotadas em outros espaços patrimoniais.

Os conflitos entre as autoridades centrais e locais pode mais facilmente ser sumariado enquanto questões da gestão do espaço. Aqui destacam-se as fragilidades da gestão pública, não só em questões de orçamento como também daquilo que é entendido como o “correto” uso do Património. A gestão pública acaba por não deter todas as ferramentas para satisfazer as necessidades evidenciadas pelos habitantes locais, nomeadamente demonstrado pelos seus hábitos de consumo e respetivas práticas. Aqui a entrada da gestão privada permite colmatar estas carências, visto que já têm preparação para a administração deste tipo de espaços, através da sua transformação em produtos ou serviços para consumo. De igual modo, a esfera privada tem facilidades no acesso a mão-de-obra especializada e *know-how*

para mercantilizar e proporcionar uma experiência rentabilizada do que é o Património. Contudo, esta conceção de Património acaba por ser redutora da memória, significado e herança destes espaços, ainda que alguns dos espaços tenham perdido o vínculo que tinham.

Por último, existe um choque entre noções de uso ou, quiçá, questões éticas. Será ético utilizar uma antiga prisão da ditadura enquanto hotel? Será a musealização do espaço uma via sustentável? Esta incerteza é ilustrativa da transformação das conceções de Património, os seus usos e práticas. Ao mesmo tempo, não fora possível encontrar uma manifestação concreta ou coerente dos desejos dos locais (a população). O mais próximo de uma posição una é uma entrevista realizada pelo Jornal Público (*Público*, 18/12/2016) onde se nota, na pequena amostra, uma pluralidade de intenções utilitárias que colocariam em causa as lógicas tradicionais do Património que, no entanto, se vieram a realizar, ou seja, a proposta da entrega à concessão foi deferida em torno da musealização, utilizando os meios estatais para consagrar essa medida.

Em suma, nota-se que as dinâmicas em torno da gestão pública ou privada dos espaços afetos ao Programa Revive não demonstram um conflito intenso, com a exceção da Fortaleza de Peniche. O que se pode afirmar é que existe uma diferença entre os objetivos práticos do Estado e a manutenção dos espaços pelos técnicos culturais. Ou seja, a perpetuação do distanciamento entre o sector da cultura e o da economia, apesar de este Programa tentar aproximar estas esferas através da colaboração das áreas afetas. De igual modo, apesar destes conflitos entre a cultura e a economia, continua a prevalecer uma tendência de a literatura fortalecer a necessidade de intervenção privada na gestão dos bens culturais.

FUTUROS EIXOS DE TRABALHO

Para além das dimensões abordadas ao longo deste trabalho, algumas outras ficam ainda por explorar pelo que propomos alguns outros eixos de análise a quem interessar.

Dada a natureza de curto prazo da nossa recolha e análise, não pudemos deixar de frisar a necessidade de um estudo mais aprofundado do Programa Revive e de outros casos como o da Fortaleza de Peniche. Recomendamos também uma abordagem mais completa de todos os imóveis do Revive, visto que não existem abordagens qualitativas sobre os seus impactos na realidade local. Talqualmente, seria interessante a promoção de trabalhos em torno de outros espaços como o Convento de Santa Clara em Vila do Conde, o Paço Real de Caxias e o Hotel Turismo da Guarda. Todos estes estão integrados no Programa Revive e existe representação mediática da sua integração na lista e conflitos paralelos ao de Peniche.

Quando este Programa estiver concluído seria útil um outro estudo, comparativo ou de cruzamento de dados que aprofundasse os nossos dados e análise e outros que, isoladamente, possam surgir.

Falta ainda a perspectiva do Turismo sobre estas temáticas, logo seria recomendável o fomento de trabalhos vindos dessa área que, academicamente, possam contribuir para este tipo de investigações pela via da multidisciplinaridade.

BIBLIOGRAFIA

AAVV. (2013). Handbook on the Economics of Cultural Heritage. (I. RIZZO, & A. MIGNOSA, Eds.) Cheltenham; Northampton. UK; MA, USA: Edward Elgar publishing.

ALÇADA, Margarida (coord) et.al. (1999). *Os caminhos do património (1929-1999)*. Lisboa: DGEMN; Livros Horizonte.

CHOAY, Françoise. (2005). Património e Mundialização. (P. Seixas, Trans.) Évora: Casa do Sul edições, Centro de História da Arte da Universidade de Évora.

CHOAY, Françoise. (2011). As questões do património - antologia para um combate. Lisboa: Edições 70 Ida.

CHOAY, Françoise. (2015). A Alegoria do Património (2ªedição ed.). (T. CASTRO, Trans.) Lisboa: Edições 70, Ida.

CUSTÓDIO ,Jorge (Coord.científica).(2010). 100 Anos de Património: Memória e Identidade. Portugal 1910-2010. Lisboa: Instituto de Gestão do Património Arquitectónico e Arqueológico, I.P.

COSTA, Carlos. (2005). Turismo e cultura: avaliação das teorias e práticas culturais do sector do turismo (1990-2000). *Análise Social*, vol. XL ((175)), 279-295.

ESPERANÇA, Eduardo. Jorge. (1997). Património e comunicação: políticas e práticas culturais. Lisboa: Estúdios Vega.

GARRIGÓS, Rosa. Campillo. (1998). *La gestión y el gestor del patrimonio cultural*. Murcia: editorial KR.

GREFFE, Xavier. (1990). *La valeur économique du patrimoine: la demande et l'offre de monuments*. Paris: Anthropos.

GREFFE, Xavier. (1999). *L'emploi culturel à l'âge du numérique*. Paris: Anthropos.

HARTLEY, John. (2004). Comunicação, Estudos Culturais e Média. (F. OLIVEIRA, Trans.) Lisboa: Quimera.

HENRIQUES, Eduardo. Brito. (2002). Novos desafios e orientações políticas culturais: tendências nas democracias desenvolvidas e especificidades no caso Português. *Finisterra*, XXXVII(nº73), pp. pp.61-80.

HÉRNANDEZ, Francisca. Hernández. (2002). *El patrimonio cultural: la memoria recuperada*. Gijón: ediciones trea, s. l.

JORGE, Vítor. Oliveira. (2000). *O Património e os Média*. Porto: SPAE.

JORGE, Virgolino. Ferreira. (2005). *Cultura e Património* (1ª ed.). Lisboa: Edições Colibri/C.M. de Portel.

LOBO, Susana. (2007). *Pousadas de Portugal: reflexos da arquitectura portuguesa do século XX*. Imprensa da Universidade de Coimbra.

MIRANDA, Jorge; João Martins, CLARO; Marta Tavares ALMEIDA. (1996). Direito do Património Cultural. Lisboa: INA - Instituto Nacional De Administração.

NABAIS, José Casalta; Suzana Tavares da SILVA. (2006). Direito do património cultural (2ª edição ed.). Coimbra: Almedina.

PORTUGAL, José; Susana MARQUES; *et.al.* (2007). Gestão cultural do território. (setepés, Ed.) Porto.

RIEGL, Alois. (2013). O Culto moderno dos Monumentos. Lisboa: Edições 70.

SANTOS, Maria de Lourdes Lima dos SANTOS, Rui Telmo GOMES e José Soares NEVES. (2000). Dinâmicas da Aplicação da Lei do Preço Fixo do Livro (Vol. 7). Lisboa: Observatório da Actividades Culturais.

SARMENTO, Joaquim Miranda. (2013). Parcerias Público-Privadas. Lisboa: Fundação Francisco Manuel dos Santos.

SILVA, Augusto Santos. (2014). A democracia portuguesa face ao património cultural. Revista da Faculdade de Letras: Ciências e Técnicas do Património, XIII, pp. pp. 11-32.

SILVA, Gastão de Brito. (2014). Portugal em ruínas. Lisboa: Fundação Francisco Manuel dos Santos.

SMITH, Laurajane. (2006). Uses of Heritage. New York: Routledge.

THROSBY, David, C. (2003). Economics and Culture. Cambridge: Cambridge University Press.

VENDA, Cátia Filipa de Sousa. (2008). Reabilitação e reconversão de usos: o caso das pousadas como património. Dissertação para a obtenção do Grau de Mestre em Arquitectura. Lisboa, Instituto Superior Técnico.

FONTES

a.muse.arte. (03/01/2017). Património recuperado para o turismo. *a.muse.arte*. Obtido em 05/01/2017, de <http://amusearte.hypotheses.org/1675>.

Acção Socialista Digital (Partido Socialista). (28/09/2016). REABILITAR E VALORIZAR O PATRIMÓNIO HISTÓRICO E CULTURAL. *Acção Socialista Digital*(nº393). Obtido em 29/09/2016, de <http://www.accaosocialista.pt/?edicao=393#/reabilitar-e-valorizar-o-patrimonio-historico-e-cultural>

Agência EFE. (21/01/2017). Projeto em Portugal quer transformar castelos em hotéis para revitalizá-los. *Agência EFE*(edição Brasil). Obtido em 25/01/2017, de <http://www.efe.com/efe/brasil/sociedade/projeto-em-portugal-quer-transformar-castelos-hoteis-para-revitaliza-los/50000246-3155765>

Ambitur. (25/10/2016). “NÃO PODEMOS DEIXAR O PATRIMÓNIO DEGRADAR-SE”. *Ambitur*. Obtido em 25 de 10 de 2016, de <http://www.ambitur.pt/nao-podemos-deixar-o-patrimonio-degradar-se/#sthash.i0l78Dia.dpuf>

Ambitur. (25/10/2016). Elvas vai ter um novo hotel Vila Galé (Fotogaleria). *Ambitur*. Obtido em 25/10/2016, de <http://www.ambitur.pt/elvas-vai-ter-um-novo-hotel-vila-gale-fotogaleria/>

Ambitur. (25/10/2016). Elvas vai ter um novo hotel vila galé (fotogaleria). *Ambitur*. Obtido em 26/10/2016, de <http://www.ambitur.pt/elvas-vai-ter-um-novo-hotel-vila-gale-fotogaleria/>

Ambitur. (07/02/2017). Opinião: “REVIVE – (Re)Viver o Património”. *Ambitur*. Obtido em 07/02/2017, de <http://www.ambitur.pt/opiniao-revive-reviver-o-patrimonio/>

Beira News. (02/02/2017). Ministro da Cultura diz que programa Revive quer dar resposta a património devoluto. *Beira News*. Obtido em 05/02/2017, de <https://beiranews.pt/2017/02/ministro-da-cultura-diz-que-programa-revive-quer-dar-resposta-a-patrimonio-devoluto/>

Câmara Municipal Moura. (08/06/2017). Convento do Carmo de Moura vai integrar o Projeto “Revive”. Obtido em 20 de 06 de 2017, de <http://www.cm-moura.pt/noticias.php?id=2181>

Casa Sapo (Diário de Notícias). (27/12/2016). Privados ficam com a concessão de 30 monumentos. *Casa Sapo*. Obtido em 28/12/2016, de <https://casa.sapo.pt/Noticias/Privados-ficam-com-a-concessao-de-30-monumentos/?ID=24053>

Casa Sapo (Dinheiro Vivo). (23/02/2017). Revive. Pavilhões do Parque serão hotel por 48 anos. *Casa Sapo*. Obtido em 25/02/2017, de <https://casa.sapo.pt/Noticias/Revive.-Pavilhoes-do-Parque-serao-hotel-por-48-anos/?ID=24185&fd=1>

Correio do Minho. (28/12/2016). Dois mosteiros, um castelo e um forte renascem para o turismo. *Correio do Minho*. Obtido em 29 de 12 de 2016, de <http://www.correiodominho.com/noticias.php?id=99333>

Diário de Notícias . (18/11/2016). Governo nacional inclui Madeira no programa de imóveis a entregar a privados. *Diário de Notícias*. Obtido em 18/11/2016, de <http://www.dnoticias.pt/madeira/governo-nacional-inclui-madeira-no-programa-de-imoveis-a-entregar-a-privados-CM439217>

Diário de Notícias . (15/10/2016). Mais dinheiro para a Cultura. *Diário de Notícias*. Obtido em 17/10/2016, de <http://www.dn.pt/artes/interior/mais-dinheiro-para-a-cultura-5443884.html>

Diário de Notícias . (29/09/2016). PCP contra entrega do Forte de Peniche a privados. *Diário de Notícias*. Obtido em 29/09/2016, de <http://www.dn.pt/portugal/interior/pcp-contra-entrega-do-forte-de-peniche-a-privados-5416135.html>

Diário de Notícias . (29/12/2016). Peniche exige do Estado cinco milhões para reabilitar Fortaleza. *Diário de Notícias*. Obtido em 29 de 12 de 2016, de <http://www.dn.pt/portugal/interior/peniche-exige-do-estado-cinco-milhoes-para-reabilitar-fortaleza-5576604.html>

Diário de Notícias . (11/11/2016). Peniche exige investimento do Governo na reabilitação da fortaleza. *Diário de Notícias*. Obtido em 11/11/2016, de <http://www.dn.pt/portugal/interior/peniche-exige-investimento-do-governo-na-reabilitacao-da-fortaleza-5493590.html>

Diário de Notícias . (02/10/2016). Resistentes antifascismo contra concessão do Forte de Peniche. *Diário de Notícias*. Obtido em 05/10/2016, de <http://www.dn.pt/portugal/interior/resistentes-antifascismo-contra-concessao-do-forte-de-peniche-5420262.html>

Diário de Notícias . (17/01/2017). Governo garante que Forte de Peniche não vai ser concessionado a privados na totalidade. *Diário de Notícias*. Obtido em 20/01/2017, de <http://www.dn.pt/artes/interior/governo-garante-que-forte-de-peniche-nao-vai-ser-concessionado-a-privados-na-totalidade-5639132.html>

Diário de Notícias . (28/04/2017). Governo inclui Hotel de Turismo da Guarda no projeto Revive. *Diário de Notícias*. Obtido em 01/05/2017, de <http://www.dn.pt/lusa/interior/governo-inclui-hotel-de-turismo-da-guarda-no-projeto-revive-6253376.html>

Diário de Notícias . (27/01/2017). Organização defende memorial no Forte de Peniche "com urgência". *Diário de Notícias*. Obtido em 30/01/2017, de <http://www.dn.pt/artes/interior/organizacao-defende-memorial-no-forte-de-peniche-com-urgencia-5632552.html>

Diário de Notícias. (27/12/2016). Governo concessionaria mais 20 mosteiros e conventos ao turismo. *Diário de Notícias*. Obtido em 27/12/2016, de <http://www.dn.pt/portugal/interior/governo-concessionaria-mais-20-mosteiros-e-conventos-ao-turismo-5573161.html>

Diário de Notícias. (10/11/2016). Governo desiste de "privatizar" Fortaleza de Peniche. *Diário de Notícias*. Obtido em 11/11/2016, de <http://www.dn.pt/artes/interior/forte-de-peniche-retirado-do-programa-revive-5490988.html>

Diário de Notícias. (03/08/2016). Governo espera investimento de 150ME no programa "Valorização do Património". *Diário de Notícias*. Obtido em 29/09/2016, de <http://www.dn.pt/artes/interior/governo-espera-investimento-de-150me-no-programa-valorizacao-do-patrimonio-5319993.html>

Diário de Notícias. (11/11/2016). Governo recua na Fortaleza de Peniche. Câmara opõe-se. *Diário de Notícias*. Obtido em 15/11/2016, de <http://www.dn.pt/artes/interior/governo-recua-na-fortaleza-de-peniche-camara-opoe-se-5492017.html>

Diário de Notícias. (15/04/2017). "Vamos limitar as entradas na Torre de Belém no verão". *Diário de Notícias*. Obtido em 25/04/2017, de <http://www.dn.pt/artes/interior/vamos-limitar-as-entradas-na-torre-de-belem-no-verao-6222362.html>

Diário de Notícias. (27/04/2017). Atraso na venda do Hotel de Turismo é "quase um crime económico" - Câmara da Guarda. *Diário de Notícias*. Obtido em 01/05/2017, de <http://www.dn.pt/lusa/interior/atraso-na-venda-do-hotel-de-turismo-e-quase-um-crime-economico---camara-da-guarda-6249421.html>

Diário de Notícias. (12/06/2017). Convento em Moura no projeto Revive para ser recuperado por privados. *Diário de Notícias*. Obtido em 20/06/2017, de <http://www.dn.pt/lusa/interior/convento-em-moura-no-projeto-revive-para-ser-recuperado-por-privados-8557841.html>

Diário de Notícias. (27/02/2017). Defesa não consegue vender a maioria dos 200 prédios que tem há oito anos no mercado. *Diário de Notícias*. Obtido em 01/05/2017, de <http://www.dn.pt/portugal/interior/defesa-nao-consegue-vender-a-maioria-dos-200-predios-que-tem-ha-oito-anos-no-mercado-5694999.html>

Diário de Notícias. (03/02/2017). Por um património cultural uno e protegido. *Diário de Notícias*. Obtido em 04/02/2017, de <http://www.dn.pt/opiniao/opiniao-dn/convidados/interior/por-um-patrimonio-cultural-uno-e-protegido-5645196.html>

Diário de Notícias. (12/04/2017). Vendas de imóveis militares já renderam 23 milhões para investir em quartéis. *Diário de Notícias*. Obtido em 25/04/2017, de <http://www.dn.pt/portugal/interior/vendas-ja-renderam-23-milhoes-para-investir-em-quarteis-6215842.html>

Dinheiro Vivo . (28/09/2016). Estes edifícios históricos serão concessionados a privados. *Dinheiro Vivo*. Obtido em 29/09/2016, de <https://www.dinheirovivo.pt/empresas/edificios-historicos-serao-concessionados-privados/>

Dinheiro Vivo . (12/06/2017). Convento em Moura no projeto Revive para ser recuperado por privados. *Dinheiro Vivo*. Obtido em 20/06/2017, de <https://www.dinheirovivo.pt/economia/convento-em-moura-no-projeto-revive-para-ser-recuperado-por-privados/>

Dinheiro Vivo. (28/09/2016). Governo prevê encaixe de 150 milhões com concessão de edifícios históricos. *Dinheiro vivo*. Obtido em 29/09/2016, de <https://www.dinheirovivo.pt/empresas/governo-espera-150-milhoes-com-concessao-de-patrimonio-em-ruinas/#sthash.yHKkS8hk.dpuf>

Dinheiro Vivo. (27/12/2016). Revive. Mais 20 mosteiros e conventos abrem portas ao Turismo. *Dinheiro Vivo*. Obtido em 28/12/2016, de <https://www.dinheirovivo.pt/empresas/revive-mais-20-mosteiros-e-conventos-abrem-portas-ao-turismo/>

Dinheiro Vivo. (05/04/2017). Investidores chineses de olho no património histórico do Estado. *Dinheiro Vivo*. Obtido em 25/04/2015, de <https://www.dinheirovivo.pt/empresas/investidores-chineses-de-olho-no-patrimonio-historico-do-estado/>

Etc e Tal Jornal (Câmara Municipal de Vila do Conde). (01/01/2017). Vila do Conde: Mosteiro de Santa Clara integrado no Programa REVIVE. *Etc e Tal Jornal*. Obtido em 10/01/2017, de <http://etcetaljornal.pt/j/2017/01/vila-do-conde-mosteiro-de-santa-clara-integrado-no-programa-revive/>

Expresso . (31/05/2017). OMT diz que Portugal está a tornar o turismo um “ pilar de crescimento socioeconómico”. *Expresso*. Obtido em 10/06/2017, de <http://expresso.sapo.pt/economia/2017-05-31-OMT-diz-que-Portugal-esta-a-tornar-o-turismo-um-pilar-de-crescimento-socioeconomico>

Expresso. (03/09/2016). Do abandono à requalificação. *Expresso*. Obtido em 05/09/2016, de <http://expresso.sapo.pt/economia/2016-09-03-Do-abandono-a-requalificacao>

Expresso. (29/10/2016). Emoção e lágrimas contra a concessão de forte de Peniche a privados. *Expresso*. Obtido em 30/10/2016, de <http://expresso.sapo.pt/sociedade/2016-10-29-Emocao-e-lagrimas-contra-a-concessao-de-forte-de-Peniche-a-privados>

Expresso. (29/09/2016). Forte de Peniche PCP acusa Governo de desprezar luta antifascista. *Expresso*. Obtido em 29/09/2016, de <http://expresso.sapo.pt/politica/2016-09-29-Forte-de-Peniche-PCP-acusa-Governo-de-desprezar-luta-antifascista>

Expresso. (29/09/2016). Forte de Peniche: PCP acusa Governo de “desprezar luta antifascista”. *Expresso*. Obtido em 29/09/2016, de <http://expresso.sapo.pt/politica/2016-09-29-Forte-de-Peniche-PCP-acusa-Governo-de-desprezar-luta-antifascista>

Expresso. (30/09/2016). Forte de Peniche: projeto que PCP considera “inaceitável”... é de autarca do PCP. *Expresso*. Obtido em 30/09/2016, de <http://expresso.sapo.pt/politica/2016-09-30-Forte-de-Peniche-projeto-que-PCP-considera-inaceitavel.-e-de-autarca-do-PCP-1>

Expresso. (23/10/2016). Hoteleiros de olho nas concessões de património. *Expresso*. Obtido em 25/10/2016, de <http://expresso.sapo.pt/economia/2016-10-23-Hoteleiros-de-olho-nas-concessoes-de-patrimonio>

Expresso. (23/11/2016). O Forte de Peniche, por um ex-presos político. *Expresso*. Obtido em 25/11/2016, de <http://expresso.sapo.pt/sociedade/2016-11-23-O-Forte-de-Peniche-por-um-ex-presos-politico>

Expresso. (17/04/2017). Fortaleza de Peniche será museu e incubadora de 'startups'. Mas não um hotel. *Expresso*. Obtido em 25/04/2017, de <http://www.dn.pt/artes/interior/fortaleza-de-peniche-sera-museu-e-incubadora-de-start-ups-mas-nao-um-hotel-6225716.html>

Expresso. (28/04/2017). Governo concessiona Hotel Turismo da Guarda. *Expresso*. Obtido em 28/04/2017, de <http://expresso.sapo.pt/economia/2017-04-28-Governo-concessiona-Hotel-Turismo-da-Guarda>

Expresso. (04/04/2017). Parlamento discute iniciativas para preservação histórica da Fortaleza de Peniche. *Expresso*. Obtido em 05/04/2017, de <http://expresso.sapo.pt/politica/2017-04-04-Parlamento-discute-iniciativas-para-preservacao-historica-da-Fortaleza-de-Peniche>

Expresso. (23/04/2017). Pousadas vão crescer fora de Portugal. *Expresso*. Obtido em 25/04/2017, de <http://expresso.sapo.pt/economia/2017-04-23-Pousadas-vao-crescer-fora-de-Portugal>

Expresso. (02/07/2017). Um quarto dos portugueses vai trabalhar para o turismo. *Expresso*. Obtido em 03/07/2017, de <http://expresso.sapo.pt/economia/2017-07-02-Um-quarto-dos-portugueses-vai-trabalhar-para-o-turismo>

Governo de Portugal. (2001, 09 08). Lei nº107/2001 de 8 de Setembro. Retrieved from <https://dre.pt/pesquisa/-/search/629790/details/maximized>

Governo de Portugal. (2016). *orçamento de estado para 2017*. Lisboa: assembleia da república.

Governo de Portugal. (2017). *Direcção Geral do Património Cultural*. Retrieved from Património Cultural: <http://www.patrimoniocultural.gov.pt/pt/patrimonio/patrimonio-imovel/classificacao-de-bens-imoveis-e-fixacao-de-zep/>

Governo de Portugal. (2017). *Estratégia Turismo 2027*. Lisboa: Turismo de Portugal I.P. Retrieved Maio 2017, from

http://estrategia.turismodeportugal.pt/sites/default/files/Estrategia_Turismo_2027_TdP.pdf
Inimigo Público. (27/12/2016). Estado concessiona dezenas de imóveis aos privados mas contribuintes mantém concessão das dívidas dos bancos. *Inimigo Público*. Obtido em 28/12/2016, de <http://inimigo.publico.pt/2016/12/27/estado-concessiona-dezenas-de-imoveis-aos-privados-mas-contribuintes-mantem-concessao-das-dividas-dos-bancos/>

Jornal Algarve Marafado. (10/10/2016). Câmara de Lagos vai analisar a concessão a privados do Forte da Meia Praia. *Jornal Algarve Marafado*. Obtido em 10/10/2016, de <http://www.algarvemarafado.com/2016/10/10/camara-de-lagos-vai-analisar-a-concessao-a-privados-do-forte-da-meia-praia/>

Jornal Algarve Marafado. (03/10/2016). Monumento algarvio na lista dos que passam para mãos privadas. *Jornal Algarve Marafado*. Obtido em 5/10/2016, de <http://www.algarvemarafado.com/2016/10/03/monumento-algarvio-na-lista-dos-que-passam-para-maos-privadas/>

Jornal Algarve Marafado. (30/12/2016). Três monumentos algarvios vão passar para mãos privadas. *Jornal Algarve Marafado*. Obtido em 02/01/2017, de <http://www.algarvemarafado.com/2016/12/30/tres-monumentos-algarvios-vao-passar-para-maos-privadas/>

Jornal Construir. (23/02/2017). Governo lança novo concurso ao abrigo do programa Revive. *Jornal Construir*. Obtido em 25/02/2017, de <http://www.construir.pt/2017/02/23/governo-lanca-novo-concurso-ao-abrigo-do-programa-revive/>

Jornal Construir. (13/11/2016). Governo retira Fortaleza de Peniche da lista do programa REVIVE. *Jornal Construir*. Obtido em 14/11/2016, de <http://www.construir.pt/2016/11/13/governo-retira-fortaleza-de-peniche-da-lista-do-programa-revive/>

Jornal das Caldas. (04/10/2016). Pavilhões do Parque na lista de edifícios a recuperar por investidores privados. *Jornal das Caldas*. Obtido em 10/10/2016, de <https://jornaldascaldas.com/JournalNews/Journalnewsdetail.aspx?news=749bf910-fba8-4e73-8ead-25af9f4c9dcf&q=pol%C3%A9mica>

Jornal de Negócios. (28/09/2016). Governo: Concessão de monumentos a privados é tarefa exigente mas aliciante. *Jornal de Negócios*. Obtido em 29/09/2016, de http://www.jornaldenegocios.pt/empresas/turismo---lazer/detalhe/governo_concessao_de_monumentos_a_privados_e_tarefa_exigente_mas_aliciante

Jornal de Negócios. (04/11/2016). Bloco quer suspender concessão de património para o turismo. *Jornal de Negócios*. Obtido em 05/11/2016, de <http://www.jornaldenegocios.pt/empresas/turismo---lazer/detalhe/bloco-quer-suspender-concessao-de-patrimoniopara-o-turismo>

Jornal de Negócios. (27/12/2016). Explorar monumentos no Interior dá benefícios extra. *Jornal de Negócios*. Obtido em 28/12/2016, de <http://www.jornaldenegocios.pt/empresas/turismo---lazer/detalhe/explorar-monumentos-no-interior-da-beneficios-extra>

Jornal de Notícias . (27/04/2017). Fortaleza de Peniche vai ter museu sobre luta pela liberdade. *Jornal de Notícias*. Obtido em 28/04/2017, de <http://www.jn.pt/nacional/interior/fortaleza-de-peniche-vai-ter-museu-sobre-luta-pela-liberdade-6249080.html>

Jornal de Notícias. (28/09/2016). Conheça os edifícios históricos que podem ser entregues a privados. *Jornal de Notícias*. Obtido em 29 de 09 de 2016, de <http://www.jn.pt/nacional/interior/edificios-historicos-ao-abandono-ganham-nova-vida-5414386.html>

Jornal de Notícias. (30 de 09 de 2016). Hotel privado na Fortaleza de Peniche gera polémica. *Jornal de Notícias*. Obtido em 30/09/2016, de <http://www.jn.pt/nacional/interior/hotel-privado-na-fortaleza-de-peniche-gera-polemica-5417267.html>

Jornal Expresso . (11/11/2016). PCP congratula-se com recuo do Governo no Forte de Peniche. *Jornal Expresso*. Obtido em 11/11/2016, de <http://expresso.sapo.pt/politica/2016-11-11-PCP-congratula-se-com-recuo-do-Governo-no-Forte-de-Peniche>

Jornal I. (28/12/2016). Estado concessionaria seis fortes e quatro conventos. *Jornal I*. Obtido em 29 de 12 de 2016, de <https://ionline.sapo.pt/540324>

Jornal I. (29/12/2016). Peniche exige cinco milhões para reabilitar a antiga prisão política. *Jornal I*. Obtido em 29 de 12 de 2016, de <https://ionline.sapo.pt/540502>

Jornal I. (27/04/2017). Peniche. Governo na Fortaleza para assinalar libertação de presos políticos. *Jornal I*. Obtido em 01 de 04 de 2017, de <https://ionline.sapo.pt/560221>

Jornal O Interior. (27/04/2017). Estado avança com requalificação do Hotel Turismo através do Programa Revive. *Jornal O Interior*. Obtido em 28/04/2017, de <http://www.ointerior.pt/noticia.asp?idEdicao=912&id=54871&idSeccao=13204&Action=noticia>

Jornal O Interior. (04/05/2017). Hotel Turismo requalificado através do Programa REVIVE. *Jornal O Interior*. Obtido em 05/05/2017, de <http://www.ointerior.pt/noticia.asp?idEdicao=913&id=54890&idSeccao=13206&Action=noticia>

Jornal Oeste . (05/04/2017). Parlamento unânime na defesa da requalificação da Fortaleza de Peniche. *Jornal Oeste*. Obtido em 05/04/2017, de <https://jornaloeste.pt/JournalNews/OGDetails.aspx?alone=1&news=0fc410a6-ab59-4fcb-9da5-14f5daff2f38>

Jornal Vale Mais. (19/04/2017). PRIVADOS PODEM 'EXPLORAR' CASTELO, CONVENTO E FORTE. *Jornal Vale Mais*. Obtido em 25/04/2017, de <http://valemais.pt/vm/privados-podem-explorar-castelo-convento-e-forte/>

Leiria Económica. (29/09/2016). Dois edifícios históricos do distrito vão ser reabilitados no âmbito do REVIVE. *Leiria Económica*. Obtido em 29/09/2016, de <http://www.leiriaeconomica.com/2016/09/dois-edificios-historicos-do-distrito-vao-ser-reabilitados-no-ambito-do-programa/>

Linhas de Elvas. (25/01/2017). Fortaleza de Juromenha desaparece do programa "Revive". *Linhas de Elvas*. Obtido em 25/01/2017, de <https://www.linhasdeelvas.pt/noticias/actual/4493-fortaleza-de-juromenha-desaparece-do-programa-revive.html>

Notícias ao Minuto . (28/09/2016). Governo: Concessão de monumentos a privados é tarefa exigente mas aliciante. *Notícias ao Minuto*. Obtido em 28 de 09 de 2016, de <https://www.noticiasao minuto.com/economia/661004/concessao-de-monumentos-a-privados-e-tarefa-exigente-mas-aliciante>

Notícias ao Minuto. (27/12/2016). Turismo de Portugal já tem eleitos para o programa Revive. *Notícias ao Minuto*. Obtido em 29/12/2016, de <https://www.noticiasao minuto.com/economia/711995/turismo-de-portugal-ja-tem-eleitos-para-o-programa-revive>

Notícias de Coimbra. (10/10/2016). Governo despacha Mosteiro do Lorvão. *Notícias de Coimbra*. Obtido em 10/10/2016, de <https://www.noticiasdecoimbra.pt/governo-despacha-mosteiro-do-lorvao/>

O Algarve Económico. (06/01/2017). Algarve tem três edifícios integrados no Programa Revive. O *Algarve Económico*. Obtido em 10/01/2017, de <https://oalgarve.pt/algarve-tem-tres-edificios-integrados-no-programa-revive/>

O Jornal Económico. (08/04/2017). Requalificação do Forte de Peniche aprovada no Parlamento. O *Jornal Económico*. Obtido em 25/04/2017, de <http://www.jornaleconomico.sapo.pt/noticias/requalificacao-do-forte-de-peniche-aprovada-no-parlamento-144354>

Observador . (10/11/2016). Governo desiste de concessionar o Forte de Peniche a privados. *Observador*. Obtido em 11/11/2016, de <http://observador.pt/2016/11/10/governo-desiste-de-concessionar-o-forte-de-peniche-a-privados/>

Observador . (29/09/2016). PCP ataca Governo por querer entregar Forte de Peniche a privados. *Observador*. Obtido em 30/09/2016, de <http://observador.pt/2016/09/29/pcp-quer-suspender-os-concursos-de-concessao-de-imoveis-historicos-a-privados/>

Observador. (30/09/2016). Forte de Peniche: já há uma petição contra entrega a privados. *Observador*. Obtido em 30/09/2016, de <http://observador.pt/2016/09/30/forte-de-peniche-ja-ha-uma-peticao-contra-entrega-a-privados/>

Observador. (28/09/2016). Governo abre a privados 30 monumentos históricos. Incluindo Forte de Peniche. *Observador*. Obtido em 29/09/2016, de <http://observador.pt/2016/09/28/governo-abre-a-privados-30-monumentos-historicos-incluindo-forte-de-peniche/>

Observador. (27 de 12 de 2016). Quartel da Graça e Forte de São Pedro no Estoril também serão concessionados a privados. *Observador*. Obtido em 28 de 12 de 2016, de <http://observador.pt/2016/12/27/quartel-da-graca-e-forte-de-sao-pedro-no-estoril-tambem-serao-concessionados-a-privados/>

PCP. (11/11/2016). *Proposta de orçamento de Estado: Plano de intervenção na Fortaleza de Peniche*. Obtido em 15/11/2016, de http://www.pcp.pt/sites/default/files/documentos/20161111_07_PropostaOE2017_plano_intervencoo_Fortaleza_Peniche.pdf

Público . (22/11/2016). Governo remete reabilitação da Fortaleza de Peniche para Assembleia da República. *Público*. Obtido em 22/11/2016, de <https://www.publico.pt/2016/11/22/culturaipilon/noticia/governo-remete-reabilitacao-da-fortaleza-de-peniche-para-assembleia-da-republica-1752193>

Público . (02/10/2016). Resistentes antifascismo contra concessão do Forte de Peniche. *Público*. Obtido em 05/02/2016, de <https://www.publico.pt/2016/10/02/politica/noticia/resistentes-antifascismo-contra-concessao-do-forte-de-peniche-1745886>

Público . (12/06/2017). Convento do Carmo, em Moura, junta-se à lista de imóveis a reabilitar pelo programa Revive. *Público*. Obtido em 19/06/2017, de

<https://www.publico.pt/2017/06/12/culturaipsilon/noticia/convento-do-carmo-em-moura-juntase-a-lista-de-imoveis-a-reabilitar-pelo-programa-revive-1775434>

Público. (18/12/2016). "Não se pode dessacralizar levemente como na António Maria Cardoso". *Público*. Obtido em 20/12/2016, de <https://www.publico.pt/2016/12/18/culturaipsilon/noticia/nao-se-pode-dessacralizar-levemente-como-na-antonio-maria-cardoso-1755124>

Público. (18/12/2016). Álvaro Siza: "O museu da prisão é uma coisa absolutamente primária". *Público*. Obtido em 20/12/2016, de <https://www.publico.pt/2016/12/18/culturaipsilon/noticia/alvaro-siza-1755127>

Público. (27/12/2016). Depois do Convento de São Paulo, Vila Galé analisa outros imóveis do Revive. *Público*. Obtido em 28/12/2016, de <https://www.publico.pt/2016/12/27/culturaipsilon/noticia/depois-do-convento-do-carmo-vila-gale-analisa-outros-imoveis-do-revive-1756277>

Público. (05/11/2016). Direcção-Geral do Património vai fazer diagnóstico da fortaleza de Peniche. *Público*. Obtido em 05/12/2016, de <https://www.publico.pt/2016/12/05/culturaipsilon/noticia/direccao-geral-do-patrimonio-vai-fazer-diagnostico-da-fortaleza-de-peniche-1753735>

Público. (18/11/2016). Governo quer cativar estrangeiros para explorarem monumentos públicos. *Público*. Obtido em 19/11/2016, de <https://www.publico.pt/2016/11/18/economia/noticia/governo-quer-cativar-estrangeiros-para-explorarem-monumentos-publicos-1751657>

Público. (28/09/2016). Monumentos degradados vão ser concessionados para serem recuperados para turismo. *Público*. Obtido em 29/09/2016, de <https://www.publico.pt/2016/09/28/local/noticia/monumentos-degradados-va-ser-concessionados-para-serem-recuperados-para-turismo-1745453>

Público. (27/12/2016). Nos monumentos a concessionar, é crucial definir o que se quer salvar. *Público*. Obtido em 28/12/2016, de <https://www.publico.pt/2016/12/27/culturaipsilon/noticia/o-governo-ja-disse-quais-sao-os-30-monumentos-que-vai-concessionar-a-privados-1756269>

Público. (18/12/2016). Quem quer passar a noite numa prisão da Pide? *Público*. Obtido em 20/12/2016, de <https://www.publico.pt/2016/12/18/culturaipsilon/noticia/quem-quer-passar-a-noite-numa-prisao-da-pide-1755140>

Público. (27/12/2016). Turismo divulga mais 20 monumentos para concessão a privados. *Público*. Obtido em 28/12/2016, de <https://www.publico.pt/2016/12/27/culturaipsilon/noticia/governo-apresenta-30-monumentos-para-concessao-a-privados-para-fins-turisticos-1756196>

Público. (10/11/2016). Uma tarde a tentar provar que o orçamento para a Cultura não é "uma enorme desilusão". *Público*. Obtido em 25/11/2016, de <https://www.publico.pt/2016/11/10/culturaipsilon/noticia/uma-tarde-a-tentar-provar-que-o-orcamento-para-a-cultura-nao-e-uma-enorme-desilusao-1750729>

Público. (17/04/2017). Fortaleza de Peniche deverá ser um museu nacional da resistência. *Público*. Obtido em 25/04/2017, de <https://www.publico.pt/2017/04/17/culturaipsilon/noticia/peniche-1769008>

Público. (18/04/2017). Fortaleza de Peniche Governo abre a porta a Museu Nacional da Resistência. *Público*. Obtido em 25/04/2017, de <https://www.pressreader.com/portugal/edi%C3%A7%C3%A3o-p%C3%BAblico-lisboa/20170418/281479276288337>

Público. (16/06/2017). O turismo total. *Público*. Obtido em 19 de 06 de 2017, de <https://www.publico.pt/2017/06/16/culturaipsilon/noticia/o-turismo-total-1775561>

Público. (04/03/2017). Os segredos que puseram Portugal no mapa do turismo. *Público*. Obtido em 25/04/2017, de <https://www.publico.pt/2017/03/04/sociedade/noticia/os-segredos-que-puseram-portugal-no-mapa-do-turismo-1763465>

Público. (04/04/2017). Património imobiliário da GNR vai ser vendido e concessionado. *Público*, 6-7. Obtido em 10/04/2017, de <https://www.publico.pt/2017/04/04/politica/noticia/patrimonio-imobiliario-da-gnr-concessionado-e-a-venda-1767251>

Público. (14/06/2017). Património, Cidade, Turismo, Negócio y otras cositas más... *Público*, 47. Obtido em 19/06/2017, de <https://www.publico.pt/2017/06/14/culturaipsilon/noticia/patrimonio-cidade-turismo-negocio-y-otras-cositas-mas-1775409>

Público. (19/01/2017). Reabilitação ou comercialização de 30 monumentos nacionais? *Público*. Obtido em 20/01/2017, de <https://www.publico.pt/2017/01/19/culturaipsilon/noticia/reabilitacao-ou-comercializacao-de-30-monumentos-nacionais-1758755>

Publituris. (05/04/2016). GOVERNO VAI DISPONIBILIZAR PATRIMÓNIO PÚBLICO PARA INVESTIMENTO HOTELEIRO. *Publituris*. Obtido em 29/09/2016, de <http://www.publituris.pt/2016/04/05/governo-vai-disponibilizar-patrimonio-publico-para-investimento-hoteleiro/>

Publituris. (10/10/2016). O TURISMO EXIGE BOM SENSO. *Publituris*. Obtido em 20/10/2016, de <http://www.publituris.pt/2016/10/10/turismo-exige-bom-senso/>

Publituris. (29/09/2016). VILA GALÉ É ÚNICO CANDIDATO À CONCESSÃO DE FUTURO HOTEL NO CONVENTO DE SÃO PAULO. *Publituris*. Obtido em 29/09/2016, de <http://www.publituris.pt/2016/09/29/vila-gale-interesse-na-gestao-futuro-hotel-no-convento-sao-paulo/>

Publituris. (24/10/2016). VILA GALÉ EM ELVAS VAI CUSTAR 5M€ E ABRE EM 2018. *Publituris*. Obtido em 25/10/2016, de <http://www.publituris.pt/2016/10/24/247011/>

Publituris. (28/04/2017). HOTEL TURISMO DA GUARDA INTEGRA REVIVE. *Publituris*. Obtido em 01/05/2017, de <http://www.publituris.pt/2017/04/28/hotel-turismo-da-guarda-integra-revive/>

Publituris. (04/04/2017). HOTI HOTÉIS INTERESSADA NO MOSTEIRO DE SANTA CLARA-A-NOVA E QUARTEL DA GRAÇA. *Publituris*. Obtido em 25/04/2017, de

<http://www.publituris.pt/2017/04/04/hoti-hoteis-interessada-no-mosteiro-santa-clara-nova-quartel-da-graca/>

Publituris. (19/10/2017). POUSADAS DE PORTUGAL: “É O OBJECTIVO CRESCER NOS PRÓXIMOS TRÊS ANOS”. *Publituris*. Obtido em 20/10/2017, de <http://www.publituris.pt/2016/10/19/pousadas-portugal-objectivo-crescer-nos-proximos-tres-anos/>

Publituris. (17/02/2017). PROJECTO REVIVE: O COMPROMISSO ENTRE OS QUE VIVERAM, VIVEM E VIVERÃO. *Publituris*. Obtido em 25/04/2017, de <http://www.publituris.pt/2017/02/17/projecto-revive-compromisso-os-viveram-vivem-viverao/>

Rádio Altitude Guarda. (27/04/2017). Hotel de Turismo será integrado no programa REVIVE para concessão a privados. *Rádio Altitude Guarda*. Obtido em 01/05/2017, de <http://www.altitude.fm/index.php/actualidade/1840-hotel-de-turismo-sera-integrado-no-programa-revive-para-concessao-a-privados>

Rádio Campanário. (09/10/2016). Alandroal: Fortaleza de Juromenha integra programa “Revive” e vai ser concessionada a privados. *Rádio Campanário*. Obtido em 10/10/2016, de <http://www.radiocampanario.com/ultimas/regional/alandroal-fortaleza-de-juromenha-integra-programa-revive-e-vai-ser-concessionada-a-privados>

Rádio Campanário. (21/10/2016). Fortaleza de Juromenha está a ser alvo de estudo para “um projeto turístico consistente”, diz Ministro da Economia (c/som). *Rádio Campanário*. Obtido em 22/10/2016, de <http://www.radiocampanario.com/ultimas/regional/fortaleza-de-juromenha-esta-a-ser-alvo-de-estudo-para-um-projeto-turistico-consistente-diz-ministro-da-economia-c-som>

Rádio Castelo Branco. (03/02/2017). CASA MARROCOS VAI SER HOTEL DO TEMPLO. *Rádio Castelo Branco*. Obtido em 05/02/2017, de <http://www.radiocastelobranco.pt/noticias/beira-baixa/2017/fevereiro/casa-marroc-os-vai-ser-hotel-do-templo/>

Rádio do Alto Minho. (-/09/2016). Castelo de Cerveira vai ser recuperado para fins turísticos no âmbito do programa REVIVE. *Rádio do Alto Minho*. Obtido em 30/09/2016, de <http://radioaltominho.pt/noticias/castelo-de-serveira-vai-ser-recuperado-para-fins-turisticos-no-ambito-do-programa-revive/>

Rádio Nova Antena. (04/10/2016). Programa REVIVE restaura 30 edifícios públicos. *Rádio Nova Antena*. Obtido em 10/10/2016, de <http://radionovaantena.com/2016/10/04/programa-revive-restaura-30-edificios-publicos/>

Rádio Nova Antena. (03/03/2017). Quinta do Paço de Valverde integra programa Revive. *Rádio Nova Antena*. Obtido em 05/03/2017, de <http://radionovaantena.com/2017/03/03/quinta-do-paco-de-valverde-integra-programa-revive/>

Rádio Portalegre. (17/04/2017). Portalegre: Parlamento aprova inclusão do Convento de São Francisco no Programa “Revive”. *Rádio Portalegre*. Obtido em 25/04/2017, de

<http://www.radioportalegre.pt/index.php/8-radio/7238-portalegre-parlamento-aprova-inclusao-do-convento-de-sao-francisco-no-programa-revive.html>

Rádio Renascença. (01/10/2016). Alegre ao lado do PCP contra a entrega do Forte de Peniche.

Rádio Renascença. Obtido em 05/10/2016, de

http://rr.sapo.pt/noticia/65015/alegre_ao_lado_do_pcp_contra_a_entrega_do_forte_de_peniche

Rádio Renascença. (10/11/2016). forte de peniche já não vai ser concessionado a privados. *Rádio*

Renascença. Obtido em 10/11/2016, de

http://rr.sapo.pt/noticia/68201/forte_de_peniche_ja_nao_vai_ser_concessionado_a_privados

Rádio Renascença. (03/08/2016). Governo conta com 150 milhões de privados na recuperação de edifícios públicos. *Rádio Renascença*. Obtido em 29/09/2016, de

http://rr.sapo.pt/noticia/60544/governo_conta_com_150_milhoes_de_privados_na_recuperacao_de_e_difícios_publicos

Rádio Renascença. (05/12/2016). governo manda avaliar estado de conservação da fortaleza de peniche. *Rádio Renascença*. Obtido em 06/12/2016, de

http://rr.sapo.pt/noticia/70223/governo_manda_avaliar_estado_de_conservacao_da_fortaleza_de_peniche

Rádio Renascença. (28 de 12 de 2016). Os palácios imponentes e as paredes sem tecto que o Estado quer "emprestar" para o turismo. *Rádio Renascença*. Obtido em 29 de 12 de 2016, de

http://rr.sapo.pt/especial/72063/os_palacios_imponentes_e_as_paredes_sem_tecto_que_o_estado_quer_emprestar_para_o_turismo

Rádio Renascença. (29/09/2016). pcp contra concessão de fortaleza de peniche a privados. *Rádio Renascença*. Obtido em 29/09/2016, de

http://rr.sapo.pt/noticia/64871/pcp_contra_concessao_de_fortaleza_de_peniche_a_privados

Rádio Renascença. (27/12/2016). quartel da graça e forte do guincho na lista de imóveis a concessionar. *Rádio Renascença*. Obtido em 28/12/2017, de

http://rr.sapo.pt/noticia/71954/quartel_da_graca_e_forte_do_guincho_na_lista_de_imoveis_a_concessionar?utm_source=rss

Rádio Renascença. (22/11/2016). reabilitação da fortaleza de peniche decidida pela assembleia da república. *Rádio Renascença*. Obtido em 30/11/2016, de

http://rr.sapo.pt/noticia/69198/reabilitacao_da_fortaleza_de_peniche_decidida_pela_assembleia_da_república

Rádio Renascença. (22/11/2016). reabilitação da fortaleza de peniche decidida pela assembleia da república. *Rádio Renascença*. Obtido em 25/11/2016, de

http://rr.sapo.pt/noticia/69198/reabilitacao_da_fortaleza_de_peniche_decidida_pela_assembleia_da_república

Rádio Renascença. (22/11/2016). Reabilitação da Fortaleza de Peniche decidida pela Assembleia da República. *Rádio Renascença*. Obtido em 25/11/2016, de http://rr.sapo.pt/noticia/69198/reabilitacao_da_fortaleza_de_peniche_decidida_pela_assembleia_da_republica

Rádio Renascença. (30/09/2016). Região de Turismo do Centro acredita que fortaleza de Peniche vai “manter a memória viva”. *Rádio Renascença*. Obtido em 30/09/2016, de http://rr.sapo.pt/noticia/64998/regiao_de_turismo_do_centro_acredita_que_fortaleza_de_peniche_vai_manter_a_memoria_viva

Rádio Renascença. (28/09/2016). turismo dez edificios juntam se a lista dos espacos históricos explorados por privados. *Rádio Renascença*. Obtido em 29/09/2016, de http://rr.sapo.pt/noticia/64718/turismo_dez_edificios_juntam_se_a_lista_dos_espacos_historicos_explorados_por_privados

Rádio Renascença. (28/09/2016). Turismo. Dez edifícios juntam-se à lista dos espaços históricos explorados por privados. *Rádio Renascença*. Obtido em 29/09/2016, de http://rr.sapo.pt/noticia/64718/turismo_dez_novos_edificios_historicos_a_ser_explorados_por_privados

Rádio Renascença. (06/04/2016). Turismo. Governo quer concessionar património ao abandono. *Rádio Renascença*. Obtido em 29/09/2016, de http://rr.sapo.pt/noticia/51067/turismo_governo_quer_concessionar_patrimonio_ao_abandono

Rádio Renascença. (31/01/2017). forte de peniche nao vai ser concessionado a privados na totalidade. *Rádio Renascença*. Obtido em 02/02/2017, de http://rr.sapo.pt/noticia/74828/forte_de_peniche_nao_vai_ser_concessionado_a_privados_na_totalidade

Rádio Renascença. (17/01/2017). turismo de portugal vai andar pelo mundo a captar investimento. *Rádio Renascença*. Obtido em 21/01/2017, de http://rr.sapo.pt/noticia/73736/turismo_de_portugal_vai_andar_pelo_mundo_a_captar_investimento

Rádio Renascença. (24/01/2017). Vila Galé investe 100 milhões de euros em seis hotéis. *Rádio Renascença*. Obtido em 26/01/2017, de http://rr.sapo.pt/noticia/74265/vila_gale_investe_100_milhoes_de_euros_em_seis_hotéis

Região de Leiria. (29/08/2016). Pavilhões do Parque de Caldas da Rainha vão ser recuperados. *Região de Leiria*. Obtido em 29/09/2016, de <http://www.regiaodeleiria.pt/blog/2016/08/29/pavilhoes-do-parque-de-caldas-da-rainha-vaio-ser-recuperados/>

Revista Pedra & Cal. (01 de 2016). O futuro e o presente do património. *Revista Pedra & Cal*(nº60), pp. 10-15. Obtido em 29/09/2016, de http://www.gecorpa.pt/Upload/Revistas/Rev60_Pag10.pdf

Revista Visão. (27/12/2016). Conheça os 30 edifícios históricos que vão ser concessionados a privados. *Revista Visão*. Obtido em 28/12/2016, de <http://visao.sapo.pt/actualidade/portugal/2016-12-27-Conheca-os-30-edificios-historicos-que-vao-ser-concessionados-a-privados#comentarios>

Revista Visão. (04/02/2017). "Os operadores turísticos estrangeiros queixam-se que somos maus vendedores". *Revista Visão*. Obtido em 05/02/2017, de <http://visao.sapo.pt/actualidade/economia/2017-02-04-Os-operadores-turisticos-estrangeiros-queixam-se-que-somos-maus-vendedores>

Revista Visão. (17/04/2017). Estará Portugal a ficar pequeno para tanto hotel? *Revista Visão*. Obtido em 18/04/2017, de <http://visao.sapo.pt/actualidade/economia/estara-portugal-a-ficar-pequeno-para-tanto-hotel=f816608>

Roda Viva Jornal. (28/09/2016). Programa governamental permitirá adicionar investimento privado e captar fundos europeus. Bloco de Esquerda questiona ministérios para salvaguardar propriedade pública. *Roda Viva Jornal*. Obtido em 10/10/2016, de <http://rodaviva.pt/index.php/template-features/votres.php?action=noticias&seccaoid=1&id=3692>

Rostos Diário Digital (Câmara Municipal de Sesimbra). (03/02/2017). Santuário do Cabo Espichel - Sesimbra Integra Programa Revive. *Rostos Diário Digital*. Obtido em 04/01/2017, de <http://www.rostos.pt/inicio2.asp?cronica=13000728&mostra=2>

RTP . (27/12/2016). Estado vai passar para os privados 30 monumentos. *RTP Notícias*. Obtido em 29/12/2017, de http://www.rtp.pt/noticias/pais/estado-vai-passar-para-os-privados-30-monumentos_v972035#sthash.LmxRIook.dpuf

RTP . (07/02/2017). "Números não são o inimigo do Turismo" - secretário-geral da OMT. *RTP notícias*. Obtido em 10/02/2017, de http://www.rtp.pt/noticias/economia/numeros-nao-sao-o-inimigo-do-turismo-secretario-geral-da-omt_n981299

RTP . (31/01/2017). Forte de Peniche não vai ser concessionado na totalidade. *RTP Notícias*. Obtido em 31/01/2017, de http://www.rtp.pt/noticias/cultura/forte-de-peniche-nao-vai-ser-concessionado-na-totalidade_v979691

RTP. (28/09/2016). Edifícios históricos vão ser reabilitados para fins turísticos. *RTP Notícias (Antena 1)*. Obtido em 28/09/2016, de http://www.rtp.pt/noticias/pais/edificios-historicos-vao-ser-reabilitados-para-fins-turisticos_a950284

RTP. (20/01/2017). Portugal em directo especial: fortaleza de Peniche. *Portugal em directo (Antena 1)*. Obtido em 22/01/2017, de <http://www.rtp.pt/play/popup/antena1>

RTP. (20/01/2017). Portugal em Direto de 20 Jan 2017 : Edição especial-debate sobre o futuro da Fortaleza de Peniche. *RTP*. Obtido em 20/01/2017, de <http://www.rtp.pt/play/p470/e269468/portugal-em-direto>

RTP Notícias. (27 /01/2017). Privados ficam com monumentos e pagam com créditos do Estado. *RTP Notícias*. Obtido em 28/01/2017, de http://www.rtp.pt/noticias/pais/privados-ficam-com-monumentos-e-pagam-com-creditos-do-estado_v979044

Sapo24 . (28/09/2016). Portugal não pode "desbaratar" o seu património histórico, diz Caldeira Cabral. *Sapo24*. Obtido em 29/09/2016, de <http://24.sapo.pt/atualidade/artigos/portugal-nao-pode-desbaratar-o-seu-patrimonio-historico-diz-caldeira-cabral>

SIC . (28/09/2016). Governo concessiona 30 edifícios históricos e espera 150 M€ de investimento privado. *SIC Notícias*. Obtido em 29/09/2016, de <http://sicnoticias.sapo.pt/economia/2016-09-28-Governo-concessiona-30-edificios-historicos-e-espera-150-M-de-investimento-privado>

SIC . (29/09/2016). PCP contra a concessão de imóveis históricos a privados. *SIC Notícias*. Obtido em 30 de 09 de 2016, de <http://sicnoticias.sapo.pt/pais/2016-09-29-PCP-contra-a-concessao-de-imoveis-historicos-a-privados>

SIC . (23/11/2016). Petição contra retirada do Forte de Peniche do programa Revive com um milhar de assinaturas. *SIC Notícias*. Obtido em 23/11/2016, de <http://sicnoticias.sapo.pt/pais/2016-11-23-Peticao-contra-retirada-do-Forte-de-Peniche-do-programa-Revive-com-um-milhar-de-assinaturas>

SIC. (30/09/2016). Câmara de Peniche defende concessão de espaços históricos a privados. *SIC Notícias*. Obtido em 30/09/2016, de <http://sicnoticias.sapo.pt/pais/2016-09-30-Camara-de-Peniche-defende-concessao-de-espacos-historicos-a-privados>

SIC. (27/12/2016). Ministro da Economia diz que concessões de monumentos vão permitir desenvolvimento económico. *SIC Notícias*. Obtido em 28/12/2016, de <http://sicnoticias.sapo.pt/economia/2016-12-27-Ministro-da-Economia-diz-que-concessoes-de-monumentos-vao-permitir-desenvolvimento-economico>

SIC. (27/12/2016). Governo divulgou os restantes 20 monumentos para concessão a privados. *Sic Notícias*. Obtido em 28/12/2016, de <http://sicnoticias.sapo.pt/pais/2016-12-27-Governo-divulgou-os-restantes-20-monumentos-para-concessao-a-privados>

SIC. (03/03/2017). Comarca do Porto contesta concessão do Convento de Santa Clara a privados. *SIC Notícias - Primeiro Jornal*. Obtido em 01/05/2017, de <http://sicnoticias.sapo.pt/pais/2017-03-07-Comarca-do-Porto-contesta-concessao-do-Convento-de-Santa-Clara-a-privados>

Sol. (24/11/2016). Forte de Peniche. Uma prisão no passado, uma incógnita no futuro. *Sol*. Obtido em 24/11/2016, de <https://sol.sapo.pt/artigo/535510/forte-de-peniche-uma-prisao-no-passado-uma-incognita-no-futuro->

Sol. (31/12/2016). O santuário que vai reviver. *Sol*. Obtido em 05/01/2017, de <https://sol.sapo.pt/artigo/540809/o-santuario-que-vai-reviver->

Tribuna do Alentejo. (30/10/2016). DEPUTADOS QUEREM O CONVENTO DE SÃO FRANCISCO RECUPERADO. *Tribuna do Alentejo*. Obtido em 30/10/2016, de <http://www.tribunaalentejo.pt/artigos/deputados-querem-convento-recuperado>

TSF. (17/04/2017). Governo exclui hotel e avança para museu na Fortaleza de Peniche. *TSF*. Obtido em 25/04/2017, de <http://www.tsf.pt/sociedade/interior/governo-exclui-hotel-e-avanca-para-museu-na-fortaleza-de-peniche-6226103.html>

TSF. (07/02/2017). Turismo português ganha carimbo das Nações Unidas. *TSF*. Obtido em 25/04/2017, de <http://www.tsf.pt/economia/interior/turismo-portugues-ganha-carimbo-da-organizacao-mundial-do-turismo-5652532.html>

TSF. (12/01/2017). Tutela do Património não teme apreensão dos investidores no programa Revive. *TSF*. Obtido em 15/01/2017, de <http://www.tsf.pt/cultura/interior/tutela-do-patrimonio-nao-teme-apreensao-dos-investidores-no-programa-revive-5602456.html>

Turisver. (23/10/2016). Abertura em 2018: Vila Galé investe 5M€ em hotel no centro de Elvas. *Turisver*. Obtido em 25/10/2016, de <http://www.turisver.com/abertura-2018-vila-gale-investe-5me-hotel-no-centro-elvas/>

Turisver. (09/12/2016). Açores: Quartel do Carmo integra programa Revive. *Turisver*. Obtido em 10/12/2016, de <http://www.turisver.com/quartel-do-carmo-integra-programa-revive/>

Turisver. (25/08/2016). Alentejo à frente no programa de valorização do património para fins turísticos. *Turisver*. Obtido em 29/09/2016, de <http://www.turisver.com/alentejo-frente-no-programa-valorizacao-do-patrimonio-fins-turisticos/>

Turisver. (25/11/2016). Coudelaria de Alter do Chão vai ter hotel. *Turisver*. Obtido em 25/11/2016, de <http://www.turisver.com/coudelaria-alter-do-chao-vai-ter-hotel/>

Turisver. (27/12/2016). Está completa lista dos imóveis que integram programa Revive. *Turisver*. Obtido em 28/12/2016, de <http://www.turisver.com/esta-completa-lista-dos-imoveis-integram-programa-revive/>

turisver. (27/09/2016). Governo apresenta programa REVIVE. *turisver*. Obtido em 28 de 09 de 2016, de <http://www.turisver.com/governo-apresenta-novos-edificios-programa-revive/>

turisver. (29/09/2016). Grupo Vila Galé vai construir hotel no Convento de São Paulo em Elvas. *turisver*. Obtido em 30/09/2016, de <http://www.turisver.com/grupo-vila-gale-vai-construir-hotel-no-convento-sao-paulo-elvas/>

Turisver. (30/09/2016). Já são conhecidos os primeiros 12 projectos do programa REVIVE. *Turisver*. Obtido em 30/09/2016, de <http://www.turisver.com/ja-sao-conhecidos-os-primeiros-12-projectos-do-programa-revive/>

Turisver. (30/08/2016). Pavilhões do Parque D. Carlos I entram no projecto de valorização do património. *Turisver*. Obtido em 01/09/2016, de <http://www.turisver.com/pavilhoes-do-parque-d-carlos-i-entram-no-projecto-valorizacao-do-patrimonio/>

Turisver. (23/10/2016). Reconversão do Convento de S. Paulo é “motivo de diferenciação e orgulho”. *Turisver*. Obtido em 25/10/2016, de <http://www.turisver.com/reconversao-do-convento-s-paulo-motivo-diferenciacao-orgulho/>

Turisver. (28/04/2017). Hotel Turismo da Guarda no programa Revive. *Turisver*. Obtido em 01/05/2017, de <http://www.turisver.com/hotel-turismo-da-guarda-no-programa-revive/>

Turisver. (22 de 01 de 2017). Já não queremos só turistas também queremos captar investimento no turismo. *Turisver*. Obtido em 25 de 01 de 2017, de <http://www.turisver.com/ja-nao-queremos-so-turistas-tambem-queremos-captar-investimento-no-turismo/>

Turisver. (23/02/2017). Lançado segundo concurso público do REVIVE. *Turisver*. Obtido em 26/02/2017, de <http://www.turisver.com/lancado-segundo-concurso-publico-do-revive/>

Turisver. (08/02/2017). OMT vai certificar os projectos portugueses Revive e Portuguese Trails. *Turisver*. Obtido em 25/02/2017, de <http://www.turisver.com/omt-vai-certificar-os-projectos-portugueses-revive-portuguese-trails/>

Turisver. (10/02/2017). Pavilhões do Parque das Caldas da Rainha vão dar lugar a hotel. *Turisver*. Obtido em 10/02/2017, de <http://www.turisver.com/pavilhoes-do-parque-das-caldas-da-rainha-vaodar-lugar-hotel/>

Turisver. (01/06/2017). Taleb Rifai elogia estratégia de sustentabilidade do turismo em Portugal. *Turisver*. Obtido em 05/06/2017, de <http://www.turisver.com/taleb-rifai-elogia-estrategia-sustentabilidade-do-turismo-portugal/>

TVI. (26/08/2016). Concurso para concessionar imóveis degradados lançando este ano. *TVI24*. Obtido em 30/09/2016, de <http://www.tvi24.iol.pt/economia/imoveis-publicos-degradados/concurso-para-concessionar-imoveis-degradados-lancando-este-ano>

TVI. (05/04/2016). Governo lança concurso para investimento hoteleiro em 30 imóveis públicos. *TVI24*. Obtido em 30/09/2016, de <http://www.tvi24.iol.pt/economia/ministro-da-economia/governo-lanca-concurso-para-investimento-hoteleiro-em-30-imoveis-publicos>

TVI. (28/09/2016). Governo concessionaria 30 edifícios históricos. *TVI24*. Obtido em 29/09/2016, de <http://www.tvi24.iol.pt/economia/concessao/governo-concessionaria-30-edificios-historicos>

ANEXOS

Anexo A: Lista de monumentos do Programa Revive

Registo	Nome do monumento	localização	região (NUTS II)	localidade (NUTSIII?)
1	Mosteiro de Sanfins de Friestas	Valença	norte	Viana do Castelo
2	Castelo de Vila Nova de Cerveira	Vila Nova de Cerveira	norte	Viana do Castelo
3	Forte da Ínsua	Caminha	norte	Viana do Castelo
4	Mosteiro de Santo André de Rendufe	Amares	norte	Braga
5	Convento de Santa Clara	Vila do Conde	norte	Porto
6	Mosteiro de São Salvador da Travanca	Amarante	norte	Porto
7	Ala sul do Mosteiro de Arouca	Arouca	norte	Aveiro
8	Forte da Barra de Aveiro	Ílhavo	Centro	Aveiro
9	Mosteiro de Lorvão	Penacova	Centro	Coimbra
10	Mosteiro de Santa Clara-a-Nova	Coimbra	Centro	Coimbra
11	Colégio de São Fiel	Castelo Branco	Centro	Castelo Branco
12	Casa de Marrocos	Idanha-a-Nova	Centro	Castelo Branco
13	Convento de Santo António dos Capuchos	Leiria	Centro	Leiria
14	Pavilhões do Parque das Caldas da Rainha	Caldas da Rainha	Centro	Leiria
15	Hotel Turismo da Guarda	Guarda	Centro	guarda
16	Castelo de Portalegre	Portalegre	Sul/Alentejo?	Portalegre
17	Convento de São Francisco	Portalegre	Sul/Alentejo?	Portalegre
18	Coudelaria de Alter	Alter do Chão	Sul/Alentejo?	Portalegre
19	Palácio do Manique do Intendente	Azambuja	Lisboa?	Lisboa
20	Palácio das Obras Novas	Azambuja	Lisboa?	Lisboa
21	Convento de São Paulo	Elvas	Sul/Alentejo	Portalegre
22	Convento do Carmo	Moura	Sul/Alentejo	Moura
23	Forte do Guincho	Cascais	Lisboa/vale do tejo	Lisboa
24	Forte de São Pedro	Cascais	Lisboa/ vale do tejo	Lisboa
25	Paço Real de Caxias	Oeiras	Lisboa/ vale do tejo	Lisboa
26	Quartel da Graça	Lisboa	Lisboa / vale do tejo	Lisboa
27	Quinta do Paço de Valverde	Évora	Sul/Alentejo	Évora
28	Santuário de Cabo Espichel	Sesimbra	Lisboa/Alentejo	Setúbal
29	Forte da Meia Praia	Lagos	Algarve	Faro
30	Forte do Rato	Tavira	Algarve	Faro
31	Armazéns Pombalinos	Vila do Bispo	Algarve	Faro
32	Forte de Santa Catarina	Portimão	Algarve	Portimão
33	Quartel do Carmo	Horta	Faial/Açores	região autónoma dos Açores

Registo	DRC afectada	categoria/tipologia(i.e igreja)
1	DRC-Norte	Arquitectura Religiosa / Igreja
2	DRC-Norte	Arquitectura militar/ Castelo
3	DRC-Norte	Arquitectura militar/ Forte
4	DRC-Norte	Arquitectura Religiosa / Mosteiro
5	DRC-Norte	Arquitectura Religiosa / Igreja
6	DRC-Norte	Arquitectura Religiosa / Mosteiro
7	DRC-Norte?	Arquitectura Religiosa / Mosteiro
8	DRC-Centro	Arquitectura Militar / Forte

9	DRC-Centro	Arquitectura Religiosa / Mosteiro
10	DRC-Centro	Arquitectura Religiosa / Mosteiro
11	DRC-Centro	arquitectura religiosa/Colégio
12	DRC-Centro	arquitectura civil
13	DRC-Centro	Arquitectura Religiosa / Convento
14	DRC-Centro	Arquitectura Civil / Hospital
15	DRC-Centro	Arquitectura Civil
16	DRC-Alentejo	Arquitectura Militar / Castelo
17	DRC-Alentejo	Arquitectura militar/Convento; conjunto arqueológico Industrial
18	DRC-Alentejo	Arquitectura civil
19	DGPC	Arquitectura Civil / Palácio
20	DGPC	Arquitectura Civil/Palácio
21	DRC-Alentejo	Arquitectura religiosa
22	DRC-Alentejo	Arquitectura Religiosa
23	DGPC	Arquitectura Militar / Forte
24	DGPC	Arquitectura Militar / Forte
25	DGPC	Arquitectura Civil / Quinta/Paço
26	DGPC	Arquitectura Religiosa / Convento
27	DRC-Alentejo	Arquitectura Religiosa/ Colégio/Civil/Quinta
28	DGPC	Arquitectura Religiosa / Conjunto
29	DRC-Algarve	Arquitectura Militar / Forte
30	DRC-Algarve	Arquitectura Militar / Forte
31	DRC-Algarve	Arquitectura civil/armazém
32	DRC-Algarve	Arquitectura militar/Forte
33	DRC- Açores?	Arquitectura Militar/ Quartel

Registo	Categoria de protecção legal (Monumento nacional; património imóvel)	estatuto (classificado/ não classificado;etc
1	Monumento Nacional (MN)	classificado
2	Imóvel de interesse público (IIP)	classificado
3	Monumento Nacional (MN)	classificado
4	Imóvel de interesse público (IIP)	classificado
5	Monumento Nacional (MN)	classificado
6	Monumento Nacional (MN)	classificado
7	Monumento Nacional (MN)	classificado
8	Imóvel de interesse público (IIP)	Imóvel de interesse público (IIP)
9	Monumento Nacional (MN)	classificado
10	Monumento Nacional (MN)	classificado
11	sem protecção	não classificado
12	Monumento Nacional	não classificado
13	Imóvel de interesse público (IIP)	classificado
14	Em Vias de Classificação (com Despacho de Abertura)	não classificado
15	sem protecção	não classificado
16	Monumento Nacional (MN)	classificado
17	Imóvel de interesse público (IIP)	classificado
18	sem protecção	não classificado
19	Imóvel de interesse público (IIP)	classificado
20	sem protecção	não classificado
21	Monumento Nacional (MN)	classificado
22	Imóvel de interesse público (IIP)	classificado
23	Imóvel de interesse público (IIP)	classificado
24	Imóvel de interesse público (IIP)	classificado
25	Imóvel de interesse público (IIP)	classificado
26	Monumento Nacional (MN)	classificado
27	Imóvel de interesse público (IIP)	classificado
28	Imóvel de interesse público (IIP)	classificado
29	Monumento de Interesse Público (MIP)	classificado

30	Imóvel de interesse público (IIP)	classificado
31	Imóvel de interesse público (IIP)	não classificado
32	Imóvel de interesse público (IIP)	classificado
33	sem protecção	não classificado

Registo	Possui ou é abrangido por ZEP/ZEPP?	tutela (dgpc; imobiliária; militar)
1	Não	DGPC
2	Sim	DGPC
3	não	DGPC
4	Não	DGPC
5	Sim	DGPC
6	não	DGPC
7	sim	DGPC
8	Sim	DGPC
9	sim	DGPC
10	sim	DGPC
11	não	DGPC?
12	sim	DGPC?
13	sim	DGPC
14	Não	DGPC
15	Não	?
16	sim	DGPC
17	Sim	Ministério da Defesa
18	sim	DGPC?
19	Não	DGPC
20	não	DGPC
21	não	Ministério da Defesa
22	não	?
23	não	DGPC
24	não	DGPC
25	Não	DGPC
26	sim	DGPC
27	Sim	DGPC
28	Sim	DGPC
29	ZGP em vez de ZEP	DGPC
30	Não	DGPC
31	não	DGPC
32	não	DGPC?
33	não	DGPC?

Registo	área de intervenção (total; parcial)	estado actual
1	total do imóvel excepto igreja	devoluto
2	totalidade do imóvel	serviço hoteleiro desactivado
3	totalidade do imóvel	devoluto
4	total do imóvel excepto igreja	devoluto
5	totalidade do imóvel	devoluto
6	total do imóvel excepto igreja	parcialmente devoluto
7	parcial- apenas ala sul do mosteiro	em uso parcial
8	totalidade do imóvel + dois anexos	utilizado como depósito
9	totalidade do imóvel excepto igreja	hospital psiquiátrico encerrado em 2012
10	totalidade do imóvel excepto igreja e museu	ocupado pela confraria desde 2006
11	totalidade do imóvel excepto campo de jogos e piscina	devoluto desde 1962
12	totalidade do imóvel	devoluto
13	totalidade do imóvel	devoluto desde 1904
14	totalidade do imóvel	devoluto
15	totalidade do imóvel	Procedimento caducado - sem protecção legal
16	totalidade do imóvel	parcialmente ocupado (museu)

17	totalidade do imóvel excepto edifício da liga dos combatentes	devoluto
18	totalidade do imóvel	em uso
19	totalidade do imóvel excluindo a capela	devoluto
20	Totalidade do imóvel	devoluto
21	totalidade do imóvel	devoluto
22	totalidade do imóvel excepto igreja	Afectação Regularização patrimonial em curso *2
23	totalidade do imóvel	devoluto
24	totalidade do imóvel	em uso (discoteca)
25	totalidade do imóvel	devoluto
26	totalidade do imóvel?	parcialmente ocupado (igreja)
27	totalidade do imóvel	utilização pela universidade e pela Igreja
28	parcial- apenas Ala norte das antigas hospedarias	devoluto
29	totalidade do imóvel	devoluto
30	totalidade do imóvel	devoluto
31	totalidade do imóvel	devoluto
32	totalidade do imóvel	utilização para actividades Culturais e recreativas: marco histórico-cultural
33	totalidade do imóvel excepto igreja	devoluto

Registo	técnico responsável	modelo jurídico	tipo de aproveitamento (hotel; estância; museu etc)
1	António Baeta	Concessão	complexo Turístico
2	António Baeta	direito de superfície	complexo Turístico de 5 estrelas
3	António Baeta	Concessão	complexo Turístico
4	António Baeta	direito de superfície	complexo Turístico
5	António Baeta	direito de superfície	complexo turístico
6	António Baeta	Concessão	complexo turístico
7	António Baeta	Concessão	complexo turístico
8	Rita Assis Pacheco	Concessão	complexo turístico
9	António Baeta	Concessão	complexo turístico
10	Rita Assis Pacheco	Concessão	complexo turístico
11	Leonor Picão	direito de superfície	complexo turístico
12	Leonor Picão	direito de superfície	complexo turístico
13	Rita Assis Pacheco	direito de superfície	complexo turístico
14	Rita Assis Pacheco	direito de superfície	complexo turístico
15	Leonor Picão	Concessão	complexo turístico/ Escola de Hotelaria
16	Leonor Picão	Concessão	complexo turístico
17	Leonor Picão	direito de superfície	complexo turístico
18	Leonor Picão	direito de superfície	complexo turístico
19	Leonor Picão	direito de superfície	complexo turístico
20	Leonor Picão	Concessão	complexo turístico
21	Leonor Picão	concessão de uso	complexo turístico 4 estrelas
22	Leonor Picão	Concessão	complexo turístico
23	Rita Assis Pacheco	concessão	complexo turístico
24	Rita Assis Pacheco	concessão	complexo turístico
25	Rita Assis Pacheco	direito de superfície	complexo turístico
26	Rita Assis Pacheco	concessão	complexo turístico
27	Leonor Picão	direito de superfície	complexo turístico

28	Leonor Picão	direito de superfície	complexo turístico
29	Rita Assis Pacheco	Concessão	complexo turístico
30	Rita Assis Pacheco	Concessão	complexo turístico
31	Rita Assis Pacheco	Concessão	complexo turístico
32	n.d	Concessão	Complexo turístico
33	Leonor Picão	concessão	complexo turístico

Anexo B: Lista de inventário das notícias do Programa Revive

número da lista inventário	nome notícia
0	GOVERNO VAI DISPONIBILIZAR PATRIMÓNIO PÚBLICO PARA INVESTIMENTO HOTELEIRO
1	Governo lança concurso para investimento hoteleiro em 30 imóveis públicos
2	Turismo. Governo quer concessionar património ao abandono
3	Governo conta com 150milhões de euros de privados na recuperação de edifícios públicos.
4	Governo espera investimento de 150ME no programa "Valorização do Património"
5	Alentejo à frente no programa de valorização do património para fins turísticos
6	Concurso para concessionar imóveis degradados lançando este ano
7	Pavilhões do Parque das Caldas da Rainha vão ser recuperados.
8	Pavilhões do Parque D.Carlos I entram no projecto de valorização do Património
9	Do abandono à requalificação
10	Governo apresenta programa revive
11	Governo concessionaria 30 edifícios históricos
12	Governo concessionaria 30 edifícios históricos
13	Turismo. Dez edifícios juntam-se à lista dos espaços históricos explorados por privados
14	Portugal não pode desbaratar o seu património histórico e cultural, diz ministro
15	Monumentos degradados vão ser concessionados para serem recuperados para turismo
16	Portugal não pode desbaratar o seu património histórico e cultural, diz ministro
17	Governo abre a privados 30 monumentos históricos. Incluindo Forte de Peniche
18	Estes edifícios históricos serão concessionados a privados
19	Governo prevê encaixe de 150 milhões com concessão de edifícios históricos
20	Conheça os edifícios históricos que podem ser entregues a privados
21	Governo: Concessão de monumentos a privados é tarefa exigente mas aliciante
22	Governo concessionaria 30 edifícios históricos e espera 150 M€ de investimento privado
23	Governo: Concessão de monumentos a privados é tarefa exigente mas aliciante
24	Edifícios históricos vão ser reabilitados para fins turísticos
25	Programa governamental permitirá adicionar investimento privado e captar fundos europeus. Bloco de Esquerda questiona ministérios para salvaguardar propriedade pública
26	Pavilhões do Parque de Caldas da Rainha vão ser recuperados
27	O Futuro e o Presente do Património
28	Dois edifícios históricos do distrito vão ser reabilitados no âmbito do REVIVE
29	PCP contra concessão de Fortaleza de Peniche a privados
30	PCP contra a concessão de imóveis históricos a privados
31	Grupo Vila Galé vai construir hotel no Convento de São Paulo em Elvas
32	PCP contra entrega do Forte de Peniche a privados
33	Forte de Peniche: PCP acusa Governo de "desprezar luta antifascista"

34	VILA GALÉ É ÚNICO CANDIDATO À CONCESSÃO DE FUTURO HOTEL NO CONVENTO DE SÃO PAULO
35	PCP ataca Governo por querer entregar Forte de Peniche a privados
36	PCP contra concessão de monumentos a privados, sobretudo no caso de Peniche
37	REABILITAR E VALORIZAR O PATRIMÓNIO HISTÓRICO E CULTURAL
38	Já são conhecidos os primeiros 12 projectos do programa REVIVE
39	Região de Turismo do Centro acredita que fortaleza de Peniche vai "manter a memória viva"
40	Hotel privado na Fortaleza de Peniche gera polémica
41	Forte de Peniche: projeto que PCP considera "inaceitável"... é de autarca do PCP
42	Forte de Peniche: já há uma petição contra entrega a privados.
43	Câmara de Peniche defende concessão de espaços históricos a privados
44	Alegre ao lado do PCP contra a entrega do Forte de Peniche.
45	Resistentes antifascismo contra concessão do Forte de Peniche
46	Resistentes antifascismo contra concessão do Forte de Peniche, símbolo da resistência
47	Resistentes antifascismo contra concessão do Forte de Peniche
48	Monumento algarvio na lista dos que passam para mãos privadas
49	Pavilhões do Parque na lista de edifícios a recuperar por investidores privados
50	Programa REVIVE restaura 30 edifícios públicos
51	Alandroal: Fortaleza de Juromenha integra programa "Revive" e vai ser concessionada a privados
52	Câmara de Lagos vai analisar a concessão a privados do Forte da Meia
53	O TURISMO EXIGE BOM SENSO
54	Governo despacha Mosteiro do Lorvão
55	Mais dinheiro para a Cultura
56	POUSADAS DE PORTUGAL: "É O OBJECTIVO CRESCER NOS PRÓXIMOS TRÊS ANOS"
57	Fortaleza de Juromenha está a ser alvo de estudo para "um projeto turístico consistente", diz Ministro da Economia (c/som)
58	RECUPERAÇÃO E REVALORIZAÇÃO DO PATRIMÓNIO É MAIS-VALIA PARA O TURISMO
59	Hoteleiros de olho nas concessões de património
60	Reconversão do Convento de S. Paulo é "motivo de diferenciação e orgulho"
61	Abertura em 2018: Vila Galé investe 5M€ em hotel no centro de Elvas
62	VILA GALÉ EM ELVAS VAI CUSTAR 5M€ E ABRE EM 2018
63	Elvas vai ter um novo hotel Vila Galé (fotogaleria)
64	"NÃO PODEMOS DEIXAR O PATRIMÓNIO DEGRADAR-SE"
65	Emoção e lágrimas contra a concessão de forte de Peniche a privados
66	Na Fortaleza que já foi prisão as celas deram lugar a museus e ateliês
67	DEPUTADOS QUEREM O CONVENTO DE SÃO FRANCISCO RECUPERADO
68	Bloco quer suspender concessão de património para o turismo
69	forte de peniche já não vai ser concessionado a privados.
70	Governo desiste de "privatizar" Fortaleza de Peniche
71	Governo desiste de concessionar o Forte de Peniche a privados
72	Uma tarde a tentar provar que o orçamento para a Cultura não é "uma enorme desilusão"
73	Governo recua na Fortaleza de Peniche. Câmara opõe-se
74	Peniche exige investimento do Governo na reabilitação da fortaleza
75	PCP congratula-se com recuo do Governo no Forte de Peniche
76	Câmara de Peniche quer ser ouvida em futuras soluções para Fortaleza
77	Forte de Peniche retirado do Revive e câmara quer ser ouvida
78	GOVERNO RETIRA FORTALEZA DE PENICHE DA LISTA DO PROGRAMA REVIVE
79	Governo quer cativar estrangeiros para explorarem monumentos públicos
80	Governo nacional inclui Madeira no programa de imóveis a entregar a privados

81	Roadshow internacional pretende que Revive capte investimento estrangeiro
82	PROGRAMA REVIVE SERÁ ALARGADO ÀS REGIÕES AUTÓNOMAS
83	Governo remete reabilitação da Fortaleza de Peniche para Assembleia da República
84	Reabilitação da Fortaleza de Peniche decidida pela Assembleia da República
85	O Forte de Peniche, por um ex-preso político
86	Petição contra retirada do Forte de Peniche do programa Revive com um milhar de assinaturas
87	Forte de Peniche. Uma prisão no passado, uma incógnita no futuro
88	PSD lamenta a retirada da Fortaleza de Peniche do Programa REVIVE
89	Coudelaria de Alter do Chão vai acolher um hotel
90	Coudelaria de Alter do Chão vai ter hotel
91	Direcção-Geral do Património vai fazer diagnóstico da fortaleza de Peniche
92	Governo manda avaliar estado de conservação da Fortaleza de Peniche
93	QUARTEL DO CARMO NOS AÇORES INTEGRA REVIVE
94	Açores: Quartel do Carmo integra programa Revive
95	Quem quer passar a noite numa prisão da Pide?
96	"Não se pode dessacralizar levemente como na António Maria Cardoso"
97	Álvaro Siza: "O museu da prisão é uma coisa absolutamente primária"
98	22 monumentos que em 2017 vão passar para as mãos de privados
99	Privados ficam com a concessão de 30 monumentos.
100	Revive. Mais 20 mosteiros e conventos abrem portas ao Turismo.
101	Governo concessionaria mais 20 mosteiros e conventos ao turismo
102	Quartel da Graça e Forte de São Pedro no Estoril também serão concessionados a privados
103	Depois do Convento de São Paulo, Vila Galé analisa outros imóveis do Revive
104	quartel da graça e forte do guincho na lista de imóveis a concessionar.
105	Nos monumentos a concessionar, é crucial definir o que se quer salvar
106	Ministro da Economia diz que concessões de monumentos vão permitir desenvolvimento económico
107	Estado vai passar para os privados 30 monumentos
108	Explorar monumentos no Interior dá benefícios extra.
109	Conheça os 30 edifícios históricos que vão ser concessionados a privados.
110	30 edifícios do projeto Revive
111	Governo divulgou os restantes 20 monumentos para concessão a privados
112	Turismo divulga mais 20 monumentos para concessão a privados
113	Turismo de Portugal já tem eleitos para o programa Revive
114	Está completa lista dos imóveis que integram programa Revive
115	Estado concessionaria dezenas de imóveis aos privados mas contribuintes mantém concessão das dívidas dos bancos
116	Revive. Mais 20 mosteiros e conventos abrem portas ao Turismo
117	Dois mosteiros, um castelo e um forte renascem para o turismo.
118	PROGRAMA REVIVE: LISTA DE IMÓVEIS FECHADA
119	Os palácios imponentes e as paredes sem tecto que o Estado quer "emprestar" para o turismo.
120	Estado concessionaria seis fortes e quatro conventos.
121	Privados ficam com a concessão de 30 monumentos
122	Peniche exige cinco milhões para reabilitar a antiga prisão política
123	Peniche exige do Estado cinco milhões para reabilitar Fortaleza
124	Azambuja: Palácios das Obras Novas e de Pina Manique podem passar para as mãos de privados
125	Três monumentos algarvios vão passar para mãos privadas.
126	O santuário que vai reviver
127	Vila do Conde: Mosteiro de Santa Clara integrado no Programa REVIVE
128	Património recuperado para o turismo

129	Santuário do Cabo Espichel - Sesimbra Integra Programa Revive
130	Algarve tem três edifícios integrados no Programa Revive
131	"Colocar o Paço no REVIVE é um absurdo"
132	Tutela do Património não teme apreensão dos investidores no programa Revive
133	turismo de portugal vai andar pelo mundo a captar investimento
134	Reabilitação ou comercialização de 30 monumentos nacionais?
135	Edição especial-debate sobre o futuro da Fortaleza de Peniche, com adjunto ministro da Cultura, Hernâni Loureiro, presidente Câmara de Peniche, António José Correia e diretor Museu do Aljube Luís Farinha(fchsh-IHC)
136	Projeto em Portugal quer transformar castelos em hotéis para revitalizá-los
137	Já não queremos só turistas também queremos captar investimento no turismo
138	Vila Galé vai abrir cinco novos hotéis em Portugal em 2018
139	Vila Galé investe 100 milhões de euros em seis hotéis
140	Fortaleza de Juromenha desaparece do programa "Revive"
141	Privados ficam com monumentos e pagam com créditos do Estado
142	Organização defende memorial no Forte de Peniche "com urgência"
143	Forte de Peniche não vai ser concessionado na totalidade
144	forte de peniche nao vai ser concessionado a privados na totalidade.
145	Governo garante que Forte de Peniche não vai ser concessionado a privados na totalidade
146	Ministro da Cultura diz que programa Revive quer dar resposta a património devoluto
147	CASA MARROCOS VAI SER HOTEL DO TEMPLO
148	Por um património cultural uno e protegido
149	"Os operadores turísticos estrangeiros queixam-se que somos maus vendedores"
150	"Números não são o inimigo do Turismo" - secretário-geral da OMT
151	Turismo português ganha carimbo das Nações Unidas
152	Opinião: "REVIVE – (Re)Viver o Património"
153	OMT vai certificar os projectos portugueses Revive e Portuguese Trails
154	Pavilhões do Parque das Caldas da Rainha vão dar lugar a hotel
155	PROJECTO REVIVE: O COMPROMISSO ENTRE OS QUE VIVERAM, VIVEM E VIVERÃO
156	Partidos fora do grupo de trabalho que estuda soluções para Fortaleza de Peniche
157	Governo lança novo concurso ao abrigo do programa Revive
158	Revive. Pavilhões do Parque serão hotel por 48 anos
159	Lançado segundo concurso público do REVIVE
160	Defesa não consegue vender a maioria dos 200 prédios que tem há oito anos no mercado
161	Quinta do Paço de Valverde integra programa Revive
162	Os segredos que puseram Portugal no mapa do turismo
163	Comarca do Porto contesta concessão do Convento de Santa Clara a privados
164	Património imobiliário da GNR vai ser vendido e concessionado
165	HOTI HOTÉIS INTERESSADA NO MOSTEIRO DE SANTA CLARA-A-NOVA E QUARTEL DA GRAÇA
166	Parlamento discute iniciativas para preservação histórica da Fortaleza de Peniche
167	Investidores chineses de olho no património histórico do Estado
168	Investidores chineses de olho no património histórico do Estado
169	Parlamento unânime na defesa da requalificação da Fortaleza de Peniche
170	Requalificação do Forte de Peniche aprovada no Parlamento.
171	Vendas de imóveis militares já renderam 23 milhões para investir em quartéis
172	"Vamos limitar as entradas na Torre de Belém no verão". Diário de Notícias
173	Portalegre: Parlamento aprova inclusão do Convento de São Francisco no Programa "Revive"
174	Fortaleza de Peniche deverá ser um museu nacional da resistência

175	Governo exclui hotel e avança para museu na Fortaleza de Peniche
176	Governo exclui hotel e avança para museu na Fortaleza de Peniche
177	Fortaleza de Peniche será museu e incubadora de 'startups'. Mas não um hotel
178	Fortaleza de Peniche Governo abre a porta a Museu Nacional da Resistência
179	PRIVADOS PODEM 'EXPLORAR' CASTELO, CONVENTO E FORTE
180	Pousadas vão crescer fora de Portugal
181	Peniche. Governo na Fortaleza para assinalar libertação de presos políticos
182	Fortaleza de Peniche vai ter museu sobre luta pela liberdade
183	Antigos presos políticos visitam Forte de Peniche 43 anos depois da libertação
184	Estado avança com requalificação do Hotel Turismo através do Programa Revive
185	Hotel de Turismo será integrado no programa REVIVE para concessão a privados
186	Atraso na venda do Hotel de Turismo é "quase um crime económico"
187	Governo inclui Hotel de Turismo da Guarda no projeto Revive.
188	Governo concessionaria Hotel Turismo da Guarda
189	Hotel Turismo da Guarda no programa Revive
190	HOTEL TURISMO DA GUARDA INTEGRA REVIVE
191	Hotel Turismo requalificado através do Programa REVIVE
192	OMT diz que Portugal está a tornar o turismo um "pilare de crescimento socioeconómico"
193	"Não está a haver menor promoção"
194	Hotel Turismo da Guarda fechado há 7 anos
195	Sucesso do turismo em Portugal é case study na Europa
196	Taleb Rifai elogia estratégia de sustentabilidade do turismo em Portugal
197	Convento do Carmo de Moura vai integrar o Projeto "Revive"
198	Convento do Carmo, em Moura, junta-se à lista de imóveis a reabilitar pelo programa Revive
199	Convento em Moura no projeto Revive para ser recuperado por privados
200	Convento em Moura no projeto Revive para ser recuperado por privados
201	Património, Cidade, Turismo, Negócio y otras cositas más...
202	O turismo total
203	Visabeira quer transformar Pavilhões do Parque das Caldas da Rainha em hotel
204	Programa Revive já começa a dar frutos
205	Um quarto dos portugueses vai trabalhar para o turismo
206	Hoteleiros com grande interesse no património histórico do Estado
207	"Maré alta" só torna a tarefa do Turismo de Portugal ainda mais difícil"

número da lista inventário	caderno programático/programa/temática	autor (texto)
0	hotelaria/restauração	Raquel Relvas Neto
1	economia	Redação / STS
2	Notícias	Ana Carrilho
3	Notícias	Ana Carrilho
4	Artes/Património	(lusa)
5	Regiões	M.M
6	economia	Redação / ALM com Lusa
7	Cultura/ Notícias/ Sociedade	Manuel Leiria
8	regiões	M.M
9	economia	Margarida Fiúza
10	agenda	F.R
11	Advisor/política	n.d
12	economia	Redação/VC
13	n.d	Ana Carrilho

14	país/património	Diário Digital com Lusa
15	local/notícia	Camila Soldado
16	actualidade	MadreMedia com Lusa
17	Cultura/monumentos	Bruno Horta
18	Concessões/empresas	Dinheiro vivo/Lusa
19	Turismo/Empresas	Ana Margarida Pinheiro
20	Nacional/reabilitação	Carina Fonseca
21	economia	n.d
22	economia	(Lusa)
23	Turismo&Lazer	(Lusa)
24	País/notícias	Horácio Antunes - Antena 1
25	sociedade	n.d
26	n.d	n.d
27	Património	Regis Barbosa, Vítor Cóias
28	sociedade	n.d
29	notícia	n.d
30	País	n.d
31	Hotelaria	M.M
32	Portugal/Estado/Interior	DN/Lusa
33	Política	Helena Pereira
34	hotelaria	Raquel Relvas Neto
35	Política/PCP	(lusa)
36	Política/PCP	Camila Soldado
37	Programa Revive	(Partido Socialista)
38	Produtos & serviços	M.M
39	Notícias	n.d
40	Nacional/Monumentos	n.d
41	política	Filipe Santos Costa
42	Cultura/monumentos	Rita Ferreira
43	País	n.d
44	notícias	n.d
45	Portugal/Interior/Privados	(lusa)
46	País/Peniche	(lusa)
47	política	Bruno Simões Castanheira (colaborador)
48	cultura	Jorge Eusébio
49	Política	Francisco Gomes
50	Notícias	n.d
51	regional	n.d
52	regional	Jorge Eusébio
53	Opinião	Vitór Neto
54	Coimbra/Economia	n.d
55	Oe2017(orçamento de estado)/Artes	DN/Lusa
56	Hotelaria	Raquel Relvas Neto
57	regional	n.d
58	Ministério da Economia	(ministério da economia)
59	economia	Conceição Antunes
60	Hotelaria	F.R
61	Hotelaria	F.R
62	hotelaria/restauração	Patrícia Afonso

63	alojamento/bussiness	n.d
64	Advisor/política	n.d
65	sociedade	n.d
66	artes	Isaura Almeida
67	sociedade/política Nacional	redação
68	Turismo&Lazer	(Lusa)
69	Notícias	n.d
70	Artes/Património	Marina Marques
71	política	(Lusa)
72	Cultura-ipsilon	Inês Nadaís
73	Artes/Interior/Património	Mariana Pereira/ Marina Marques
74	Política/património	DN/Lusa
75	política	(Lusa)
76	País/Peniche	(lusa)
77	Advisor/política	n.d
78	construção	(construir)
79	economia	Ana Rute Silva
80	Madeira/património	(Lusa)
81	Advisor/política	Pedro Chenrim
82	ministério da Economia	Ministério da Economia
83	Cultura-ipsilon	(Lusa)
84	notícias	Ana Carrilho
85	Sociedade	JOSÉ ERNESTO CARTAXO (texto)
86	País	(lusa)
87	sociedade	Mariana Madrinha
88	actualidade/noticias	n.d
89	economia	(lusa)
90	hotelaria	M.M
91	Cultura-ipsilon	Lusa e Público
92	notícias	n.d
93	destinos	n.d
94	regiões/bloco 3	sofia-soares-carraca
95	Cultura-ipsilon	Isabel Salema
96	Cultura-ipsilon	Isabel Salema
97	Cultura-ipsilon	Isabel Salema
98	foto-galeria	n.d
99	notícias	n.d
100	empresas/turismo	Ana Margarida Pinheiro
101	Portugal/Património	Ana Margarida Pinheiro
102	Cultura/monumentos	Nuno André Martins
103	Cultura-ipsilon	Ana Rute Silva
104		
105	Cultura-ipsilon	Lucinda Canelas
106	economia	n.d
107	País/sociedade	C. Ferraz, P. M. Gomes, R. Magalhães
108	Empresas/turismo/ lazer	Sara Ribeiro
109	Portugal/actualidade	n.d
110	Portugal/actualidade	n.d
111	País	n.d
112	Cultura-ipsilon	(público)

113	Economia/concessões	Bruno Mourão
114	Regiões	M.M
115	Inimigo Público	Mário Botequilha
116	Turismo/Empresas	Ana Margarida Pinheiro
117	Notícias	José Paulo Silva
118	destinos	n.d
119	especial/interactivo/	Teresa Abecasis , Inês Rocha
120	País	Mariana Madrinha
121	últimas/notícias	n.d
122	Portugal/notícias	Mariana Madrinha
123	Portugal/Monumentos	(lusa)
124	n.d	Sílvia Agostinho
125	Cultura	Jorge Eusébio
126	Sociedade	Mariana Madrinha
127	rubrica «terra-a-terra»	Teresa Sá (CMV) / EeT
128	n.d	Maria Isabel Roque
129	Cultura	n.d
130	Turismo	n.d
131	n.d	Jorge A. Ferreira
132	Cultura	Artur Carvalho
133	Notícia	Ana Carrilho
134	Cultura-ipsilon/opinião	Maria Ramalho
135	Portugal em directo edição especial	Isabel Cunha?
136	Sociedade/Portugal/património	Cynthia de Benito
137	Produtos & serviços	J.L.E
138	Economia	Conceição Antunes
139	notícias	Ana Carrilho
140	Actual	n.d
141	País/notícias	Soraia Ramos
142	Artes/Interior/Património	(lusa)
143	Notícias/cultura	(n.d)
144	Notícias	n.d
145	Artes/Interior/Património	(lusa)
146	Cultura/Nacional	José Lagiosa
147	Notícias	Patrícia Pinto
148	Opinião/Cultura/património	Nuno Vassallo e Silva
149	actualidade/economia	Joana Loureiro
150	economia	(Lusa)
151	Economia	Vítor Rodrigues Oliveira
152	Opinião/	Pedro Machado
153	Destinos	M.M
154	hotelaria	M.M
155	Opinião	Bernardo Trindade
156	País/Peniche	(lusa)
157	construção	Ricardo Baptista
158	notícias	n.d
159	Produtos & serviços	F.R
160	Portugal/interior/imobiliário	manuel Carlos Freire
161	notícias	n.d
162	Sociedade/ turismo	José Pedro Pincha
163	País	n.d

164	Política/Notícia	São José Almeida
165	Hotelaria	n.d
166	Política	n.d
167	Empresas/ Imobiliário	n.d
168	Dinheiro/ Património	(dinheiro Vivo)
169	n.d	FYC // MLS
170	Política	Fernanda Pedro
171	Interior/ Defesa	Manuel Carlos Freire
172	Artes	Marina Marques
173	n.d	Gabriel Nunes
174	Cultura Ipsilon	Isabel Salema
175	País/Peniche	(lusa)
176	Sociedade/ Peniche	(lusa)
177	Artes/Património	Lina Santos
178	Artes/Património	Isabel Salema
179	n.d	n.d
180	economia	Conceição Antunes
181	Portugal/ Política	António Bilrero
182	Nacional/ Património	(lusa)
183	País	n.d
184	Actualidade	n.d
185	Actualidade	n.d
186	Nacional	(lusa)
187	Economia	(lusa)
188	Economia	Conceição Antunes
189	Hotelaria	F.R
190	hotelaria	n.d
191	em foco/	Luís Martins
192	economia	(lusa)
193	advisor/Entrevistas	Inês Gromicho e Pedro Chenrim
194	Governo/informação geral	n.d
195	dinheiro/ Porto	Ana Margarida Pinheiro
196	destinos	M.M
197	notícias	GCRP
198	Cultura Ipsilon	Lusa e Público
199	economia/Programa revive	(lusa)
200	Economia	(lusa)
201	Cultura-ipsilon/opinião	Maria Ramalho
202	Cultura-ipsilon/opinião	António guerreiro
203	Nacional	(lusa)
204	Sociedade	n.d
205	Economia	Joana Nunes Mateus
206	cultura/turismo	(lusa)
207	Economia	Andrea Pinto

número da lista inventário	autor (foto)	fonte/Media
0	n.d	publituris
1	Lusa	tvi24
2	d.r	Rádio Renascença/ Sapo
3	António Carrapato/Lusa	Rádio Renascença/ Sapo

4	António Carrapato/Lusa	Lusa/diário de notícias
5	n.d	turisver
6	Cláudia Lima da Costa	tvi24
7	n.d	Jornal Região de Leiria
8	n.d	turisver
9	CMCR	Expresso
10	n.d	turisver
11	n.d	ambitur
12	n.d	tvi24
13	n.d	Rádio Renascença/Sapo
14	n.d	Diário Digital
15	P. cunha/S. Azenha/R. Campos/R. C. Santos	Público
16		Sapo24
17	n.d	Observador
18	d.r/Paulo Spranger(Global Imagens)	Dinheiro Vivo
19	n.d	Dinheiro Vivo
20	Paulo Novais(lusa)	Jornal de Notícias
21	n.d	Notícias ao minuto
22	CARLOS LUIS M C DA CRUZ	Sic Notícias
23	Miguel Baltazar	Jornal de Negócios
24	Reuters	RTP/Antena 1
25	n.d	Roda Viva, Jornal de Arouca
26	n.d	Jornal Região de Leiria
27	Estudio2olhares.com	Revista Pedra&Cal
28	João Martinho63; Wiki Loves Monuments	Jornal Leiria Económica
29	d.r	Rádio Renascença/Sapo
30	n.d	Sic Notícias
31	n.d	turisver
32	Jorge Amaral/Global Imagens	diário de notícias
33	marcos borga	Expresso
34	n.d	publituris
35	Manuel Almeida (Lusa)	Observador
36	Bruno Simões Castanheira	Público
37	DR	partido Socialista
38	n.d	turisver
39	d.r	Rádio Renascença/Sapo
40	n.d	Jornal de Notícias
41	marcos borga	Expresso
42	Mário Caldeira/Lusa	Observador
43	n.d	Sic Notícias/jornal da noite
44	d.r	Rádio Renascença/Sapo
45	Jorge Amaral/Global Imagens	diário de notícias
46	JOSÉ SENA GOULÃO/LUSA	Observador
47	n.d	público
48	n.d	Jornal Algarve Marafado
49	n.d	jornal das Caldas da rainha
50	n.d	rádio Nova Antena

51	n.d	rádio campanário
52	n.d	Jornal Algarve Marafado
53	n.d	publitis
54	n.d	Notícias de Coimbra
55	Arquivo Global Imagens	diário de notícias
56	n.d	publitis
57	n.d	rádio campanário
58	n.d	Governo de Portugal
59	d.r	Expresso
60	n.d	turisver
61	n.d	turisver
62	n.d	publitis
63	n.d	ambitur
64	n.d	ambitur
65	marcos borga	Expresso
66	Rui Miguel Pedrosa / Global Imagens	Diário de Notícias
67	n.d	tribuna alentejo
68	Miguel Baltazar	Jornal de Negócios
69	d.r	Rádio Renascença/ Sapo
70	ANTÓNIO COTRIM/LUSA	diário de notícias
71	Mário Caldeira/Lusa	Observador
72	Daniel Rocha	público
73	RUI MIGUEL PEDROSA / GLOBAL IMAGENS	diário de notícias
74	Arquivo Global Imagens	diário de notícias
75	marcos borga	Expresso
76	Mário Caldeira/Lusa	Observador
77	n.d	ambitur
78	n.d	Construir
79	pedro cunha	público
80	n.d	diário de notícias
81	n.d	ambitur
82	n.d	Governo de Portugal
83	ENRIC VIVES-RUBIO	público/ipsilon
84	d.r	Rádio Renascença/ Sapo
85	ARQUIVO A CAPITAL / Marcos Borga	Expresso
86	n.d	Sic Notícias
87	n.d	Sol
88	n.d	PSD
89	antónio fazendeiro (global imagens)	TSF
90	n.d	turisver
91	Daniel Rocha	público
92	d.r	Rádio Renascença/ Sapo
93	n.d	publitis
94	n.d	turisver
95	Daniel Rocha	público
96	Alfredo Cunha	público
97		público
98	n.d	Jornal de Negócios
99	n.d	casa Sapo
100	n.d	Dinheiro Vivo
101	Arquivo Global Imagens	diário de notícias

102	Mário Caldeira/Lusa	Observador
103	d.r	público
104		Rádio Renascença/ Sapo
105	D. Rocha/B. S. Castanheira/A. Amaral	público
106	n.d	Sic Notícias
107	n.d	RTP/rtp notícias
108		Jornal de Negócios
109	n.d	Revista Visão
110	n.d	Revista Visão
111	n.d	sic Notícias/Primeiro Jornal
112	n.d	público
113	Global Imagens	Notícias ao minuto
114	n.d	turisver
115	n.d	Público
116	n.d	Dinheiro Vivo
117	n.d	Correio do Minho
118	n.d	publituris
119		Rádio Renascença/ Sapo
120	n.d	sapo/ Jornal I/ Iol
121	n.d	casa sapo
122	n.d	sapo/Jornal I (iol)
123	ARQUIVO/GLOBAL IMAGENS	diário de notícias
124	Valor Local	Valor Local
125	n.d	Algarve Marafado
126	Shutterstock	Sol
127	CMV/Google	Etc e Tal jornal
128	MIR	amusearte
129	n.d	CMS/ Jornal Rostos (diário digital)
130	n.d	O Algarve Económico
131	n.d	Jornal da Região: Oeiras nº110
132	Paulo Spranger/Global Imagens	TSF
133	Joana Bourgard/RR	Rádio Renascença/ Sapo
134	n.d	Público
135	n.d	RTP1/Antena1
136	EFE/Carlos García	Agência EFE
137	n.d	turisver
138	PAULO ALEXANDRINO	Expresso
139	DR	Rádio Renascença/ Sapo
140	município do Alandroal	Jornal linhas de Elvas
141	n.d	RTP/Sexta às 9
142	RUI MIGUEL PEDROSA/ GLOBAL IMAGENS	diário de notícias
143	n.d	RTP/ Jornal da Tarde
144	DR	Rádio Renascença/ Sapo
145	RUI MIGUEL PEDROSA/ GLOBAL IMAGENS	diário de notícias
146	n.d	Lusa / Jornal Beira News
147	RACAB	Rádio Castelo Branco
148	n.d	Diário de notícias

149	Tiago Miranda	Revista Visão
150	n.d	Lusa/RTP
151	Fernando Fontes / Global Imagens	TSF
152	n.d	ambitur
153	n.d	turisver
154	n.d	turisver
155	n.d	publituris
156	n.d	observador
157	n.d	Construir
158	n.d	Dinheiro Vivo/ Sapo Casa
159	n.d	turisver
160	PAULO NOVAIS/LUSA	diário de notícias
161	n.d	rádio Nova Antena
162		Público
163	n.d	sic Notícias/Primeiro Jornal
164	Rui Gaudêncio/ Margarida Basto/	público
165	n.d	publituris
166	marcos borge	Expresso
167	Miguel Baltazar	Jornal de Negócios
168	n.d	diário de notícias
169	n.d	Lusa/ Jornal Oeste digital
170	n.d	Jornal Económico
171	PAULO SPRANGER/GLOBAL IMAGENS	diário de notícias
172	GUSTAVO BOM/GLOBAL IMAGENS	diário de notícias
173	n.d	Rádio Portalegre
174	Daniel Rocha	público/ipsilon
175	Mário Caldeira/Lusa	Observador
176	Global Imagens	Lusa/TSF
177	HENRIQUES DA CUNHA / GLOBAL IMAGENS	Expresso
178	n.d	público/ipsilon
179	DR	Jornal Vale Mais
180	Renata Xavier	Expresso
181	Shutterstock	Jornal I/ lol
182	Paulo Cunha/lusa	Jornal de Notícias
183	n.d	Sic notícias/ jornal da Noite
184	n.d	Jornal O interior
185	n.d	Altitude FM rádio
186	n.d	diário de notícias
187	n.d	diário de notícias
188	DR	Expresso
189	n.d	turisver
190	n.d	publituris
191	n.d	Jornal Beira Interior
192	António Pedro Ferreira	Expresso
193	Raquel Wise	ambitur
194	n.d	sic Notícias/Primeiro Jornal
195	n.d	diário de notícias
196	n.d	turisver
197	n.d	Cm-Moura
198	DR	público/ipsilon

199	Leonardo Negrão/Global Imagens	Dinheiro Vivo
200	n.d	diário de notícias
201	n.d	Público
202	n.d	público
203	n.d	diário de Notícias
204	TSF	TSF
205	GONÇALO ROSA DA SILVA	expresso
206	Carlos Manique (lusa)	TSF
207	Global Imagens	Notícias ao minuto

número da lista inventário	Data	género jornalístico	imóvel
0	2016/04/05	notícia	
1	2016/04/05	notícia	
2	2016/04/06	notícia	
3	2016/08/03	notícia	Convento de S.Paulo de Elvas
4	2016/08/03	notícia	Convento de S.Paulo de Elvas
5	2016/08/25	notícia	Quinta do Paço de Valverde (Pólo da Mitra)
6	2016/08/26	notícia	Convento de S.Paulo de Elvas; Quinta do Paço de Valverde
7	2016/08/29	notícia	Pavilhões do parque D.Carlos I
8	2016/08/30	notícia	Quinta do Paço de Valverde
9	2016/09/03	notícia	
10	2016/09/27	notícia	Mosteiro de Santa-Clara-a-Nova
11	2016/09/28	notícia	
12	2016/09/28	notícia	
13	2016/09/28	notícia	
14	2016/09/28	notícia	n.d
15	2016/09/28	notícia	
16	2016/09/28	notícia	n.d
17	2016/09/28	notícia	
18	2016/09/28	notícia	
19	2016/09/28	notícia	
20	2016/09/28	notícia	
21	2016/09/28	notícia	
22	2016/09/28	notícia	
23	2016/09/28	notícia	n.d
24	2016/09/28	notícia	n.d
25	2016/09/28	notícia	Mosteiro de Arouca
26	2016/09/29	notícia	Pavilhões do parque D.Carlos I
27	2016/09/29	Entrevista/opinião	
28	2016/09/29	notícia	Fortaleza de Peniche/ Pavilhões D.Carlos I
29	2016/09/29	notícia	Fortaleza de Peniche
30	2016/09/29	notícia	Fortaleza de Peniche
31	2016/09/29	notícia	Convento de S.Paulo de Elvas
32	2016/09/29	notícia	Fortaleza de Peniche
33	2016/09/29	notícia	Fortaleza de peniche
34	2016/09/29	notícia	CONVENTO DE SÃO PAULO
35	2016/09/29	notícia	Fortaleza de Peniche
36	2016/09/29	notícia	Fortaleza de Peniche
37	2016/09/29	notícia	
38	2016/09/30	notícia	

39	2016/09/30	notícia	Fortaleza de Peniche
40	2016/09/30	notícia	Fortaleza de Peniche
41	2016/09/30	notícia	Fortaleza de Peniche
42	2016/09/30	notícia	Fortaleza de Peniche
43	2016/09/30	notícia/reportagem?	Fortaleza de Peniche
44	2016/10/01	notícia	Fortaleza de Peniche
45	2016/10/02	notícia	Fortaleza de Peniche
46	2016/10/02	notícia	Fortaleza de Peniche
47	2016/10/02	notícia	Fortaleza de Peniche
48	2016/10/03	notícia	Forte de S.Roque
49	2016/10/04	notícia	Fortaleza de Peniche/ Pavilhões D.Carlos I
50	2016/10/04	notícia	n.d
51	2016/10/09	notícia	Fortaleza de Juromenha
52	2016/10/10	notícia	forte de S.Roque
53	2016/10/10	opinião	n.d
54	2016/10/10	notícia	Mosteiro do Lórvão
55	2017/10/15	notícia	n.d
56	2017/10/19	notícia	n.d
57	2016/10/21	notícia/(reportagem?)	Fortaleza de Juromenha
58	2016/10/21	notícia	n.d
59	2016/10/23	notícia/síntese	Convento de S.Paulo de Elvas/
60	2016/10/23	notícia	Convento de S.Paulo de Elvas
61	2016/10/23	notícia	Convento de S.Paulo de Elvas
62	2016/10/24	notícia	Convento de S.Paulo de Elvas
63	2016/10/25	notícia	Convento de S.Paulo de Elvas
64	2016/10/26	notícia	n.d
65	2016/10/29	notícia	Fortaleza de Peniche
66	2016/10/30	notícia	Fortaleza de Peniche
67	2016/10/30	notícia(síntese)	convento de S.Francisco de Portalegre
68	2016/11/04	notícia	n.d
69	2016/11/10	notícia	Fortaleza de Peniche
70	2016/11/10	notícia	Fortaleza de Peniche
71	2016/11/10	notícia	Fortaleza de Peniche
72	2016/11/10	notícia	fortaleza de peniche
73	2016/11/11	notícia	Fortaleza de Peniche
74	2016/11/11	notícia	Fortaleza de Peniche
75	2016/11/11	notícia	Fortaleza de Peniche
76	2016/11/11	notícia	Fortaleza de Peniche
77	2016/11/11	notícia	Fortaleza de Peniche
78	2016/11/13	notícia	n.d
79	2016/11/18	notícia	n.d
80	2016/11/18	notícia	n.d
81	2016/11/18	notícia	n.d
82	2016/11/18	comunicado	n.d
83	2016/11/22	notícia	Fortaleza de Peniche
84	2016/11/22	notícia	Fortaleza de Peniche
85	2016/11/23	notícia	Fortaleza de Peniche
86	2016/11/23	notícia	Fortaleza de Peniche
87	2016/11/24	noticia	Fortaleza de Peniche
88	2016/11/25	noticia/comunicado	Fortaleza de Peniche
89	2016/11/25	notícia	Coudelaria de Alter do Chão
90	2016/11/25	notícia	Coudelaria de Alter do Chão

91	2016/12/05	notícia	Fortaleza de Peniche
92	2016/12/05	notícia	Fortaleza de Peniche
93	2016/12/09	Notícia	Quartel do Carmo (açores)
94	2016/12/09	notícia	Quartel do Carmo
95	2016/12/18	reportagem?	Fortaleza de Peniche
96	2016/12/18	notícia	Fortaleza de Peniche
97	2016/12/18	entrevista	Fortaleza de peniche
98	2016/12/26	notícia?	
99	2016/12/27	notícia	
100	2016/12/27	notícia	
101	2016/12/27	notícia	n.d
102	2016/12/27	notícia	Quartel da Graça/ Forte de São Pedro do Estoril
103	2016/12/27	notícia	
104	2016/12/27	notícia	forte do guincho; quartel da graça (lisboa)
105	2016/12/27	notícia	Santuário do cabo Espichel/ Castelo Vila Nova de Cerveira/ Mosteiro de São Fins de Friestas
106	2016/12/27	notícia	
107	2016/12/27	notícia/vídeo	Convento de Santa-Clara
108	2016/12/27	notícia	
109	2016/12/27	notícia	
110	2016/12/27	notícia?	
111	2016/12/27	notícia/vídeo	
112	2016/12/27	notícia	n.d
113	2016/12/27	notícia	n.d
114	2016/12/27	notícia(síntese)	n.d
115	2016/12/27	notícia/sátira	n.d
116	2016/12/27	notícia	
117	2016/12/28	notícia	
118	2016/12/28	notícia	
119	2016/12/28	notícia	
120	2016/12/28	notícia	
121	2016/12/28	notícia	
122	2016/12/29	notícia	Fortaleza de Peniche
123	2016/12/29	notícia	Fortaleza de Peniche
124	2016/12/30	notícia	Palácio das obras novas/ Palácio de Pina Manique
125	2016/12/30	notícia	Armazéns Pombalinos, Forte de São Roque, Forte do Rato
126	2016/12/31	Notícia	Santuário do Cabo Espichel
127	2017/01/01	notícia	Mosteiro de Santa Clara (vila do Conde)
128	2017/01/03	notícia	
129	2017/01/03	notícia	Santuário do cabo Espichel
130	2017/01/06	notícia	Forte do Rato, em Tavira, os Armazéns Pombalinos (Vila do Bispo) e o Forte de São Roque (Lagos)
131	2017/01/11	notícia	Paço de Caxias
132	2017/01/12	entrevista	n.d
133	2017/01/18	notícia	
134	2017/01/19	opinião	n.d
135	2017/01/20	reportagem/debate	Fortaleza de Peniche
136	2017/01/21	notícia	n.d
137	2017/01/22	notícia	
138	2017/01/24	notícia	n.d
139	2017/01/24	notícia	
140	2017/01/25	notícia	Fortaleza de Juromenha
141	2017/01/27	reportagem	

142	2017/01/27	notícia	Fortaleza de peniche
143	2017/01/31	notícia	Fortaleza de Peniche
144	2017/01/31	notícia	Fortaleza de Peniche
145	2017/01/31	notícia	Fortaleza de Peniche
146	2017/02/02	notícia	Casa de marrocos (idanha-a-velha)
147	2017/02/03	notícia	Casa de marrocos (idanha-a-velha)
148	2017/02/03	opinião	n.d
149	2017/02/04	entrevista	n.d
150	2017/02/07	notícia	n.d
151	2017/02/07	notícia	n.d
152	2017/02/07	opinião	n.d
153	2017/02/08	notícia	n.d
154	2017/02/10	notícia	Pavilhões do parque D.Carlos I
155	2017/02/17	opinião	n.d
156	2017/02/20	notícia	Fortaleza de Peniche
157	2017/02/23	notícia	Pavilhões do parque D.Carlos I
158	2017/02/23	notícia	Pavilhões do parque D.Carlos I
159	2017/02/23	notícia	Pavilhões do parque D.Carlos I
160	2017/02/27	notícia	Convento de Santa-Clara (coimbra)
161	2017/03/03	notícia	Quinta do Paço de Valverde
162	2017/03/04	notícia	n.d
163	2017/03/07	notícia	Convento de Santa Clara (Vila do Conde)
164	2017/04/04	notícia	
165	2017/04/04	notícia	Mosteiro de Santa-Clara-a-Nova (Coimbra); quartel da Graça (Lisboa)
166	2017/04/04	notícia	Fortaleza de Peniche
167	2017/04/05	notícia	n.d
168	2017/04/05	notícia	n.d
169	2017/04/05	notícia	Fortaleza de Peniche
170	2017/04/08	notícia	Fortaleza de Peniche
171	2017/04/12	notícia	
172	2017/04/15	entrevista	n.d
173	2017/04/17	notícia	Convento de São Francisco (Portalegre)
174	2017/04/17	notícia	Fortaleza de Peniche
175	2017/04/17	Notícia	Fortaleza de Peniche
176	2017/04/17	notícia	Fortaleza de Peniche
177	2017/04/17	notícia	Fortaleza de Peniche
178	2017/04/18	notícia	Fortaleza de Peniche
179	2017/04/19	reportagem	Convento de Sanfins de Friestas (Valença); Castelo de Vila (Nova de Cerveira); Forte da Insua (Caminha)
180	2017/04/23	notícia	n.d
181	2017/04/27	notícia	Fortaleza de Peniche
182	2017/04/27	notícia	Fortaleza de Peniche
183	2017/04/27	Notícia	Fortaleza de Peniche
184	2017/04/27	notícia	Hotel turismo da Guarda
185	2017/04/27	notícia	Hotel turismo da Guarda
186	2017/04/27	notícia	Hotel turismo da Guarda
187	2017/04/28	notícia	Hotel turismo da Guarda
188	2017/04/28	notícia	Hotel turismo da Guarda
189	2017/04/28	notícia	Hotel turismo da Guarda
190	2017/04/28	notícia	Hotel turismo da Guarda
191	2017/05/04	notícia	Hotel turismo da Guarda
192	2017-04-31	notícia	n.d

193	2017/05/02	entrevista	n.d
194	2017/05/07	notícia	Hotel turismo da Guarda
195	2017/05/19	notícia	n.d
196	2017/06/01	notícia	n.d
197	2017/06/08	comunicado	Convento do Carmo (Moura)
198	2017/06/12	notícia	Convento do Carmo (Moura)
199	2017/06/12	notícia	Convento do Carmo (Moura)
200	2017/06/12	notícia	Convento do Carmo (Moura)
201	2017/06/14	opinião	n.d
202	2017/06/16	opinião	n.d
203	2017/06/26	notícia	Pavilhões do parque D.Carlos I
204	2017/06/27	notícia	Convento de São Paulo (Elvas); Pavilhões do Parque (Caldas da Rainha)
205	2017/07/02	notícia	n.d
206	2017/07/14	notícia	n.d
207	2017/07/14	notícia/entrevista	n.d

número da lista inventário	observação/INDICADOR ES	link url
0	Ministro da Cultura reconhece a controvérsia deste programa /notícia do futuro "programa Revive" ainda de nome "programa de valorização do património".	http://www.publituris.pt/2016/04/05/governo-vai-disponibilizar-patrimonio-publico-para-investimento-hoteleiro/
1		http://www.tvi24.iol.pt/economia/ministro-da-economia/governo-lanca-concurso-para-investimento-hoteleiro-em-30-imoveis-publicos
2	Anúncio do ministro da economia, Manuel Caldeira Cabral de uma lista de 30 monumentos para concessão a privados	http://rr.sapo.pt/noticia/51067/turismo_governo_quer_concessionar_patrimonio_ao_abandono
3	O Governo está a contar com 150 milhões de euros de investimento privado na recuperação de 30 edifícios públicos degradados, incluídos no programa "Valorização do Património", com fins turísticos.	http://rr.sapo.pt/noticia/60544/governo_conta_com_150_milhoes_de_privados_na_recuperacao_de_edificios_publicos
4	ministro da economia, Pedro Caldeira Cabral, refere investimento no futuro "programa revive". 1º imóvel Convento de S.Paulo de Elvas	http://www.dn.pt/artes/interior/governo-espera-investimento-de-150me-no-programa-valorizacao-do-patrimonio-5319993.html
5	investimento e gestão privado no património público / comercialização/ valor comercial vs valor de troca / conservação e restauro (autenticidade) vs (re-utilização/adaptação) / património = objecto turístico/ fundamento turístico	http://www.turisver.com/alentejo-frente-no-programa-valorizacao-do-patrimonio-fins-turisticos/
6	Concursos públicos de dez dos 30 imóveis públicos degradados a concessionar a privados, para projetos turísticos	http://www.tvi24.iol.pt/economia/imoveis-publicos-degradados/concurso-para-concessionar-imoveis-degradados-lancando-este-ano

7	acordo de concessão que irá ser assinado no dia 31 de agosto	https://www.regiaodeleiria.pt/2016/08/pavilhoes-do-parque-de-caldas-da-rainha-vaos-ser-recuperados/
8	segundo imóvel da lista de 30 monumentos a integrar o programa de "valorização do património"	http://www.turisver.com/alentejo-frente-no-programa-valorizacao-do-patrimonio-fins-turisticos/
9	notícia sobre o assinar do protocolo do programa e sobre o processo de candidaturas	http://expresso.sapo.pt/economia/2016-09-03-Do-abandono-a-requalificacao
10	divulgação da apresentação pública do programa Revive no Mosteiro de Santa Clara a Nova em Coimbra	http://www.turisver.com/governo-apresenta-novos-edificios-programa-revive/
11	degradação do património (desinvestimento público) / património enquanto objecto de consumo turístico	http://www.ambitur.pt/governo-concessiona-30-edificios-historicos/
12	divulgação dos primeiros 10 monumentos e a abrangência do programa e dos seus intervenientes	http://www.tvi24.iol.pt/economia/concessao/governo-concessiona-30-edificios-historicos
13	lista de edifícios históricos que o Governo decidiu concessionar a privados, com vista à sua reabilitação para fins turísticos	http://rr.sapo.pt/noticia/64718/turismo_dez_novos_edificios_historicos_a_ser_explorados_por_privados
14	Manuel Caldeira Cabral, defende o programa revive e o processo de privatização, pois considera como elemento fundamental para o desenvolvimento turístico e a sustentabilidade do património cultural, dando assim oportunidade a estrangeiros e portugueses de usufruir do património Cultural	http://diariodigital.sapo.pt/news.asp?id_news=844053
15	Sem utilização e a precisar de obras, 30 edifícios do Estado vão ter intervenção e gestão de privados. Programa Revive quer transformar património em ruínas em unidades turísticas.	https://www.publico.pt/2016/09/28/local/noticia/monumentos-degradados-vaos-ser-concessionados-para-serem-recuperados-para-turismo-1745453
16	cópia da notícia anterior cujo link não se encontra em funcionamento	http://24.sapo.pt/atualidade/artigos/portugal-nao-pode-desbaratar-o-seu-patrimonio-historico-diz-caldeira-cabral
17	Observador divulga lista dos primeiros 12 monumentos. Executivo quer transformar património em "ativo económico" e financia até 150 milhões de euros.	http://observador.pt/2016/09/28/governo-abre-a-privados-30-monumentos-historicos-incluindo-forte-de-peniche/
18	O Revive — projeto conjunto dos ministérios da Economia, da Cultura e das Finanças — apresentado hoje no Convento São Francisco, em Coimbra, abre o património ao investimento privado para desenvolvimento de projetos turísticos, através da criação de uma bolsa	https://www.dinheirovivo.pt/empresas/edificios-historicos-serao-concessionados-privados/

	de 30 edifícios históricos, a serem concessionados, por concurso público, a investidores nacionais e estrangeiros	
19	Programa Revive arranca hoje com os primeiros 12 edifícios que serão transformados em projetos turísticos; localizam-se em zonas diferentes do País, perseguindo o propósito de descentralizar o turismo em Portugal, retirando-o do Litoral e distribuindo-o por todo o território.	https://www.dinheirovivo.pt/empresas/governo-espera-150-milhoes-com-concessao-de-patrimonio-em-ruinas/sthash.yHKkS8hk.dpuf
20	contexto do programa e primeira listagem dos edifícios e monumentos (12 imóveis)	http://www.jn.pt/nacional/interior/edificios-historicos-ao-abandono-ganham-nova-vida-5414386.html#ixzz4VwWt4Ea3
21	notícia a partir da fonte Lusa adianta: Ana Mendes Godinho fala sobre o lançamento do programa revive em Coimbra/ listagem dos primeiros 12 monumentos	https://www.noticiasao minuto.com/economia/661004/concessao-de-monumentos-a-privados-e-tarefa-exigente-mas-aliciante
22	notícia a partir da fonte Lusa adianta: contexto do programa revive enquanto fruto de três ministérios: economia; cultura e finanças	http://sicnoticias.sapo.pt/economia/2016-09-28-Governo-concessiona-30-edificios-historicos-e-espera-150-M-de-investimento-privado
23	notícia a partir de fonte Lusa: repetição da notícia do Jornal "notícias ao minuto" de 2016-09-28	http://www.jornaldenegocios.pt/empresas/turismo---lazer/detalhe/governo_concessao_de_monumentos_a_privados_e_tarefa_exigente_mas_aliciante
24	Manuel Caldeira Cabral em breve comentário à antena 1 sobre o programa revive e das valorização do património cultural através da utilização turística	http://www.rtp.pt/noticias/pais/edificios-historicos-vao-ser-reabilitados-para-fins-turisticos_a950284
25	notícia sobre a intervenção do Bloco de esquerda e do seu comunicado sobre a privatização do Mosteiro de Arouca no programa revive	http://rodaviva.pt/index.php/template-features/votres.php?action=noticias&seccao=1&id=3692
26	intervenção nos pavilhões do Parque D.Carlos I no âmbito do programa Revive	http://www.regiaodeleiria.pt/blog/2016/08/29/pavilhoes-do-parque-de-caldas-da-rainha-vao-ser-recuperados/
27		http://www.gecorpa.pt/Upload/Revistas/Rev60_Pag10.pdf
28	Forte de Peniche e Pavilhões D.Carlos no âmbito do programa revive	http://www.leiriaeconomica.com/2016/09/dois-edificios-historicos-do-distrito-vao-ser-reabilitados-no-ambito-do-programa/
29	mercantilização do património (oposição entre diferentes partidos políticos sobre o significado do património)	http://rr.sapo.pt/noticia/64871/pcp_contra_concessao_de_fortaleza_de_peniche_a_privados
30	Video onde se destaca a posição do PCP em relação ao processo de privatização da fortaleza de peniche	http://sicnoticias.sapo.pt/pais/2016-09-29-PCP-contra-a-concessao-de-imoveis-historicos-a-privados
31	Câmara municipal (local) aceita o investimento	http://www.turisver.com/grupo-vila-gale-vai-construir-hotel-no-convento-sao-paulo-elvas/

	privado do grupo vila galé que procura reforçar a presença dos seus investimentos pelo interior do país. (descentralizar a oferta)	
32	confronto entre memória Histórica (do PCP) e da necessidade de uso por parte da Autarquia e do Governo (eleito pelo PCP). PCP Exige que tal não aconteça em peniche e no resto do país. Um partido político pode ter força contra o governo? (obs)	http://www.dn.pt/portugal/interior/pcp-contrata-entrega-do-forte-de-peniche-a-privados-5416135.html
33	PCP assume posição contra a privatização da Fortaleza de Peniche por não corresponder aos interesses que ali estão estabelecidos e à memória da resistência anti-fascista.	http://expresso.sapo.pt/politica/2016-09-29-Forte-de-Peniche-PCP-acusa-Governo-de-desprezar-luta-antifascista
34	Vila galé apresenta-se como interessado no investimento no imóvel/ apesar da iniciativa, não surgem investidores (obs)	http://www.publituris.pt/2016/09/29/vila-gale-interesse-na-gestao-futuro-hotel-no-convento-sao-paulo/
35	Confronto entre o PCP e o PS, apesar de os dois fazerem parte do mesmo governo. Alienação da fruição pública através da entrada de privados na gestão dos monumentos. Divergências e diversidade de simbolismo em relação ao monumento.	http://observador.pt/2016/09/29/pcp-quer-suspender-os-concursos-de-concessao-de-imoveis-historicos-a-privados/
36	PCP apela a um discurso sobre o imóvel mais "Monumental" ou Global sobre um imóvel local que tem preponderância na memória a "nível" nacional	https://www.publico.pt/2016/09/29/local/noticia/pcp-considera-concessao-de-monumentos-a-privados-inaceitavel-1745627
37	ministro da economia, pedro Caldeira Cabral sobre o programa revive. a notícia reporta para o programa e não para uma tomada de posição do PS	http://www.accaosocialista.pt/?edicao=393#/reabilitar-e-valorizar-o-patrimonio-historico-e-cultural
38	notícia que divulga 12 monumentos, e o âmbito do programa, que inclui a utilização de crédito público para financiar os projectos privados.	http://www.turisver.com/ja-sao-conhecidos-os-primeiros-12-projectos-do-programa-revive/
39	Turismo mantém a posição que é possível conciliar interesses públicos e privados no espaço (obs)	http://rr.sapo.pt/noticia/64998/regiao_de_turismo_do_centro_acredita_que_fortaleza_de_peniche_vai_manter_a_memoria_viva
40	a reutilização do monumento já é algo em debate desde 2005. necessidade e reconhecimento da reutilização vs conservadorismo ideológico partidário	http://www.jn.pt/nacional/interior/hotel-privado-na-fortaleza-de-peniche-gera-polemica-5417267.html
41	confronto ideológico dentro do PCP em relação à fortaleza de peniche.	http://expresso.sapo.pt/politica/2016-09-30-Forte-de-Peniche-projeto-que-PCP-considera-inaceitavel.-e-de-autarca-do-PCP-1

42	realização de uma petição pública onde subscrevem algumas figuras públicas para reforçar a posição do PCP em relação à "privatização". Diferenças irreconciliáveis face ao papel histórico do espaço e as necessidades actuais, principalmente quando entregues a uma gestão Privada do espaço público	http://observador.pt/2016/09/30/forte-de-peniche-ja-ha-uma-peticao-contra-entrega-a-privados/
43	confronto entre a memória do PCP e a necessidade de uso, tanto pela "comunidade local" como pelo Governo que autorizou a concessão do forte. confronto intra-partidário(obs)/O presidente da Câmara de Peniche, que é comunista, defende a concessão de espaços históricos a privados que o PCP condena. Sobretudo, a do forte de Peniche, pelo seu valor na história da luta contra o fascismo.	http://sicnoticias.sapo.pt/pais/2016-09-30-Camara-de-Peniche-defende-concessao-de-espacos-historicos-a-privados
44	Manuel Alegre, membro do PS em apoio ao PCP em relação à "privatização da Fortaleza". Contradição entre a posição do PCP que é contra, e a favorável a exploração por parte dos privados do PS.	http://rr.sapo.pt/noticia/65015/alegre_ao_lado_do_pcp_contra_a_entrega_do_forte_de_peniche
45	divisões entre os que estão a favor e contra a privatização/ a reutilização do espaço/ divisão ideológica partidária/ divisão entre a população local/ Nivel Nacional entre relação ao monumento. (obs) /as estruturas locais do PCP, PS e PSD são favoráveis à concessão daquele Forte para fins turísticos	http://www.dn.pt/portugal/interior/resistentes-antifascismo-contra-concessao-do-forte-de-peniche-5420262.html
46	estruturas locais favoráveis à concessão (PCP (CDU); PSD; PS / preservação da memória local (importância histórica e cultural ligada ao PCP) /	http://observador.pt/2016/10/02/resistentes-antifascismo-contra-concessao-do-forte-de-peniche-simbolo-da-resistencia/
47	notícia a partir de fonte Lusa: URAP e PCP contra a privatização	https://www.publico.pt/2016/10/02/politica/noticia/resistentes-antifascismo-contra-concessao-do-forte-de-peniche-1745886
48	não refere o que o monumento representa em âmbito local/nacional. Apenas refere o programa revive enquanto catalizador de iniciativa privada para o turismo. Refere ainda que o PCP está contra a iniciativa apesar de fazer parte do governo	http://www.algarvemarafado.com/2016/10/03/monumento-algarvio-na-lista-dos-que-passam-para-maos-privadas/
49	notícia de jornal local: dois monumentos integram o programa revive.	http://jornaldascaldas.com/JournalNews/Journalnewsdetail.aspx?news=749bf910-fba8-4e73-8ead-25af9f4c9dcf&q=pol%C3%A9mica

50	o programa revive enquanto catalizador de investimento privado para criar riqueza económica	http://radionovaantena.com/2016/10/04/programa-revive-restaura-30-edificios-publicos/
51	fortaleza de Juromenha integra lista do programa revive	http://www.radiocampanario.com/ultimas/regional/alandroal-fortaleza-de-juromenha-integra-programa-revive-e-vai-ser-concessionada-a-privados
52	Importância histórica local; alternância entre uma gestão local/ gestão pela organização central (séc XIX) (centralização/descentralização). A autarquia procura desde a 2 anos a utilização do espaço para fins museológicos ou centro de actividades (iniciativa local). Não está referido elementos contra o processo de privatização do espaço	http://www.algarvemarafado.com/2016/10/10/camara-de-lagos-vai-analisar-a-concessao-a-privados-do-forte-da-meia-praia/
53	Ítor Neto, Empresário e Gestor, presidente do NERA, Associação Empresarial da Região do Algarve, numa opinião sobre o turismo em Portugal, refere que a iniciativa do programa revive necessita de coerência para poder ser bem sucedido (necessidades imediatas vs necessidades sustentáveis a longo prazo/ homogeneidade da oferta em todo o país vs ter noção das realidades específicas de cada sítio). é no entanto visto como um elemento positivo em relação ao desenvolvimento turístico numa altura que Portugal está em altas.	http://www.publituris.pt/2016/10/10/turismo-exige-bom-senso/
54	destatização (estado vende património para privados); património como um activo económico (local e nacional) / património enquanto recurso turístico	https://www.noticiasdecoimbra.pt/governo-despacha-mosteiro-do-lorvao/
55	notícia sobre os aumentos de orçamento para os diversos órgãos do ministério da Cultura. Aumento do investimento no património cultural através do programa Portugal2020 e programa revive como elemento chave das medidas de valorização do património cultural	http://www.dn.pt/artes/interior/mais-dinheiro-para-a-cultura-5443884.html
56	Frederico Costa, Administrador das Pousadas de Portugal (grupo Pestana), sobre o crescimento do turismo e do investimento privado em unidades hoteleiras. Transformações dos espaços requer um mínimo de quartos para	http://www.publituris.pt/2016/10/19/pousadas-portugal-objectivo-crescer-nos-proximos-tres-anos/

	poder ser rentavel ou até para se considerar a utilização (re-utilização do Património/ possíveis danos e compromisso do espirito de lugar dos monumentos)	
57	declarações áudio do ministro da economia Manuel Caldeira Cabral sobre o investimento privado na fortaleza de juomenha	http://www.radiocampanario.com/ultimas/regional/fortaleza-de-juomenha-esta-a-ser-alvo-de-estudo-para-um-projeto-turistico-consistente-diz-ministro-da-economia-c-som
58	declarações do ministro da economia Manuel Caldeira Cabral sobre o programa revive	http://www.portugal.gov.pt/pt/ministerios/meco/noticias/20161021-meco-patrimonio.aspx
59	O grupo vila galé/pestana/hoti/sana abertos ao investimento no programa revive	http://expresso.sapo.pt/economia/2016-10-23-Hoteleiros-de-olho-nas-concessoes-de-patrimonio
60	Câmara municipal (local) quer investimento no monumento, já que está é uma zona de presença turística (necessidade imediata). É também uma mais valia "ser aproveitado e ser aberto a todos, turistas e população local, que dele vão poder usufruir"	http://www.turisver.com/reconversao-do-convento-s-paulo-motivo-diferenciacao-orgulho/
61	"o projecto contempla 64 quartos, dois restaurantes com oferta gastronómica diferenciadora, bar e adega, biblioteca, piscina exterior e jardim de Inverno, spa da marca Satsanga com piscina interior e um grande salão de eventos. Fonte de inspiração para o novo hotel são as fortificações portuguesas espalhadas pelo mundo. Um tema que não surpreende se tivermos em conta que Elvas é uma cidade-quartel e que as suas fortificações foram classificadas como património mundial em 2012. ("falsificação da autenticidade") / descentralização da oferta turística /monopolização pela parte empresarial	http://www.turisver.com/abertura-2018-vila-gale-investe-5me-hotel-no-centro-elvas/
62	A destatização e descentralização dos serviços turísticos e a utilização do património enquanto recurso activo. Jorge Rebelo de Almeida, presidente do grupo hoteleiro, afirmou que as empresas que "estão bem na vida, como é o nosso caso", têm a "obrigação de fazer coisas pelo Turismo". (o Programa Revive, uma iniciativa conjunta com os Ministérios da Cultura, Finanças e Defesa.)	http://www.publituris.pt/2016/10/24/247011/

63	Património=turismo/ investimento privado= serviço público.	http://www.ambitur.pt/elvas-vai-ter-um-novo-hotel-vila-gale-fotogaleria/
64	descentralização da oferta/ fiscalização por parte das tutelas do património./ patrimonialização e conservação/ Património=rentabilidade?	http://www.ambitur.pt/nao-podemos-deixar-o-patrimonio-degradar-se/#sthash.i0I78Dia.dpuf
65	o conflito entre governo e manifestantes contra a privatização da fortaleza de peniche chega ao fim. Manifestantes querem agora melhoria de condições e aproveitamento do espaço para consagrar a memória da resistência anti-fascista	http://expresso.sapo.pt/sociedade/2016-10-29-Emocao-e-lagrimas-contra-a-concessao-de-forte-de-Peniche-a-privados
66	diversas memórias na fortaleza, sendo a mais significativa para um grupo específico que viveu o contexto da repressão. Actualmente é local de algumas actividades recreativas.	http://www.dn.pt/artes/interior/na-fortaleza-que-ja-foi-prisao-as-celas-deram-lugar-a-museus-e-atelies-5470655.html
67	abandono pela tutela (m.defesa), Apoio da iniciativa pela "autoridade" local.	http://www.tribunaalentejo.pt/artigos/deputados-querem-convento-recuperado
68	Notícia a partir de fonte Lusa: Deputada do Bloco de Esquerda, Catarina Martins reivindica fim das concessões do programa Revive	http://www.jornaldenegocios.pt/empresas/turismo---lazer/detalhe/bloco-quer-suspender-concessao-de-patrimoniopara-o-turismo
69	confronto entre Partidos e Governo (geringonça) / partidos políticos que detem as decisões do estado. / preservar a memória colectiva (de um determinado grupo) / investimento público e gestão pública do património (oe2017)/ contribuições públicas para manter um espaço cuja memória é do PCP (vitória moral e física pelo investimento)	http://rr.sapo.pt/noticia/68201/forte_de_peniche_ja_nao_vai_ser_concessionado_a_privados
70	anúncio do ministro da cultura, Luís Castro Mendes na assembleia sobre a retirada da fortaleza de Peniche da lista de concessões	http://www.dn.pt/artes/interior/forte-de-peniche-retirado-do-programa-revive-5490988.html
71	Câmara de Peniche(CDU)– estruturas locais do PCP, PS e PSD favoráveis à concessão daquele Forte para fins turísticos, desde que ficasse salvaguardada a sua preservação e que o museu da ex-prisão política continuasse aberto.	http://observador.pt/2016/11/10/governo-desiste-de-concessionar-o-forte-de-peniche-a-privados/
72	investimento público no património público (oe)/ conservação e restauro (musealização e	https://www.publico.pt/2016/11/10/culturaipsilon/noticia/uma-tarde-a-tentar-provar-que-o-orcamento-para-a-cultura-nao-e-uma-enorme-desilusao-1750729

	patrimonialização da memória local)	
73	Presidente da Câmara de Peniche, José António Correia diz não ter sido consultado na retirada do monumento (gestão local e falta de investimento do estado e da tutela do património), investimento privado para suprimir necessidades locais. (obs)	http://www.dn.pt/artes/interior/governo-recua-na-fortaleza-de-peniche-camara-opoe-se-5492017.html
74	PCP, PS e PSD exigem que o governo invista na recuperação do fortaleza de peniche	http://www.dn.pt/portugal/interior/peniche-exige-investimento-do-governo-na-reabilitacao-da-fortaleza-5493590.html
75	PCP propõe intervenção do governo na recuperação de peniche e que esse valor deve integrar o orçamento de estado para 2017	http://expresso.sapo.pt/politica/2016-11-11-PCP-congratula-se-com-recuo-do-Governo-no-Forte-de-Peniche
76	conflitos entre gestão pública (se quem gere é a autarquia/tutela) / conflito político (PCP, BE, URAP vs PSD (local), PS (local), PCP (local) sobre a utilização do espaço / utilização do património para a comunidade (divergência entre o espaço hotel ou espaço musealizado) / financiamento público do património	http://observador.pt/2016/11/11/camara-de-peniche-quer-ser-ouvida-em-futuras-solucoes-para-fortaleza/
77	conflitos entre gestão pública (se quem gere é a autarquia/tutela) / conflito político (PCP, BE, URAP vs PSD (local), PS (local), PCP (local) sobre a utilização do espaço / utilização do património para a comunidade (divergência entre o espaço hotel ou espaço musealizado) / financiamento público do património ""qualquer solução que vá para além do programa Revive tem de garantir a história local e da resistência e tem de ser acompanhada do respetivo envelope financeiro". "	http://www.ambitur.pt/forte-de-peniche-retirado-do-revive-e-camara-quer-ser-ouvida/
78	Orçamento de estado 2017; confronto entre a memória local/grupo vs utilização privada/ necessidade de uso local/ governo vs partidos / negligência do património por parte da tutela pública / recuperação por parte de privados	http://www.construir.pt/2016/11/13/governo-retira-fortaleza-de-peniche-da-lista-do-programa-revive/
79	o programa revive enquanto elemento de valorização do património cultural vai ser divulgado num roadshow para atrair investidores estrangeiros	https://www.publico.pt/2016/11/18/economia/noticia/governo-quer-cativar-estrangeiros-para-explorarem-monumentos-publicos-1751657
80	fonte Lusa divulga a entrada da região	http://www.dn.pt/madeira/governo-nacional-inclui-madeira-no-programa-de-imoveis-a-entregar-a-privados-CM439217

	autónoma da Madeira no programa revive/ descentralização (criação de outra zona turística)	
81	património enquanto utilização turística (problemas dedicados a conservação e restauro)/ descentralização da oferta turística /	http://www.ambitur.pt/roadshow-internacional-pretende-que-revive-capte-investimento-estrangeiro/
82	descentralização (alargamento do programa revive para a Madeira e Açores)	http://www.portugal.gov.pt/pt/ministerios/meco/noticias/20161118-set-turismo.aspx
83	Gestão pública com intervenção económica do estado/ confronto ideológico entre valor simbólico/ musealização/ patrimonialização de uma memória de um grupo específico (obs). debate sobre a entrada da intervenção no forte de peniche no orçamento de estado	https://www.publico.pt/2016/11/22/culturaipilon/noticia/governo-remete-reabilitacao-da-fortaleza-de-peniche-para-assembleia-da-republica-1752193
84	Oe2017; confronto ideológico do valor simbólico/ confronto entre partidos - governo / preservação; reabilitação e gestão pública do património / uso turístico / necessidades imediatas vs longo prazo (sustentabilidade) /descentralização vs centralização (obs).	http://rr.sapo.pt/noticia/69198/reabilitacao_da_fortaleza_de_peniche_decidida_pela_assembleia_da_republica
85	memória histórica (grupo específico) vs utilização de edifício histórico. /confronto ideológico partidos vs Governo / descentralização vs centralização /musealização e patrimonialização / comodificação e transformação do valor simbólico em valor económico (turismo)	http://expresso.sapo.pt/sociedade/2016-11-23-O-Forte-de-Peniche-por-um-ex-presopolitico
86	descentralização vs centralização (gestão local vs gestão central)/ gestão pública do património (local vs nacional investimento público)); Oe2017; património e identidade local vs património como activo económico (quem detem) / memória nacional (monumento simbolo) vs memória local (grupo partido politico) /utilização pública (fruição) vs utilização privada (comercialização)	http://sicnoticias.sapo.pt/pais/2016-11-23-Peticao-contra-retirada-do-Forte-de-Peniche-do-programa-Revive-com-um-milhar-de-assinaturas
87	após a retirada do forte de peniche da lista de concessões, quais as alternativas em debate	http://sol.sapo.pt/artigo/535510/forte-de-peniche-uma-prisao-no-passado-uma-incognita-no-futuro-
88	video na assembleia da república sobre o futuro da fortaleza de peniche.	http://www.gppsd.pt/news_v.asp?id=5335

	Deputado pedro pimpão esclarece posição do psd	
89	imovel privado do estado para concessão/ investimento privado para acabar com as dividas ao estado/ gestão e investimento privado no património público/ património enquanto objecto turístico / diversidade de tutelas no mesmo espaço	http://www.tsf.pt/economia/interior/coudelaria-de-alter-do-chao-vai-acolher-um-hotel-para-potenciar-turismo---governo-caudio-5517392.html
90	gestão privada de património privado do Estado; utilização pública vs utilização privada (comercial) ; património = economia ; descentralização (turística) / património = turismo; recuperação privada do patrimonial nacional (estado)	http://www.turisver.com/coudelaria-alter-do-chao-vai-ter-hotel/
91	governo propõe a câmara de Peniche que a DGPC efectue um diagnóstico na fortaleza de peniche até janeiro de 2017	https://www.publico.pt/2016/12/05/culturaipilon/noticia/direccao-geral-do-patrimonio-vai-fazer-diagnostico-da-fortaleza-de-peniche-1753735
92	Oe2017; gestão pública (decisão comunitária /local) e investimento do estado no património; tutela de decisão do património (nível comunitário/local); descentralização vs centralização (financiamento); turismo (economia); confronto partidário (esq vs dir) e vs Governo (obs). O governo não atribuiu verbas do oe2017 para a recuperação e conservação	http://rr.sapo.pt/noticia/70223/governo_manda_avaliar_estado_de_conservacao_da_fortaleza_de_peniche
93	descentralização (oferta turística e gestão privada do património público)	https://www.publitis.pt/2016/12/09/quartel-do-carmo-nos-aco-es-integra-revive/
94	desafetação do monumento (abandono); tutela do património público; memória colectiva; re-utilização (obs). governo assina entrada do quartel do Carmo (horta, Açores) na lista de concessões do programa revive	https://www.turisver.com/quartel-do-carmo-integra-programa-revive/
95	confronto entre identidade local e identidade nacional/ Musealização/ patrimonialização/ utilização cultural vs utilização económica/ turismo (pressão nacional vs realidade local)/ necessidades locais pelo investimento privado vs decisões políticas/ confronto partidário vs governo / divergências da memória (gerações mais velhas vs mais novas)/ património enquanto	https://www.publico.pt/2016/12/18/culturaipilon/noticia/quem-quer-passar-a-noite-numa-prisao-da-pide-1755140

	projecto político (geringonça) (obs) .	
96	memória histórica (grupo específico com memória ideológica); identidade nacional; investimento privado; investimento público (memória local de uma memória Nacional (repressão estado novo); património enquanto projecto político vs património enquanto objecto de democratização	https://www.publico.pt/2016/12/18/culturaipsilon/noticia/nao-se-pode-dessacralizar-levianamente-como-na-antonio-maria-cardoso-1755124
97	gestão cultural (projectos de recuperação do património); valor do património (simbólico); re-conversão do património (descontextualização; fachadismo; apagamento da memória); abandono do património (Tutelar); direito à ruína (património = activo económico vs valor ruína); gestão pública vs gestão privada; turismo = economia nacional vs valor local musealizar a memória imaterial(obs)	https://www.publico.pt/2016/12/18/culturaipsilon/noticia/alvaro-siza-1755127
98	objectivo na notícia: mostrar o património em ruínas	http://www.jornaldenegocios.pt/multimedia/fotogalerias/detalhe/22-monumentos-que-em-2017-vaio-passar-para-as-maos-de-privados
99	gestão privada do património (bem público)/ monopolização do património Público pela iniciativa privada/ desregulamentação	https://casa.sapo.pt/Noticias/Privados-ficam-com-a-concessao-de-30-monumentos/?ID=24053
100	monopolio do património pela iniciativa do património/ desregulamentação (valor simbólico vs valor de troca comercial)/ comercialização do património/ desvirtuação da identidade do património (local/nacional) / património = turismo/	https://www.dinheirovivo.pt/empresas/revive-mais-20-mosteiros-e-conventos-abrem-portas-ao-turismo/
101	apresentação dos 20 monumentos finais da lista do programa de concessões	http://www.dn.pt/portugal/interior/governo-concessiona-mais-20-mosteiros-e-conventos-ao-turismo-5573161.html
102	entrada do quartel da graça e do forte de s.pedro do estoril	http://observador.pt/2016/12/27/quartel-da-graca-e-forte-de-sao-pedro-no-estoril-tambem-serao-concessionados-a-privados/
103	vila galé e grupo pestana analisam monumentos para investimento e os critérios de selecção	https://www.publico.pt/2016/12/27/culturaipsilon/noticia/depois-do-convento-do-carmo-vila-gale-analisa-outros-imoveis-do-revive-1756277
104	património = recurso económico/ abandono do património (gestão pública) / património= turismo/ gestão privada do bem público; investimento privado no bem público/ monopolização empresarial privada/ re-utilização do património (enquanto objecto de consumo turístico)	http://rr.sapo.pt/noticia/71954/quartel_da_graca_e_forte_do_guincho_na_lista_de_imoveis_a_concessionar?utm_source=rss

105	divulgação da Lista final dos Monumentos e algumas considerações acerca do investimento privado por Walter Rossa e João Luís Carrilho Graça	https://www.publico.pt/2016/12/27/culturaipilon/noticia/o-governo-ja-disse-quais-sao-os-30-monumentos-que-vai-concessionar-a-privados-1756269
106	património = recurso económico/ património (identidade local comunitária) reutilização do espaço (enquanto objecto de consumo turístico)/ gestão privada do bem público (património do estado)/ investimento privado vs investimento público no património (bem público)/ gestão pública (diversas tutelas)	http://sicnoticias.sapo.pt/economia/2016-12-27-Ministro-da-Economia-diz-que-concessoes-de-monumentos-vao-permitir-desenvolvimento-economico
107	Património=turismo (função do espaço recuperado)/ identidade locais e património (valor local vs valor nacional)/ reutilização do património (bem público vs negócio privado/ nova função)/ intervenção do Estado (público) ou Privado na recuperação/ utilização do património .excerto do primeiro Jornal	http://www.rtp.pt/noticias/pais/estado-vai-passar-para-os-privados-30-monumentos_v972035#
108	receitas públicas para cobrir investimento privado / monopolios empresariais privados através da compra dos bens públicos / Património=turismo/ património enquanto bem consumível (não renovável)	http://www.jornaldenegocios.pt/empresas/turismo---lazer/detalhe/explorar-monumentos-no-interior-da-beneficios-extra
109	património=turismo/ privatização do bem público/ intervenção Pública ou privada no património Público/ gestão do património público pelo privado / comodificação do património enquanto serviço	http://visao.sapo.pt/actualidade/portugal/2016-12-27-Conheca-os-30-edificios-historicos-que-vao-ser-concessionados-a-privados#comentarios
110	galeria de imagens dos imóveis em elevado estado de degradação que pertencem ao programa revive	http://visao.sapo.pt/actualidade/portugal/2016-12-27-30-edificios-do-projeto-Revive
111	investimento público no património (conservação/restauro)/ investimento privado (negócios turísticos)/ gestão privada do bem público/ tutela do património (público ou privado)/ necessidades locais vs necessidades nacionais/ bem simbólico vs bem comercial (património enquanto objecto de consumo)	http://sicnoticias.sapo.pt/pais/2016-12-27-Governo-divulgou-os-restantes-20-monumentos-para-concessao-a-privados
112	Divulgação da Lista final dos 30 monumentos e esclarecimento do âmbito	https://www.publico.pt/2016/12/27/culturaipilon/noticia/governo-apresenta-30-monumentos-para-concessao-a-privados-para-fins-turisticos-1756196

	do programa e dos benefícios para os potenciais investidores	
113	património= turismo/ desvirtuação do património/ gestão privada do espaço/bem público (património)/ necessidades locais vs necessidades nacionais/	https://www.noticiasaoiminuto.com/economia/711995/turismo-de-portugal-ja-tem-eleitos-para-o-programa-revive
114	saída da lista final dos monumentos contemplados no programa revive	http://www.turisver.com/esta-completa-lista-dos-imoveis-integram-programa-revive/
115	Mário Botequilha em crítica ao governo utilizando o processo de privatização do programa revive	http://inimigo.publico.pt/2016/12/27/estado-concessiona-dezenas-de-imoveis-aos-privados-mas-contribuintes-mantem-concessao-das-dividas-dos-bancos/
116	Descrição dos objectivos do programa e alguns dos monumentos que integram a lista	https://www.dinheirovivo.pt/empresas/revive-mais-20-mosteiros-e-conventos-abrem-portas-ao-turismo/
117	Autarquias locais que aceitam o investimento privado/ gestão privada do bem público/ destatização/ autenticidade do património	http://www.correiodominho.com/noticias.php?id=99333
118	conservação e restauro na responsabilidade do privado que recebe o direito a gestão do espaço para fins hoteleiros	https://www.publituris.pt/2016/12/28/programa-revive-lista-imoveis-fechada/
119	gestão privada com intervenção económica do estado. Investimento privado (conservação e restauro)/ nova função (função turística) destatização/	http://rr.sapo.pt/especial/72063/os_palacios_imponentes_e_as_paredes_sem_tecto_que_o_estado_quer_emprestar_para_o_turismo
120	gestão privada do património (bem público)/ monopolização do património Público pela iniciativa privada/ desregulamentação/ transformação do património (adequação a nova função)/ Património=economia/ património=turismo	https://ionline.sapo.pt/540324
121	gestão privada do património público (concessões) / destatização / património que ganha nova função (problemas de autenticidade e reversibilidade)	https://casa.sapo.pt/Noticias/Privados-ficam-com-a-concessao-de-30-monumentos/?ID=24053
122	investimento público no património (conservação/restauro)/ memória/identidade local vs musealização de âmbito nacional/ gestão pública/ património = memória local vs memória Nacional/ confronto entre gerações	http://ionline.sapo.pt/540502
123	Conservação e protecção do património (investimento público)/ gestão do património público (tutelas públicas).	http://www.dn.pt/portugal/interior/peniche-exige-do-estado-cinco-milhoes-para-reabilitar-fortaleza-5576604.html

	descentralização vs centralização (obs).Agência lusa divulga problemas do estado de conservação da fortaleza. Este artigo foi reproduzido pelo site pporto dos museus (2016.30.12)	
124	desconhecimento da entidade tutelar dos imóveis / interesse privado anterior ao programa revive / limites da intervenção (autenticidade do espaço)	http://valorlocal.weebly.com/azambuja-palaacutecios-das-obras-novas-e-de-pina-manique-podem-pasar-para-as-matildeos-de-privados.html
125	abandono pela tutela/ património=turismo / património = economia / valor simbólico vs valor de troca/ necessidades locais vs necessidades nacionais	http://www.algarvemarafado.com/2016/12/30/tres-monumentos-algarvios-vao-passar-para-maos-privadas/
126	Bispo de Setúbal aceita de bom grado a transformação do espaço em Hotel. Sucessivos adiamentos ao processo de comercialização do espaço (18 anos), impedindo assim o restauro e conservação do monumento./ turismo cultural / desvirtuação do espaço / investimento e gestão privada do património público	https://sol.sapo.pt/artigo/540809/o-santuario-que-vai-reviver-
127	abandono pela tutela/ investimento público (recuperação e conservação preventiva e projecto para pousada)/ investimento e gestão privada do espaço público / necessidades locais (turismo) /património enquanto projecto político / comercialização do património (positivo ou negativo) / património= turismo/ património = economia	http://etcetajournal.pt/j/2017/01/vila-do-conde-mosteiro-de-santa-clara-integrado-no-programa-revive/
128	património enquanto objecto comercial/ gestão do património público por entidades privadas/ confrontos entre necessidades locais/nacionais/ preservação do património/ património=turismo/património= economia (obs)/.artigo da blogosfera.	http://amusearte.hypotheses.org/1675
129	tutela do património (local vs central (destatização))/ investimento e gestão privada do espaço público/ necessidades locais vs necessidades nacionais / património = turismo/ património = comercialização / memória e identidade enquanto bem consumível.	http://www.rostos.pt/inicio2.asp?cronica=13000728&mostra=2

130	património = objecto de consumo turístico / conservação e gestão privada do património público/ monopólio do património pelos privados	https://oalgarve.pt/algarve-tem-tres-edificios-integrados-no-programa-revive/
131	Venda do Imóvel sem consultar a Câmara local / privatizar espaço público sem considerar as necessidades dos locais. / reaproveitamento incompatível com nova função (segundo a notícia) desvirtuação da autenticidade do lugar	https://issuu.com/jornaldaregiao5/docs/oeiras_110/2
132	em entrevista na TSF, Paula Silva, directora da DGPC faz estado de Arte do programa revive e sobre o investimento dos privados (investimento no património enquanto algo positivo)	http://www.tsf.pt/cultura/interior/tutela-do-patrimonio-nao-teme-apreensao-dos-investidores-no-programa-revive-5602456.html
133	património só como investimento e gestão privada/ utilização do bem público para utilização privada / património = economia / património = turismo / descentralização (turismo e recuperação e conservação do turismo)	http://rr.sapo.pt/noticia/73736/turismo_de_portugal_vai_andar_pelo_mundo_a_captar_investimento
134	divergência entre o valor simbólico e valor de troca comercial (obs)/Opinião de Maria Ramalho, Presidente do Conselho de Administração da Comissão Nacional Portuguesa do ICOMOS, comenta sobre o perspectiva económica do programa Revive e do possível choque com outros valores associados ao património cultural	https://www.publico.pt/2017/01/19/culturaipilon/noticia/reabilitacao-ou-comercializacao-de-30-monumentos-nacionais-1758755
135	emissão especial com debate sobre a fortaleza de peniche e o destino que deve tomar após a saída do programa revive. que papel e função deve cumprir este monumento. Quais os problemas que surgiram após o fim do processo de privatização e o papel dos grupos de trabalho	http://www.rtp.pt/play/p470/e269468/portugal-em-direto
136	património enquanto negócio turístico/ património = hotéis (conservação e re-utilização) / notícia estrangeira	http://www.efe.com/efe/brasil/sociedade/projeto-em-portugal-quer-transformar-castelos-hoteis-para-revitaliza-los/50000246-3155765
137	programa Revive enquanto política de investimento turístico em vez de política que valorize o património pelo valor simbólico / valor comercial vs valor de troca / investimento privado através de fundos públicos no património	http://www.turisver.com/ja-nao-queremos-so-turistas-tambem-queremos-captar-investimento-no-turismo/

	público / gestão privada do espaço público (descentralização e tutela do património)	
138	Património enquanto negócio turístico/ património = hotéis (conservação e re-utilização) / turismo = investimento económico / património = crescimento económico (medida de referência)	http://expresso.sapo.pt/economia/2017-01-24-Vila-Gale-vai-abrir-cinco-novos-hotéis-em-Portugal-em-2018
139	investimento e gestão privado no património público / comercialização/ valor comercial vs valor de troca / conservação e restauro (autenticidade) vs (re-utilização/adaptação) / património = objecto turístico	http://rr.sapo.pt/noticia/74265/vila_gale_investe_100_milhoes_de_euros_em_seis_hotéis
140	património enquanto objecto de investimento/ abandono tutelar (público)/ investimento privado (conservar ou não nos critérios de comercialização)	https://www.linhasdeelas.pt/noticias/actual/4493-fortaleza-de-juromenha-desaparece-do-programa-revive.html
141	investimento privado com fundos públicos/ reconversão para fins económicos (valor comercial vs valor simbólico)/ Património enquanto objecto turístico (consumo)/ (obs)./ reportagem no programa sexta às 9 da rtp1 sobre o programa revive e as condições em que se encontram alguns dos monumentos. Implicâncias sobre a expectativa das possíveis parcerias público-privadas (ppp)	http://www.rtp.pt/noticias/pais/privados- ficam-com-monumentos-e-pagam-com-creditos-do-estado_v979044
142	musealização da memória (de um determinado grupo) num âmbito nacional/ patrimonialização (retirar do circuito comercial) / investimento público na conservação do património público (obs)	http://www.dn.pt/artes/interior/organizacao-defende-memorial-no-forte-de-peniche-com-urgencia-5632552.html
143	musealização vs utilização (obs)/Decorreu esta manhã, no Ministério da Cultura, a primeira reunião para definir o futuro da fortaleza. O Grupo Consultivo presidido pela Diretora Geral do Património tem agora três meses para apresentar uma proposta.	http://www.rtp.pt/noticias/cultura/forte-de-peniche-nao-vai-ser-concessionado-na-totalidade_v979691#sthash.gO6prF0D.dpuf
144	alternativas para a utilização do património público (democratização cultural) / musealização vs utilização (noção de bem público)	http://rr.sapo.pt/noticia/74828/forte_de_peniche_nao_vai_ser_concessionado_a_privados_na_totalidade
145	Investimento público no património / musealização e gestão pública /	http://www.dn.pt/artes/interior/governo-garante-que-forte-de-peniche-nao-vai-ser-concessionado-a-privados-na-totalidade-5639132.html

	identidade local (divergências) vs Valor histórico (local/nacional)	
146	imovel já pensado em 2015 pela câmara para transformação em hotel. / Gestão privada/ descentralização (oferta turística / gestão do património público por entidades privadas) / património = objecto de consumo turístico (desvirtuação)	https://beiranews.pt/2017/02/ministro-da-cultura-diz-que-programa-revive-quer-dar-resposta-a-patrimonio-devoluto/
147	utilização economicamente rentável/ descentralização (do turismo)	http://www.radiocastelobranco.pt/noticias/beira-baixa/2017/fevereiro/casa-marrocos-vai-ser-hotel-do-templo/
148	Descentralizar o património na gestão/ centralizar e fiscalizar como competência do estado /Nuno Vassallo e Silva, ex-director da DGPC, sobre problemas inerentes a comercialização do património cultural.	http://www.dn.pt/opiniao/opiniao-dn/convidados/interior/por-um-patrimonio-cultural-uno-e-protegido-5645196.html
149	Homogeneização do património (divulgação comercial) / património = objecto turístico / património bem simbólico ou objecto comercial (desvirtuação) necessidades imediatas ou sustentáveis de longo prazo. Património = marca?	http://visao.sapo.pt/actualidade/economia/2017-02-04-Os-operadores-turisticos-estrangeiros-queixam-se-que-somos-maus-vendedores
150	reforço do património enquanto objecto turístico/ valor comercial vs valor de troca/ descentralização (oferta e gestão local + gestão privada)/notícia de fonte Lusa: O secretário geral da organização mundial do Turismo (OMT)aleb rifai em declarações sobre o potencial turístico dos programas desenvolvidos pelo governo na matéria, entre os quais o programa revive.	http://www.rtp.pt/noticias/economia/numeros-nao-sao-o-inimigo-do-turismo-secretario-geral-da-omt_n981299
151	turismo como política cultural/ desenvolvimento económico através do turismo/ património como recurso turístico	http://www.tsf.pt/economia/interior/turismo-portugues-ganha-carimbo-da-organizacao-mundial-do-turismo-5652532.html
152	Pedro Machado, Presidente da ERT Centro de Portugal, comenta o programa revive e as oportunidades que ele potencia no desenvolvimento turístico e económico	http://www.ambitur.pt/opiniao-revive-reviver-o-patrimonio/
153	Património enquanto recurso explorável pelo turismo / descentralização (oferta)/ gestão privada do espaço público /	http://www.turisver.com/omt-vai-certificar-os-projectos-portugueses-revive-portuguese-trails/
154	gestão privada do bem público/ conservação e	http://www.turisver.com/pavilhoes-do-parque-das-caldas-da-rainha-vao-dar-lugar-hotel/

	restauro (autenticidade)/ património como bem consumível / recurso económicos (local) / valorização (apenas como bem económico)	
155	parcerias público- privadas/ re-utilização do património (serviço turístico/ desvirtuação da memória/identidade) / gestão privada de um bem público / destatização / descentralização	https://www.publituris.pt/2017/02/17/projecto-revive-compromisso-os-viveram-vivem-viverao/
156	Contrasenso de descentralizar e centralizar em simultâneo - devolver o património a comunidade sem consultar a comunidade no processo de decisão (estruturas locais de governança) / interesses Nacionais vs os interesses locais (representados pelo governo e os partidos vs os partidos e câmara local) / comissão que estuda o uso local sem consultar a comunidade (confronto político- partidário a nível de governo)	http://observador.pt/2017/02/20/partidos-fora-do-grupo-de-trabalho-que-estuda-solucoes-para-fortaleza-de-peniche/
157	descentralização / destatização / gestão privada do bem público / desafecção / património = turismo / valor simbólico vs valor de troca/ património = economia	http://www.construir.pt/2017/02/23/governo-lanca-novo-concurso-ao-abrigo-do-programa-revive/
158	gestão privada do espaço público (monopolio empresarial) / desafecção (período de 48 anos) / destatização / descentralização / re- utilização (nova função) /património como objecto turístico de consumo (função económica)	https://casa.sapo.pt/Noticias/Revive.-Pavilhoes-do-Parque-serao-hotel-por-48-anos/?ID=24185&fd=1
159	recuperação do património (investimento e gestão privada) / re- utilização (nova função) / património como objecto de consumo (função económica)	http://www.turisver.com/lancado-segundo-concurso-publico-do-revive/
160	destatização (encaixe de dinheiro no estado) / recuperação do património (investimento privado) / alienação do bem/espaço público) / património enquanto objecto de consumo (função económica). Fomento de venda de propriedade estatal pública para conseguir financiamento para necessidades do estado	http://www.dn.pt/portugal/interior/defesa-nao-consegue-vender-a-maioria-dos-200-predios-que-tem-ha-oito-anos-no-mercado-5694999.html
161	investimento, recuperação e gestão privada de património público (bem público)/ património=	http://radionovaantena.com/2017/03/03/quinta-do-paco-de-valverde-integra-programa-revive/

	turismo / património enquanto recurso económico (descentralização do turismo/ economia local) / destatização	
162	turismo como política cultural/ desenvolvimento económico através do turismo/ património como recurso turístico	https://www.publico.pt/2017/03/04/sociedade/noticia/os-segredos-que-puseram-portugal-no-mapa-do-turismo-1763465
163	confronto ideológico (governo vs comarca do Porto pela utilização do espaço negociado com o Ministério da Justiça anteriormente antes do p.revive)/ re-utilização do património (uso comercial vs utilização serviço público (tribunal)) / património=turismo/ património= objecto de consumo (descaracterização, conservação e restauro, autenticidade)/ gestão pública (conflitos entre tutela autarquica e serviços da comarca)	http://sicnoticias.sapo.pt/pais/2017-03-07-Comarca-do-Porto-contesta-concessao-do-Convento-de-Santa-Clara-a-privados
164	destatização (tutelas do estado vendem património)/ património= objecto de consumo / descentralização de serviços	https://www.publico.pt/2017/04/04/politica/noticia/patrimonio-imobiliario-da-gnr-concessionado-e-a-venda-1767251
165	Património= objecto de consumo (descaracterização/ autenticidade/ recurso não renovável)/ recuperação e gestão privada do património público/ património=turismo	http://www.publituris.pt/2017/04/04/hoti-hoteis-interessada-no-mosteiro-santa-clara-nova-quartel-da-graca/
166	preservação da memória (identidade de partidos políticos)/ diversidade de identidade ligada ao património / investimento público (divergência orçamental entre tutela central e tutela local)/ conflito poder de decisão de re-utilização (autarquia local vs partidos políticos e governo)	http://expresso.sapo.pt/politica/2017-04-04-Parlamento-discute-iniciativas-para-preservacao-historica-da-Fortaleza-de-Peniche
167	investimento privado no património público/ património = turismo/ destatização (venda dos imóveis públicos) / re-utilização dos edifícios (autenticidade/ conservação e restauro/ descaracterização). ainda que pouco expressivo, o turismo (ásia), fomenta venda de imóveis por parte do governo porque existe grande interesse de investimento por parte dessas economias	http://www.jornaldenegocios.pt/empresas/imobiliario/detalhe/investidores-chineses-analisam-concessoes-de-patrimonio-historico
168	Turismo=economia / investimento e gestão privada do património	http://www.dn.pt/dinheiro/interior/investidores-chineses-de-olho-no-patrimonio-historico-do-estado-5771289.html

	público/ re-utilização do património público (função turística) / autenticidade/ descaracterização/ destatização	
169	musealização da memória (de um determinado grupo) num âmbito nacional/ patrimonialização (retirar do circuito comercial) / investimento público na conservação do património público/ diversidade de entendimento da memória/identidade (diversos partidos políticos apenas unidos pelo critério de conservação física do espaço)/	https://jornaloeste.pt/JournalNews/OGDetails.aspx?alone=1&news=0fc410a6-ab59-4fcb-9da5-14f5daff2f38
170	preservação da memória (identidade de partidos políticos)/ diversidade de identidade ligada ao património/ investimento e gestão pública do património (divergência entre valores de conservação e restauro)	http://www.jornaleconomico.sapo.pt/noticias/requalificacao-do-forte-de-peniche-aprovada-no-parlamento-144354
171	destatização (tutelas do estado vendem património)/ património= objecto de consumo / descentralização de serviços/ rentabilização vs sustentabilidade (metas de curto prazo)	http://www.dn.pt/portugal/interior/vendas-ja-renderam-23-milhoes-para-investir-em-quarteis-6215842.html
172	destatização/ património= turismo/ descentralização (tutela central/ local); património enquanto objecto (articulação função vs fruição). Investimento e gestão privada do património público / património = função económica	http://www.dn.pt/artes/interior/vamos-limitar-as-entradas-na-torre-de-belem-no-verao-6222362.html
173	património=turismo/ património enquanto recurso (articulação entre função vs fruição) / património = função económica / investimento e gestão privada do espaço público / apoio partidário local (diversos espectros políticos "votos favoráveis de PSD, PS e CDS-PP, os votos contra do PCP, PEV e PAN e a abstenção do BE")	http://www.radioportalegre.pt/index.php/8-radio/7238-portalegre-parlamento-aprova-inclusao-do-convento-de-sao-francisco-no-programa-revive.html
174	Musealização e patrimonialização (identidade "local")/ necessidades locais vs necessidades nacionais (turismo local e turismo nacional); gestão pública do património (central; local ou poder de decisão a nível partidário (geringonça); investimento privado (comercio)	https://www.publico.pt/2017/04/17/culturaipsilon/noticia/peniche-1769008

175	Musealização e patrimonialização (identidade "local")/ necessidades locais vs necessidades nacionais (turismo local e turismo nacional); gestão pública do património (central; local/ conflito sobre quem gere o espaço)	http://observador.pt/2017/04/17/governo-exclui-hotel-e-avanca-para-museu-na-fortaleza-de-peniche/
176	Musealização e patrimonialização (identidade "local")/ necessidades locais vs necessidades nacionais (turismo local e turismo nacional); gestão pública do património (central; local/ confronto entre poder de decisão a nível partidário (geringonça) e partidos mais a direita; investimento privado (comercio)	http://www.tsf.pt/sociedade/interior/governo-exclui-hotel-e-avanca-para-museu-na-fortaleza-de-peniche-6226103.html
177	musealização e patrimonialização (identidade "local")/ necessidades locais vs necessidades nacionais (turismo local e turismo nacional); gestão pública do património (central; local ou poder de decisão a nível partidário (geringonça); investimento privado (start-ups/ comércio) ; confronto entre governo e autarquia (anteriormente o governo nunca foi contra a concessão; actualmente o governo recua por parte de pressão política do PCP). contrasenso (negar investimento privado para poder depois ter no espaço negócios privados e iniciativas privadas)	http://www.dn.pt/artes/interior/fortaleza-de-peniche-sera-museu-e-incubadora-de-start-ups-mas-nao-um-hotel-6225716.html
178	musealização e patrimonialização (museu Nacional de uma identidade "local"/ideológica que recebe financeiramente do OE); contrasenso: gestão pública do património através de concessão do espaço (negócios locais, start ups etc.); confronto político entre o PCP e governo (na questão do uso e gestão do espaço) /financeiramente público de um espaço detido pelo PCP (gestão camararia)	https://www.pressreader.com/portugal/edi%C3%A7%C3%A3o-p%C3%ABlico-lisboa/20170418/281479276288337
179	gestão privada do espaço público (monopolio empresarial) / interesses locais (turismo); património=turismo/património=economia. património enquanto objecto de marca (privilégio de quem investe)/ alienação	http://valemias.pt/vm/privados-podem-explorar-castelo-convento-e-forte/

	(possível). Dos 3 entrevistados (presidentes da câmara), todos eles insistem na utilização turística e na materialização desse investimento como uma mais valia local, mesmo que seja com uma gestão privada do espaço público, até porque já existia essa intenção.	
180	descentralização da oferta / património enquanto um recurso económico a ser utilizado/ turismo enquanto elemento para investir no património.	http://expresso.sapo.pt/economia/2017-04-23-Pousadas-vao-crescer-fora-de-Portugal
181	contrasenso (fim de concessão para hotelaria mas mantendo essa ideia para pequenos negócios; cafés, restaurantes; etc.)/ memória local (PCP)/ investimento e gestão pública (musealização e patrimonialização do espaço para as necessidades do PCP nesse espaço através de financiamento do OE)	https://ionline.sapo.pt/560221
182	musealização e patrimonialização da memória/identidade local (OE e fundos comunitários pt 2020)/ gestão e investimento no património público / conflito entre necessidades locais (concessão para hotel/pousada anterior ao p.revive e a identidade política (pcp) / divergências entre o valor de conservação e restauro (autarquia vs estado) /	http://www.jn.pt/nacional/interior/fortaleza-de-peniche-vai-ter-museu-sobre-luta-pela-liberdade-6249080.html
183	identidade local como património/ conservação e restauro do património público com financiamento público / patrimonialização e musealização da identidade (ideologicamente comprometida com o PCP); simbologia do património (diversidade de identidades)	http://sicnoticias.sapo.pt/pais/2017-04-27-Antigos-presos-politicos-visitam-Forte-de-Peniche-43-anos-depois-da-libertacao
184	edifício não classificado (mas de valor local) para concessão/ gestão privada do património público.	http://www.ointerior.pt/noticia.asp?idEdicao=912&id=54871&idSeccao=13204&Action=noticia
185	destatização (o estado não assume a conservação e restauro e gestão do hotel); conflitos entre o investimento privado e as necessidades locais (câmara quer hotel + escola e tal não está garantido)/ processo de venda do imóvel anterior ao programa revive. /	http://www.altitude.fm/index.php/actualidade/1840-hotel-de-turismo-sera-integrado-no-programa-revive-para-concessao-a-privados

	desvalorização do imóvel ao longo do período de venda	
186	câmara procura venda do imóvel desde 2010 (necessidade local); desvalorização do imóvel (do valor que o estado recebe pelo que o imóvel vale) / destatização e desresponsabilização (tutela central) / património como recurso económico (nível local e nacional) / património como recurso turístico (productivo vs valor simbólico) / conservação e restauro apenas pelo valor económico	http://www.dn.pt/lusa/interior/atraso-na-venda-do-hotel-de-turismo-e-quase-um-crime-economico---camara-da-guarda-6249421.html
187	privatização do património público como uma necessidade local (anterior ao programa revive); destatização (venda a privados) / desvalorização do imóvel (perda de retorno para o estado, preço mais baixo para o privado)/ investimento através de fundos comunitários7crédito para o privado / recuperação (desvirtuação do imóvel)/	http://www.dn.pt/lusa/interior/governo-inclui-hotel-de-turismo-da-guarda-no-projeto-revive-6253376.html
188	privatização do património público como uma necessidade local (anterior ao programa revive); destatização (venda a privados) / desvalorização do imóvel (perda de retorno para o estado, preço mais baixo para o privado)/ património enquanto objecto turístico (componente de formação)/ Património só em vista ao seu valor económico reforço da terciarização do país (alienação do património)	http://expresso.sapo.pt/economia/2017-04-28-Governo-concessiona-Hotel-Turismo-da-Guarda
189	privatização do património público para necessidade local (anterior ao revive); património enquanto objecto turístico (componente de formação); património apenas como valor económico (valor simbólico); investimento local desejado pela autarquia / reforço da terciarização do país (alienação do património)	http://www.turisver.com/hotel-turismo-da-guarda-no-programa-revive/
190	privatização do património público para necessidade local (anterior ao revive); património enquanto objecto turístico (componente de formação); património apenas como valor económico (valor	https://www.publituris.pt/2017/04/28/hotel-turismo-da-guarda-integra-revive/

	simbólico); investimento local desejado pela autarquia / reforço da terciarização do país (alienação do património)	
191	privatização do património público para necessidade local (anterior ao revive); património enquanto objecto turístico (componente de formação); património apenas como valor económico (valor simbólico); investimento local desejado pela autarquia / reforço da terciarização do país (alienação do património)	http://www.ointerior.pt/noticia.asp?idEdicao=913&id=54890&idSeccao=13206&Action=noticia
192	património enquanto objecto de consumo turístico / destatização (investimento e gestão privada do património público)/ investimento no património condicionado pelo investimento turístico / crescimento sócio-económico = reaproveitamento do património enquanto serviço turístico	http://expresso.sapo.pt/economia/2017-05-31-OMT-diz-que-Portugal-esta-a-tornar-o-turismo-um-pilar-de-crescimento-socioeconomico
193	entrevista ao ministro da economia, Manuel Caldeira Cabral (parte 3). / indicadores positivos no investimento do programa revive (investimento privado na recuperação do património) / descentralização da oferta turística / património enquanto objecto de consumo (valor comercial)	http://www.ambitur.pt/nao-esta-a-haver-menor-promocao/
194	financiamento público para o investimento privado. / governo e câmara querem este tipo de investimento no local / aumento da presença turista como altura ideal para o investimento na recuperação do imóvel. Património enquanto objecto de consumo e motor da economia local	http://www.pt.cision.com/cp2013/ClippingDetails.aspx?id=c32c5a33-5bed-4ae1-bdd4-7be996551ef7&userId=8c5521c6-acda-4259-b760-a5d7559d3b94
195	turismo = cultura / turismo = política cultural / destatização / desregulamentação / património = indicadores turísticos e de consumo	http://www.dn.pt/dinheiro/interior/sucesso-do-turismo-em-portugal-e-case-study-na-europa-8487669.html
196	património enquanto objecto de consumo turístico / destatização (investimento e gestão privada do património público)/ investimento no património condicionado pelo investimento turístico / crescimento sócio-económico = reaproveitamento do património enquanto serviço turístico	http://www.turisver.com/taleb-rifai-elogia-estrategia-sustentabilidade-do-turismo-portugal/

197	materialização da vontade da autarquia em recuperar o imóvel e dar-lhe novo uso, o programa revive é uma oportunidade/ descentralização (serviços turísticos), recuperação e conservação com base na utilização económica	http://www.cm-moura.pt/noticias.php?id=2181
198	re-aproveitamento do património (posição economicista)/ utilização turística (por autarquia e pelo Estado) / gestão e investimento por iniciativa privada (descaracterização, autenticidade em risco) rentabilização do valor simbólico	https://www.publico.pt/2017/06/12/culturaipsilon/noticia/convento-do-carmo-em-moura-juntase-a-lista-de-imoveis-a-reabilitar-pelo-programa-revive-1775434
199	re-aproveitamento do património (posição economicista)/ utilização turística (por autarquia e pelo Estado) / gestão e investimento por iniciativa privada (descaracterização, autenticidade em risco) rentabilização do valor simbólico	https://www.dinheirovivo.pt/economia/convento-em-moura-no-projeto-revive-para-ser-recuperado-por-privados/
200	re-aproveitamento do património (posição economicista)/ utilização turística (por autarquia e pelo Estado)/ vontade de re-utilização anterior ao p.revive / gestão e investimento por iniciativa privada (descaracterização, autenticidade em risco) rentabilização do valor simbólico	http://www.dn.pt/lusa/interior/convento-em-moura-no-projeto-revive-para-ser-recuperado-por-privados-8557841.html
201	destatização/ património= turismo/ descentralização (tutela central/ local); património enquanto objecto (articulação função vs fruição). Investimento e gestão privada do património público / património = função económica / desregulamentação	https://www.publico.pt/2017/06/14/culturaipsilon/noticia/patrimonio-cidade-turismo-negocio-y-otras-cositas-mas-1775409
202	turismo = cultura / turismo = política cultural / estatização / desregulamentação / património = indicadores turísticos e de consumo	https://www.publico.pt/2017/06/16/culturaipsilon/noticia/o-turismo-total-1775561
203	dar função ao património (nova utilidade); investimento privado e gestão privada do património público / rentabilização do património (benefícios para a autarquia e para o privado)	http://www.dn.pt/lusa/interior/visabeira-quer-transformar-pavilhoes-do-parque-das-caldas-da-rainha-em-hotel-8592283.html
204	Investimento no património como elemento positivo (nível económico). Comentário audio da secretária de	http://www.tsf.pt/sociedade/interior/programa-revive-ja-comeca-a-dar-frutos-8594737.html

	Estado do Turismo, Ana Mendes Godinho	
205	turismo = cultura / turismo = política cultural / destatização / desregulamentação / património = indicadores turísticos e de consumo	http://expresso.sapo.pt/economia/2017-07-02-Um-quarto-dos-portugueses-vai-trabalhar-para-o-turismo

número da lista inventário	Intervenientes/protagonistas
0	AHP – Associação da Hotelaria de Portugal; Ministro da Economia, Manuel Caldeira Cabral
1	AHP – Associação da Hotelaria de Portugal; Ministro da Economia, Manuel Caldeira Cabral
2	Ministro da Economia, Manuel Caldeira Cabral
3	Ministro da Economia, Manuel Caldeira Cabral
4	Ministro da Economia, Manuel Caldeira Cabral; presidente da Câmara de Elvas, Nuno Mocinha
5	secretário de Estado da Cultura, Miguel Honrado, da secretária de Estado do Turismo, Ana Mendes Godinho e do secretário de Estado Adjunto do Tesouro e das Finanças, Ricardo Félix
6	secretária de Estado do Turismo, Ana Mendes Godinho; secretários de Estado da Cultura, Miguel Honrado, e Adjunto, do Tesouro e das Finanças, Ricardo Félix. / turismo de Portugal, a Direção Geral do Património Cultural, a Direção Regional de Cultura do Alentejo e a Universidade de Évora.
7	Turismo de Portugal, Direção Geral do Património Cultural, Direção Regional de Cultura do Centro, Direção Geral do Tesouro e Finanças, Câmara Municipal das Caldas da Rainha
8	Universidade de Évora, o Turismo de Portugal, a Direção Geral do Património Cultural, a Direção Regional de Cultura do Alentejo e a Direção Geral do Tesouro e Finanças (secretário de Estado da Cultura, Miguel Honrado, da secretária de Estado do Turismo, Ana Mendes Godinho e do secretário de Estado Adjunto do Tesouro e das Finanças, Ricardo Félix)
9	
10	
11	ministro da Economia, Manuel Caldeira Cabral, o presidente da Câmara Municipal de Coimbra, Manuel Machado, o secretário de Estado Adjunto do Tesouro e das Finanças, Ricardo Mourinho Félix, o secretário de Estado da Cultura, Miguel Honrado, a secretária de Estado do Turismo, Ana Mendes Godinho, o presidente do Turismo de Portugal, Luís Araújo, e o presidente do Turismo do Centro de Portugal, Pedro Machado.
12	
13	Secretária de Estado do Turismo, Ana Mendes Godinho;
14	Manuel Caldeira Cabral (ministro da Economia)
15	
16	
17	secretária de estado do turismo, Ana Mendes Godinho; Ministro da Economia, Manuel Caldeira Cabral;
18	Secretária de Estado do Turismo, Ana Mendes Godinho; Secretário de Estado da Cultura, Miguel Honrado
19	Secretária do turismo, Ana Mendes Godinho;
20	ministro da Economia, Manuel Caldeira Cabral; secretária de estado do turismo, Ana Mendes Godinho
21	Ana Mendes Godinho (secretária do turismo)
22	Ministério da Economia; Finanças e Cultura
23	
24	Manuel Caldeira Cabral (ministro da Economia)
25	
26	
27	
28	
29	Primeiro Ministro, António Costa; PCP
30	PCP/Câmara de Peniche/ Governo

31	Câmara Municipal de Elvas; presidente da Câmara Municipal de Elvas, Nuno Mocinha; Governo; ministro da Economia, Manuel Caldeira Cabral ; presidente do Conselho de Administração do Grupo Vila Galé, Jorge Rebelo de Almeida,
32	PCP/Presidente da Câmara de Peniche/ Governo
33	
34	Administrador do Grupo Vila Galé, Gonçalo Rebelo de Almeida; Ministérios da Economia, da Cultura e das Finanças
35	Governo; PCP; PS; Câmara Municipal de Peniche
36	Governo; PCP; PS; Câmara Municipal de Peniche
37	erro no nome do ministro?
38	(Ministério da Cultura, Economia e Finanças
39	presidente da região de Turismo e da Associação de Promoção Turística da Região Centro, Pedro Machado; PCP; Câmara de Peniche; Governo
40	Presidente da Câmara municipal de Peniche; Câmara Municipal de Peniche; PCP; Governo
41	Presidente da Câmara municipal de Peniche; Câmara Municipal de Peniche; PCP; Governo
42	PCP; Câmara Municipal de Peniche; Governo
43	Presidente da Câmara municipal de Peniche; Câmara Municipal de Peniche; PCP; Governo
44	Manuel Alegre; Presidente da Câmara de Peniche, António José Correia; PCP; PS; Governo
45	(URAP); PCP, PS, PSD (local); Governo; Câmara de Peniche, Presidente da Câmara de Peniche
46	(URAP); PCP, PS, PSD (local); Governo; Câmara de Peniche, Presidente da Câmara de Peniche
47	
48	
49	
50	
51	monumento não consta da lista final do site do programa revive
52	Câmara Municipal de Lagos.
53	Vítor Neto; Governo
54	Governo; autarquia local
55	
56	Frederico Costa (grupo pestana)
57	
58	
59	
60	presidente da Câmara Municipal de Elvas, Nuno Mocinha; Ministro da Economia, Manuel Caldeira Cabral,
61	Vila Galé, Jorge Rebelo de Almeida.
62	o presidente da autarquia, Nuno Mocinha, o ministro da Economia, Manuel Caldeira Cabral, Secretária de Estado do Turismo, Ana Mendes Godinho.
63	Presidente da Câmara, Jorge Rebelo de Almeida, ministro da Economia, Manuel Caldeira Cabral, secretária de Estado do Turismo, Ana Mendes Godinho
64	Ministro da Economia, Manuel Caldeira Cabral
65	
66	
67	deputado de portalegre (PS), Luís Moreira Testa,
68	
69	Ministro da Cultura, Luís Castro Mendes; PCP/Bloco de Esquerda
70	
71	Ministro da Cultura, Luís Castro Mendes; PCP/Bloco de Esquerda/PS/PSD; presidente da Câmara de Peniche, António José Correia; (URAP)
72	Luís Castro Mendes (ministro da cultura) ;
73	Luís Castro Mendes (ministro da Cultura); José António Correia (Presidente da Câmara de Peniche)
74	
75	

76	vice-presidente da câmara de Peniche, Jorge Amador (CDU); Luís Filipe Castro Mendes (ministro da cultura); Jorge Campos (BE); URAP; PCP, PS, PSD (locais); ministérios da Economia, da Cultura e das Finanças
77	vice-presidente da câmara de Peniche, Jorge Amador (CDU); Luís Filipe Castro Mendes (ministro da cultura); Jorge Campos (BE); URAP; PCP, PS, PSD (locais); ministérios da Economia, da Cultura e das Finanças
78	bloco de esquerda/ pcp/ governo (Ministérios da Economia, da Cultura e das Finanças.) / câmara de peniche/ DGPC / Luís Castro Mendes/ Jorge Campos (BE)
79	
80	
81	Ana Mendes Godinho (secretária de Estado do Turismo) / Ministérios da Economia, da Cultura e Finanças
82	
83	
84	
85	
86	ministro da Cultura, Luís Filipe Castro Mendes; ministérios da Economia, da Cultura e das Finanças, PCP, PS e PSD (locais)
87	Forte de S. Roque (ou da Meia Praia) chegou a ser apresentado no programa, mas já não consta da lista de monumentos disponíveis para concessão.
88	
89	ministros da Agricultura, Capoulas Santos, e do ministro do Planeamento e das Infraestruturas, Pedro Marques, Manuel Caldeira Cabral ministro da economia/ Fundação Alter Real (FAR); Companhia das Lezírias (gestão)/ Direção Geral de Alimentação e Veterinária
90	ministros da Agricultura, Capoulas Santos, e do ministro do Planeamento e das Infra-estruturas, Pedro Marques, ministro da Economia, Manuel Caldeira Cabral; presidente do Grupo Vila Galé, Jorge Rebelo de Almeida
91	
92	presidente da autarquia, António José Correia; Governo; Ministro da cultura; Luís castro Mendes; vereador Filipe de Matos Sales (PSD); João Bonifácio Serra (Historiador);
93	Ana Mendes Godinho (secretaria de estado do turismo);
94	secretária de Estado do Turismo, Ana Mendes Godinho, secretário de Estado da Defesa Nacional, Marcos Perestrelo (Ministérios da Economia, Cultura, Defesa e Finanças)
95	Rui Venâncio (técnico da autarquia/gestor cultural); Governo; DGPC; URAP; Câmara/Assembleia Municipal de Peniche; António José Correia (presidente da câmara); Luís castro mendes (ministro da cultura); PCP; Luís Farinha (director do Museu do Aljube); Sérgio Leandro (biólogo marinho); Ricardo Severino e Henrique Correia (negócio local)
96	
97	Alvaro siza vieira (arquitecto)
98	
99	
100	
101	
102	
103	
104	
105	
106	Manuel Caldeira Cabral (ministro da Economia)
107	Elisa Ferraz (presidente da Câmara de V.Conde); Manuel Gomes (arq); Manuel Caldeira Cabral (ministro da Economia);
108	
109	
110	
111	Governo;
112	
113	
114	
115	

116	
117	
118	ministérios da Economia, Cultura e Finanças
119	governo; vila galé
120	Governo (Finanças, a Economia e a Cultura); Pestana e Vila Galé e grupo Hoti
121	Manuel Caldeira Cabral (ministro da Economia);Pousadas de Portugal, Grupo Vila Galé, Grupo Hoti
122	António José Correia (presidente da Câmara); governo
123	António José Correia (presidente da Câmara); governo
124	Luís de Sousa (presidente da Câmara de Azambuja); Joaquim Ramos (ex-presidente da Câmara de Azambuja)
125	
126	D. José Ornelas Carvalho (bispo de setúbal)
127	
128	
129	autarquia local; governo central
130	
131	Carlos Beloto (ADREP) ; Ministério da Defesa; Câmara Municipal de Oeiras
132	Paula Silva (DGPC)
133	Ana Mendes Godinho (secretaria do turismo);
134	Maria Ramalho (ICOMOS Portugal)
135	com opinião de Jorge Sampaio; com adjunto ministro da Cultura, Hernâni Loureiro, presidente Câmara de Peniche, António José Correia e diretor Museu do Aljube Luís Farinha(fcsh-IHC)
136	
137	Luís Araújo (presidente do Turismo de Portugal); Ana Mendes Godinho (secretária de Estado do turismo)
138	Jorge Rebelo de Almeida (presidente do grupo hoteleiro Vila Galé)
139	vila Galé, Jorge Rebelo de Almeida.
140	governo/ autarquia
141	
142	(GRUPO CONSULTIVO): diretora-geral do Património Cultural, Paula Silva. chefe do gabinete do ministro da Cultura, Jorge Leonardo; adjunto do ministro da Cultura Hernâni Loureiro, representante da secretaria de Estado do Turismo, Inês Sequeira; presidente da câmara municipal de Peniche, António José Correia. quatro personalidades para este comité: Adelaide Pereira Alves, Alfredo Caldeira, Gaspar Barreira e José Pedro Soares. da câmara municipal de Peniche: professor da Escola Superior de Artes e Design das Caldas da Rainha, João Bonifácio Serra, antigo chefe da Casa Civil do Presidente da República Jorge Sampaio. / URAP / Governo/ Câmara de peniche
143	Luís Castro Mendes (ministro da Cultura); governo /
144	Luís Castro Mendes (ministro da Cultura) / governo / Paula Silva (DGPC)
145	Luís Castro Mendes (ministro da Cultura)
146	Luís Castro Mendes (ministro da cultura); Manuel Caldeira Cabral (ministro da Economia); Armindo Jacinto (presidente da Câmara)
147	Luís Castro Mendes (ministro da cultura)
148	Nuno Vassallo e Silva
149	Ana Mendes Godinho (secretaria do turismo);
150	
151	OMT; Manuel Caldeira Cabral (Ministro da Economia)
152	Pedro Machado (Presidente da ERT)
153	Ana Mendes Godinho (secretária de Estado do Turismo); Taleb Rifai (secretário-geral da Organização Mundial do Turismo); Eduardo Jesus (secretário regional)
154	Fernando Tinta Ferreira (presidente da Câmara)
155	Bernardo Teixeira (administrador do PortoBay Hotels & Resorts)
156	Luís Filipe Castro Mendes (ministro da cultura);presidente da câmara, António José Correia (CDU); Jorge Gonçalves (PS); Filipe de Matos Sales (PSD)

157	Ministérios das Finanças, Cultura e Economia
158	governo / autarquia local
159	governo/ autarquia local
160	Ministerio da Defesa; Governo
161	Governo (Finanças, a Economia e a Cultura); autarquia local
162	
163	Conselho Consultivo da Comarca do Porto (Juiz presidente José António Rodrigues da Cunha)/ Manuel Sousa (sindicato dos funcionários judiciais/ Presidente da Câmara Municipal de Vila do Conde (Elisa Ferraz) /ministério da Justiça
164	Ministério da Defesa (GNR)
165	Miguel Proença (administrador Hoti Portugal)
166	PS; PCP; BE/ Paula Silva (DGPC)/ Luís Castro Silva (Ministro da Cultura)/ Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto (orçamento DGPC); Câmara Municipal de Peniche
167	Ana Mendes Godinho (Secretária de Estado do Turismo)/
168	Ana Mendes Godinho (secretária de Estado do Turismo)
169	Jorge Campos (BE); Odete João (PS); Ana Mesquita (PCP); José Luís Ferreira (os verdes); João Almeida (CDS-PP); Pedro Pimpão (PSD); Paula Silva (DGPC); Luís Filipe Castro Mendes (Ministro da Cultura)
170	Governo; Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto; DGPC; Luís Castro Mendes (ministro da cultura), PS, BE, PCP, PSD, CDS-PP
171	Ministerio da Defesa;
172	Paula Silva (DGPC)
173	PSD; PS; CDS-PP; PCP; PEV; PAN; BE
174	Governo; Câmara Municipal de Peniche; grupo consultivo
175	Governo; Câmara Municipal de Peniche; grupo consultivo; Luís Castro Mendes (Ministro da Cultura); Filipe de Matos Sales (vereador PSD)
176	Governo; Câmara Municipal de Peniche; grupo consultivo
177	Governo; Câmara Municipal de Peniche; grupo consultivo
178	Governo; José Correia (Câmara Municipal de Peniche); grupo consultivo / Luís Castro Mendes (Ministro da Cultura); Paula Silva (DGPC);
179	Fernando Nogueira (edil cerveirense); Jorge Mendes (presidente da Câmara de Valença); Miguel Alves (presidente da Câmara de Caminha)
180	José Theotónio (presidente executivo do grupo Pestana)
181	António Costa (Primeiro Ministro); Luís Castro Mendes (ministro da Cultura); DGPC; Câmara Municipal de Peniche (Maioria PCP);
182	Governo; Pedro Marques (ministro do Planeamento e das Infraestruturas); Luís Castro Mendes (Ministro da Cultura); Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto; DGPC; António José Correia (Câmara Municipal de Peniche)
183	Governo; Antigos prisioneiros da fortaleza de Peniche
184	Autarquia local; governo; Ana Mendes Godinho (secretaria de Estado do turismo).
185	autarquia local; Álvaro Amaro (presidente da Câmara); governo; Ana Mendes Godinho (secretaria de Estado do turismo).
186	Álvaro Amaro (PSD/CDS-PP)/ António Monteiro (PS)/ Fernando Carvalho Rodrigues (Assembleia Municipal da Guarda)
187	Turismo de Portugal; Direção-Geral do Tesouro e Finanças; Álvaro Amaro (presidente da Câmara Municipal da Guarda); Ana Mendes Godinho (secretária de Estado do Turismo); Marcelo Rebelo de Sousa (Presidente da República)
188	turismo de Portugal; Álvaro Amaro (presidente da Câmara Municipal da Guarda); Ana Mendes Godinho (secretária de Estado do Turismo); Grupo Visabeira
189	Direcção-Geral do Tesouro e Finanças; Ministérios da Economia, Cultura e Finanças; Ana Mendes Godinho (secretária de Estado do turismo); António Costa (primeiro Ministro)
190	Direcção-Geral do Tesouro e Finanças; Ministérios da Economia, Cultura e Finanças;
191	Turismo de Portugal; Direção-Geral do Tesouro e Finanças; Álvaro Amaro (presidente da Câmara Municipal da Guarda); Ana Mendes Godinho (secretária de Estado do Turismo); Marcelo Rebelo de Sousa (Presidente da República)
192	Taleb Rifai (OMT)
193	Manuel Caldeira Cabral (ministro da Economia)
194	Álvaro Amaro, presidente da C. M. da Guarda; Marcelo Rebelo de Sousa, Presidente da República
195	
196	Taleb Rifai (OMT)

197	Câmara Municipal de Moura, Direção Geral do Património Cultural; Direção Geral do Tesouro e Finanças; Turismo de Portugal, I.P
198	Câmara Municipal de Moura, a Direcção-Geral do Património Cultural, a Direcção-Geral do Tesouro e Finanças e o Turismo de Portugal.
199	Câmara Municipal de Moura, a Direcção-Geral do Património Cultural, a Direcção-Geral do Tesouro e Finanças e o Turismo de Portugal.
200	Câmara Municipal de Moura, a Direcção-Geral do Património Cultural, a Direcção-Geral do Tesouro e Finanças e o Turismo de Portugal.
201	Maria Ramalho (ICOMOS Portugal)
202	António Guerreiro
203	Fernando Tinta Ferreira (presidente da junta de freguesia
204	Ana Mendes Godinho (Secretária de Estado do Turismo)
205	

Anexo C: Quantidade de artigos na imprensa escrita de âmbito local sobre o Programa Revive (abril 2016 - julho 2017).

Órgão de comunicação	Artigos	
	Número absoluto	Percentagem
Observador	8	14,8%
Rádio Renascença/Sapo	7	13,0%
SIC Notícias	5	9,3%
Diário de Notícias	9	16,7%
Expresso	7	13,0%
Jornal de Notícias	2	3,7%
Público	7	13,0%
Ambitur	1	1,9%
Construir	1	1,9%
PSD	1	1,9%
Jornal i/Sapo	2	3,7%
RTP	2	3,7%
Jornal Económico	1	1,9%
Lusa/TSF	1	1,9%
Total	54	100%

Anexo D: Totalidade de saída de artigos (por órgão de comunicação) no período de abril 2016 e julho 2017.

Órgão de comunicação	Publicações sobre o Projeto Revive	
	Número absoluto	Percentagem
ambitur	7	3,3%
Amusearte	1	0,5%
Beira News	1	0,5%
Câmara Municipal de Moura	1	0,5%
CMS/Rostos	1	0,5%
construir	2	1,0%
Correio do Minho	1	0,5%

Diário de Notícias	23	11,0%
Diário Digital	1	0,5%
Dinheiro Vivo	7	3,3%
EFE	1	0,5%
Governo de Portugal	2	1,0%
Jornal Algarve Marafado	3	1,4%
Jornal Beira Interior	1	0,5%
Jornal da Região de Oeiras	1	0,5%
Jornal das Caldas da Rainha	1	0,5%
Jornal de Negócios	5	2,4%
Jornal de Notícias	3	1,4%
Jornal Económico	1	0,5%
Jornal Etc e Tal	1	0,5%
Jornal Expresso	14	6,7%
Jornal Leiria Económica	1	0,5%
Jornal Linhas de Elvas	1	0,5%
Jornal O Interior	1	0,5%
Jornal Observador	9	4,3%
Jornal Oeste Digital	1	0,5%
Jornal Região de Leiria	2	1,0%
Jornal Roda Viva Arouca	1	0,5%
Jornal Sol	2	1,0%
Jornal Vale Mais	1	0,5%
Jornal Valor Local	1	0,5%
Notícias ao Minuto	3	1,4%
Notícias de Coimbra	1	0,5%
O Algarve Económico	1	0,5%
Pedra&Cal	1	0,5%
PS	1	0,5%
PSD	1	0,5%
Público	22	10,5%
Publituris	10	4,8%
Rádio Altitude	1	0,5%
Rádio Campanário	2	1,0%
Rádio Castelo Branco	1	0,5%
Rádio Nova Antena	2	1,0%
Rádio Portalegre	1	0,5%
Rádio Renascença	15	7,2%
Revista Visão	3	1,4%
RTP	6	2,9%
Sapo/Jornal i	4	1,9%
SIC	10	4,8%
Tribuna Alentejo	1	0,5%
TSF	6	2,9%
Turisver	16	7,7%
TVI	3	1,4%
Total	209	100,0%

Anexo E: Totalidade de saída de artigos por mês (Por órgão de comunicação) no período de abril 2016 e julho 2017.

